



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 050 - SÁBADO, 19 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.658, DE 18 DE ABRIL DE 2008

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 405, de 2007, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais), para atender à programação constante dos Anexos I e III desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 3.995.542.240,00 (três bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta reais);

II – excesso de arrecadação no valor de R\$ 670.252.213,00 (seiscentos e setenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e treze reais);

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 370.837.862,00 (trezentos e setenta milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

IV – ingresso de operação de crédito relativa ao lançamento de Títulos da Dívida Agrária, no valor de R\$ 417.115.345,00 (quatrocentos e dezessete milhões, cento e quinze mil, trezentos e quarenta e cinco reais); e

V – repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 1.930.000,00 (um milhão, novecentos e trinta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 18 de abril de 2008. – 187º da Independência e 120º da República, – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									7.500.000
		PROJETOS							
02 122	0570 7217	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS							7.500.000
02 122	0570 7217 1403	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.500.000
			F	5	2	90	0	100	6.000.000
			F	5	2	90	0	300	1.500.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.500.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL							6.000.000
		ATIVIDADES							
04 722	1032 2670	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (ACERP - OS)							6.000.000
04 722	1032 2670 0101	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (ACERP - OS) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							6.000.000
			F	3	2	50	0	300	6.000.000
		TOTAL - FISCAL							6.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							6.000.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20124 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA									20.000.000
20 845	1342 0080	OPERACOES ESPECIAIS							
20 845	1342 0080 0101	SUBVENCAO ECONOMICA AO PRECO DO OLEO DIESEL DE EMBARCACOES PESQUEIRAS							20.000.000
		SUBVENCAO ECONOMICA AO PRECO DO OLEO DIESEL DE EMBARCACOES PESQUEIRAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
TOTAL - FISCAL			F	3	2	90	0	300	20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FT	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES								9.885.200
		ATIVIDADES						
26 305	0225 20BA	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						9.885.200
26 305	0225 20BA 0101	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300
			F	4	2	90	0	300
								1.104.200
								8.781.000
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								1.930.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
26 846	0909 00A4	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						450.000
26 846	0909 00A4 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	300
								450.000
26 846	0909 00A5	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						150.000
26 846	0909 00A5 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	300
								150.000
26 846	0909 00A6	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						280.000
26 846	0909 00A6 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	300
								280.000
26 846	0909 00A7	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						150.000
26 846	0909 00A7 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	300
								150.000
26 846	0909 00A8	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						150.000
26 846	0909 00A8 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	300
								150.000
26 846	0909 00A9	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						750.000
26 846	0909 00A9 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	300
								750.000
TOTAL - FISCAL								11.815.200
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								11.815.200

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VA L O R
0357 SEGURANCA FITOZOSSANITARIA NO TRANSITO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS									11.928.900
20 305	0357 20BA	ATIVIDADES							
20 305	0357 20BA 0107	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							11.928.900
		PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							11.928.900
			F	3	2	90	0	300	1.204.900
			F	4	2	90	0	300	10.724.000
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO									40.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 606	6003 005A	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO							40.000.000
20 606	6003 005A 0831	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F	4	2	40	0	300	40.000.000
TOTAL - FISCAL									51.928.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.928.900

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			S	D	N	P	O	U	T	
0461 PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO										54.000.000
		PROJETOS								
19 571	0461 116C	IMPLANTACAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANCADA - CEITEC								54.000.000
19 571	0461 116C 0101	IMPLANTACAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANCADA - CEITEC - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								54.000.000
			F	4	2	90	0	300		54.000.000
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS										400.000
		OPERACOES ESPECIAIS								
19 212	0681 0191	CONTRIBUICAO A REDE DE INFORMACAO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA - RITLA								400.000
19 212	0681 0191 0101	CONTRIBUICAO A REDE DE INFORMACAO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA - RITLA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								400.000
			F	3	2	80	0	100		400.000
TOTAL - FISCAL										54.400.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										54.400.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO									10.000.000
		ATIVIDADES							
04 126	0773 2086	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI							10.000.000
04 126	0773 2086 0105	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			F	3	2	90	0	300	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	TE	VALOR
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA									18.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	1375 0935	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR							15.000.000
12 364	1375 0935 0101	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	15.000.000
		ATIVIDADES							
12 364	1375 4011	AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO							3.000.000
12 364	1375 4011 0101	AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.000.000
TOTAL - FISCAL									18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0150 IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS									1.000.000
		ATIVIDADES							
14 423	0150 2384	ATENDIMENTO SOCIAL AOS POVOS INDIGENAS							1.000.000
14 423	0150 2384 0101	ATENDIMENTO SOCIAL AOS POVOS INDIGENAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000
			F	3	2	90	0	300	1.000.000
0151 PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO									1.500.000
		ATIVIDADES							
14 125	0151 2707	FISCALIZACAO DE TERRAS INDIGENAS							1.300.000
14 125	0151 2707 0101	FISCALIZACAO DE TERRAS INDIGENAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.300.000
			F	3	2	90	0	300	1.300.000
14 423	0151 6914	LOCALIZACAO E PROTECAO ETNO-AMBIENTAL DE INDIOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO							200.000
14 423	0151 6914 0101	LOCALIZACAO E PROTECAO ETNO-AMBIENTAL DE INDIOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							200.000
			F	3	2	90	0	300	200.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.000.000
		ATIVIDADES							
14 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							3.000.000
14 122	0750 2000 0505	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.000.000
			F	3	2	90	0	300	3.000.000
TOTAL - FISCAL									5.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.500.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL									218.718.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
14 421	0661 0B01	APOIO A SERVICOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS							6.000.000
14 421	0661 0B01 0101	APOIO A SERVICOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							6.000.000
			F 3	2	30	0	374		1.719.000
			F 3	2	30	0	380		1.881.000
			F 4	2	30	0	380		2.400.000
14 128	0661 0B02	APOIO A IMPLANTACAO E AO REAPARELHAMENTO DE ESCOLAS PENITENCIARIAS							1.000.000
14 128	0661 0B02 0101	APOIO A IMPLANTACAO E AO REAPARELHAMENTO DE ESCOLAS PENITENCIARIAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000
			F 4	2	30	0	380		1.000.000
		PROJETOS							
14 421	0661 11TW	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS ESTADUAIS							145.718.000
14 421	0661 11TW 0103	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS ESTADUAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							145.718.000
			F 3	2	90	0	318		724.966
			F 4	2	30	0	318		98.404.034
			F 4	2	30	0	324		25.736.000
			F 4	2	30	0	350		20.853.000
14 421	0661 1701	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS							53.000.000
14 421	0661 1701 0103	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							53.000.000
			F 4	2	30	0	380		53.000.000
		ATIVIDADES							
14 421	0661 2314	REINTEGRACAO SOCIAL DO PRESO, INTERNADO E EGRESSO							6.000.000
14 421	0661 2314 0103	REINTEGRACAO SOCIAL DO PRESO, INTERNADO E EGRESSO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							6.000.000
			F 3	2	30	0	380		3.000.000
			F 4	2	30	0	380		3.000.000
14 128	0661 2526	CAPACITACAO EM SERVICOS PENAIIS							2.000.000
14 128	0661 2526 0103	CAPACITACAO EM SERVICOS PENAIIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.000.000
			F 3	2	30	0	350		221.000
			F 3	2	30	0	374		1.779.000
		PROJETOS							
14 421	0661 3908	INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES PENITENCIARIAS EM BASE NACIONAL							5.000.000
14 421	0661 3908 0103	INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES PENITENCIARIAS EM BASE NACIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.000.000
			F 3	2	90	0	350		1.500.000
			F 4	2	90	0	350		3.500.000
TOTAL - FISCAL									218.718.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									218.718.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									127.768.000
		ATIVIDADES							
09 126	0083 2292	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							54.353.020
09 126	0083 2292 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							54.353.020
			S	3	2	90	0	351	54.353.020
09 126	0083 2564	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS							30.111.354
09 126	0083 2564 0103	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.111.354
			S	3	2	90	0	351	30.111.354
09 271	0083 2593	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL							43.303.626
09 271	0083 2593 0103	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							43.303.626
			S	3	2	90	0	351	28.303.626
			S	4	2	90	0	351	15.000.000
0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS									41.432.000
		PROJETOS							
09 126	0085 3896	MODERNIZACAO E EXPANSAO DA CAPACIDADE DE TECNOLOGIA E INFORMACAO DA PREVIDENCIA SOCIAL							19.332.000
09 126	0085 3896 0103	MODERNIZACAO E EXPANSAO DA CAPACIDADE DE TECNOLOGIA E INFORMACAO DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							19.332.000
			S	3	2	90	0	351	332.000
			S	4	2	90	0	351	19.000.000
09 271	0085 5509	REFORMULACAO DAS AGENCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL							22.100.000
09 271	0085 5509 0103	REFORMULACAO DAS AGENCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							22.100.000
			S	3	2	90	0	351	9.350.000
			S	4	2	90	0	351	12.750.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									169.200.000
TOTAL - GERAL									169.200.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1184 SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO									560.000
		ATIVIDADES							
11 128	1184 4814	QUALIFICACAO EM SEGURANCA E SAUDE NO AMBIENTE DE TRABALHO							560.000
11 128	1184 4814 0103	QUALIFICACAO EM SEGURANCA E SAUDE NO AMBIENTE DE TRABALHO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							560.000
			F	3	2	90	0	281	560.000
TOTAL - FISCAL									560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									560.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									176.669.037
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0225 0C30	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE							650.000
26 846	0225 0C30 0101	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							650.000
			F	1	1	90	0	100	596.490
			F	1	1	90	0	250	53.510
26 846	0225 0713	EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER							176.019.037
26 846	0225 0713 0101	EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							176.019.037
			F	3	2	90	0	300	47.867.033
			F	4	2	90	0	300	128.152.004
TOTAL - FISCAL									176.669.037
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									176.669.037

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO									13.000.000
		PROJETOS							
26 782	0229 1332	CONSTRUCAO DE PONTE - NO MUNICIPIO DE CARINHANHA - NA BR-030 - NO ESTADO DA BAHIA							13.000.000
26 782	0229 1332 0103	CONSTRUCAO DE PONTE - NO MUNICIPIO DE CARINHANHA - NA BR-030 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							13.000.000
			F	4	2	90	0	311	13.000.000
0230 CORREDOR LESTE									37.500.000
		PROJETOS							
26 782	0230 115Y	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - NA BR-365/354 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS.							14.000.000
26 782	0230 115Y 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - NA BR-365/354 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS. - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.000.000
			F	4	2	90	0	111	14.000.000
26 783	0230 5E27	CONSTRUCAO DE PASSAGEM SUPERIOR SOBRE LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							3.500.000
26 783	0230 5E27 0101	CONSTRUCAO DE PASSAGEM SUPERIOR SOBRE LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.500.000
			F	4	2	90	0	311	3.500.000
26 782	0230 5789	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - NA BR-393 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							20.000.000
26 782	0230 5789 0107	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - NA BR-393 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
			F	4	2	90	0	100	20.000.000
0232 CORREDOR SUDOESTE									43.950.000
		PROJETOS							
26 782	0232 116B	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA GO/MS - CORUMBA (FRONTEIRA BRASIL/BOLIVIA) - NA BR-359 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							10.000.000
26 782	0232 116B 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA GO/MS - CORUMBA (FRONTEIRA BRASIL/BOLIVIA) - NA BR-359 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			F	4	2	90	0	311	10.000.000
26 782	0232 7F46	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO PARANA E SEUS ACESSOS - LIGACAO CASTILHO/SP - TRES LAGOAS/MS - BR							33.950.000

26 782	0232 7F46 0101	262/MS CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO PARANA E SEUS ACESSOS - LIGACAO CASTILHO/SP - TRES LAGOAS/MS - BR 262/MS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	33.950.000
0233 CORREDOR MERCOSUL									13.500.000
		PROJETOS							
26 782	0233 114Y	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - CANDELARIA - CRUZ ALTA - NA BR-481/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							2.500.000
26 782	0233 114Y 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - CANDELARIA - CRUZ ALTA - NA BR-481/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.500.000
26 782	0233 116A	CONSTRUCAO DE ACESSO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BLUMENAU - NA BR-470 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							4.000.000
26 782	0233 116A 0101	CONSTRUCAO DE ACESSO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BLUMENAU - NA BR-470 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	4.000.000
26 782	0233 7F13	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - SAO JOSE DO NORTE - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							7.000.000
26 782	0233 7F13 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - SAO JOSE DO NORTE - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	7.000.000
0235 CORREDOR NORDESTE									40.000.000
		PROJETOS							
26 782	0235 115Z	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - TIBURCIO (ENTRONCAMENTO BR 101) - AEROPORTO (ENTRONCAMENTO AL-210) NA BR-104 - NO ESTADO DE ALAGOAS							20.000.000
26 782	0235 115Z 0101	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - TIBURCIO (ENTRONCAMENTO BR 101) - AEROPORTO (ENTRONCAMENTO AL-210) NA BR-104 - NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	20.000.000
26 782	0235 7441	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - JERUMENHA - BERTOLINEA - BR-135 - NO ESTADO DO PIAUI							20.000.000
26 782	0235 7441 0103	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - JERUMENHA - BERTOLINEA - BR-135 - NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	20.000.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									34.360.000
		PROJETOS							
26 782	0237 11V8	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA TO/MA - APARECIDA DO RIO NEGRO - NA BR-010 - NO ESTADO DE TOCANTINS							22.400.000
26 782	0237 11V8 0105	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA TO/MA - APARECIDA DO RIO NEGRO - NA BR-010 - NO ESTADO DE TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	22.400.000
26 782	0237 115T	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHAO - NA BR-316 - NO ESTADO							4.980.000

26 782	0237 115T 0101	DO MARANHÃO ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHÃO - NO ESTADO DO MARANHÃO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								4.980.000
			F	4	2	90	0	311		4.980.000
26 782	0237 115U	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PIO XII - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHÃO								6.980.000
26 782	0237 115U 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PIO XII - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHÃO - NO ESTADO DO MARANHÃO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								6.980.000
			F	4	2	90	0	311		6.980.000

0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE**52.981.302**

		PROJETOS								
26 782	0238 115S	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - NA BR 174 - ESTADO DO AMAZONAS.								2.981.302
26 782	0238 115S 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - NA BR 174 - ESTADO DO AMAZONAS. - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								2.981.302
			F	4	2	90	0	311		2.981.302
26 782	0238 7E95	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA (SUL E NORTE) (KM 496,10 - KM 524,10) - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA								50.000.000
26 782	0238 7E95 0101	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA (SUL E NORTE) (KM 496,10 - KM 524,10) - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								50.000.000
			F	4	2	90	0	311		50.000.000

0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**34.900.000**

		ATIVIDADES								
26 782	0663 2036	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MALHA RODOVIARIA FEDERAL								34.900.000
26 782	0663 2036 0101	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MALHA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								34.900.000
			F	3	2	90	0	300		34.900.000

TOTAL - FISCAL**270.191.302****TOTAL - SEGURIDADE****0****TOTAL - GERAL****270.191.302**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDUSTRIA NAVAL									8.800.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 845	8768 09JF	SUBVENCAO ECONOMICA SOBRE O PREMIO SEGURO-GARANTIA OU SOBRE OS CUSTOS DE CARTA DE FIANCA AOS MUTUARIOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE							8.800.000
26 845	8768 09JF 0101	SUBVENCAO ECONOMICA SOBRE O PREMIO SEGURO-GARANTIA OU SOBRE OS CUSTOS DE CARTA DE FIANCA AOS MUTUARIOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.800.000
			F	3	2	90	0	135	8.800.000
TOTAL - FISCAL									8.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.800.000

ORGÃO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
UNIDADE : 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									200.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
24 846	0909 00AE	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A							200.000.000
24 846	0909 00AE 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							200.000.000
			F	5	2	90	0	300	200.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0168 LIVRO ABERTO									10.000.000
		PROJETOS							
13 392	0168 7367	MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS							10.000.000
13 392	0168 7367 0101	MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			F 3	2	30	0	300		6.000.000
			F 4	2	30	0	300		4.000.000
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM									40.000.000
		ATIVIDADES							
13 392	0169 4795	FOMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS							40.000.000
13 392	0169 4795 0101	FOMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F 3	2	90	0	300		32.000.000
			F 4	2	90	0	300		8.000.000
1141 CULTURA, EDUCACAO E CIDADANIA									10.000.000
		PROJETOS							
13 392	1141 5104	INSTALACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS - PONTOS DE CULTURA							10.000.000
13 392	1141 5104 0101	INSTALACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS - PONTOS DE CULTURA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			F 3	2	30	0	300		5.000.000
			F 4	2	30	0	300		5.000.000
1142 ENGENHO DAS ARTES									70.000.000
		PROJETOS							
13 392	1142 1611	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS							40.000.000
13 392	1142 1611 1401	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F 3	2	30	0	300		4.800.000
			F 4	2	30	0	300		35.200.000
		ATIVIDADES							
13 392	1142 4796	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA							30.000.000
13 392	1142 4796 0709	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
			F 3	2	30	0	300		16.000.000
			F 3	2	90	0	300		14.000.000
TOTAL - FISCAL									130.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000.000

UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS									32.600.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
18 541	1145 0778	APOIO AS ORGANIZACOES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS							9.800.000
18 541	1145 0778 0101	APOIO AS ORGANIZACOES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							9.800.000
			F 3	2	30	0	300		3.000.000
			F 3	2	90	0	300		4.000.000
			F 4	2	30	0	300		1.000.000
			F 4	2	90	0	300		1.800.000
		ATIVIDADES							
18 128	1145 6060	CAPACITACAO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS							19.600.000
18 128	1145 6060 0101	CAPACITACAO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							19.600.000
			F 3	2	30	0	300		4.000.000
			F 3	2	90	0	300		12.800.000
			F 4	2	30	0	300		1.000.000
			F 4	2	90	0	300		1.800.000
18 541	1145 6087	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS							3.200.000
18 541	1145 6087 0101	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.200.000
			F 3	2	30	0	300		1.500.000
			F 3	2	90	0	300		1.300.000
			F 4	2	30	0	300		100.000
			F 4	2	90	0	300		300.000
TOTAL - FISCAL									32.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.600.000

55 1.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF									138.374.100
		OPERACOES ESPECIAIS							
21 846	0351 0359	CONTRIBUICAO AO FUNDO GARANTIA-SAFRA (LEI N° 10.700, DE 2003)							135.000.000
21 846	0351 0359 0101	CONTRIBUICAO AO FUNDO GARANTIA-SAFRA (LEI N° 10.700, DE 2003) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	90	0	300	135.000.000
		ATIVIDADES							
21 305	0351 20BA	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							3.374.100
21 305	0351 20BA 0109	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.374.100
			F	4	2	90	0	300	2.756.100
									618.000
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS									29.592.314
		OPERACOES ESPECIAIS							
21 127	1334 0620	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS							14.592.314
21 127	1334 0620 0317	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	14.592.314
		ATIVIDADES							
21 606	1334 8394	FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA							15.000.000
21 606	1334 8394 0101	FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	50	0	300	15.000.000
			F	3	2	90	0	300	6.500.000
									8.500.000
TOTAL - FISCAL									167.966.414
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.966.414

ORGÃO : 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS									528.190.265
		ATIVIDADES							
21 631	0135 2C74	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - IMPLANTACAO							3.745.805
21 631	0135 2C74 0101	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - IMPLANTACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.745.805
21 122	0135 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							5.500.000
21 122	0135 2272 0187	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	5.500.000
21 631	0135 4274	ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS							4.624.000
21 631	0135 4274 0101	ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	4.624.000
21 631	0135 4460	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA							506.820.460
21 631	0135 4460 0101	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	164	417.115.345
			F	5	2	90	0	300	3.004.182
			F	5	2	90	0	376	86.700.933
21 128	0135 4464	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - IMPLANTACAO							7.500.000
21 128	0135 4464 0101	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - IMPLANTACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	7.500.000
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA									12.182.881
		ATIVIDADES							
21 631	0137 2C75	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - RECUPERACAO							1.182.881
21 631	0137 2C75 0101	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - RECUPERACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	1.182.881
21 122	0137 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							3.500.000
21 122	0137 2272 0189	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.500.000
21 128	0137 4470	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO							7.500.000
21 128	0137 4470 0101	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO - NACIONAL (CREDITO							7.500.000

		EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	7.500.000
0138 REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA									19.999.400
		ATIVIDADES							
21 631	0138 2110	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS							5.000.000
21 631	0138 2110 0101	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	375	5.000.000
21 127	0138 4426	GEORREFERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS							14.999.400
21 127	0138 4426 0101	GEORREFERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	375	14.999.400
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									15.530.000
		ATIVIDADES							
21 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							15.530.000
21 122	0750 2000 0513	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	15.530.000
1120 PAZ NO CAMPO									5.000.000
		ATIVIDADES							
21 631	1120 2109	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS							5.000.000
21 631	1120 2109 0101	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	5.000.000
1336 BRASIL QUILOMBOLA									1.931.040
		PROJETOS							
21 127	1336 1642	RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS							1.931.040
21 127	1336 1642 0101	RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	1.931.040
1350 EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)									1.200.000
		ATIVIDADES							
21 122	1350 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							600.000
21 122	1350 2272 0191	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	600.000
21 363	1350 8643	CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPTADOS A REFORMA AGRARIA E AGRICULTURA FAMILIAR							600.000
21 363	1350 8643 0101	CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPTADOS A REFORMA AGRARIA E AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	600.000
TOTAL - FISCAL									584.033.586
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									584.033.586

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO									47.037.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
27 811	0181 09HW	CONCESSAO DE BOLSA A ATLETAS							12.500.000
27 811	0181 09HW 0101	CONCESSAO DE BOLSA A ATLETAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	12.500.000
		PROJETOS							
27 811	0181 1055	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS PARA O ESPORTE							3.537.000
27 811	0181 1055 0101	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS PARA O ESPORTE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.537.000
		ATIVIDADES							
27 811	0181 2360	CAPTACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO							6.000.000
27 811	0181 2360 0101	CAPTACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	6.000.000
27 811	0181 2490	PROMOCAO E PARTICIPACAO EM COMPETICOES INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO							25.000.000
27 811	0181 2490 0101	PROMOCAO E PARTICIPACAO EM COMPETICOES INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	50	0	300	25.000.000
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									68.900.000
		PROJETOS							
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							68.900.000
27 812	1250 5450 5769	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300	68.900.000
TOTAL - FISCAL									115.937.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									115.937.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORCA AEREA									200.000.000
		ATIVIDADES							
05 151	0621 2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO							200.000.000
05 151	0621 2048 0101	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							200.000.000
			F	3	2	90	0	300	185.000.000
			F	4	2	90	0	300	15.000.000
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL									3.069.660
		PROJETOS							
05 572	0627 3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X							3.069.660
05 572	0627 3122 0103	DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.069.660
			F	4	2	90	0	300	3.069.660
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA									235.930.340
		PROJETOS							
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES							214.038.864
05 151	0632 3113 0103	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							214.038.864
			F	4	2	90	0	300	214.038.864
05 151	0632 3128	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES							21.891.476
05 151	0632 3128 0103	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							21.891.476
			F	4	2	90	0	300	21.891.476
0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS									36.000.000
		ATIVIDADES							
05 302	0637 2059	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO							36.000.000
05 302	0637 2059 0105	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							36.000.000
			S	3	2	90	0	300	36.000.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									47.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							47.000.000
05 122	0750 2000 0507	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							47.000.000
			F	3	2	90	0	300	29.000.000
			F	4	2	90	0	300	18.000.000
TOTAL - FISCAL									486.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									36.000.000
TOTAL - GERAL									522.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE									38.422.155
		ATIVIDADES							
05 153	0620 2857	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES							32.647.095
05 153	0620 2857 0103	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							32.647.095
			F	3	2	90	0	300	30.000.000
			F	4	2	90	0	300	2.647.095
05 153	0620 2890	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO							3.473.000
05 153	0620 2890 0103	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.473.000
			F	3	2	90	0	300	3.473.000
05 153	0620 2894	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA							2.302.060
05 153	0620 2894 0105	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.302.060
			F	4	2	90	0	300	2.302.060
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO									24.500.000
		PROJETOS							
05 153	0628 3134	INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES							4.500.000
05 153	0628 3134 0101	INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.500.000
			F	4	2	90	0	300	4.500.000
05 153	0628 5375	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO							20.000.000
05 153	0628 5375 0101	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
			F	4	2	90	0	300	20.000.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							3.000.000
05 122	0750 2000 0509	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.000.000
			F	4	2	90	0	300	3.000.000

TOTAL - FISCAL

65.922.155

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

65.922.155

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL									5.500.000
		ATIVIDADES							
05 152	0622 2859	APRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS							2.950.000
05 152	0622 2859 0103	APRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.950.000
			F	3	2	90	0	342	2.950.000
05 152	0622 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES							2.550.000
05 152	0622 2868 0109	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.550.000
			F	3	2	90	0	342	2.550.000
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL									60.800.000
		PROJETOS							
05 152	0626 1944	MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS							6.000.000
05 152	0626 1944 0101	MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							6.000.000
			F	4	2	90	0	342	6.000.000
05 152	0626 1948	AQUISICAO DE MEIOS NAVAIS							12.500.000
05 152	0626 1948 0101	AQUISICAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.500.000
			F	4	2	90	0	342	12.500.000
05 152	0626 1949	AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS							42.300.000
05 152	0626 1949 0103	AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							42.300.000
			F	3	2	90	0	342	28.100.000
			F	4	2	90	0	342	14.200.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL									2.633.495
		ATIVIDADES							
05 125	0630 2912	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL							2.433.495
05 125	0630 2912 0103	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.433.495
			F	3	2	90	0	176	933.495
			F	3	2	90	0	250	1.500.000
05 125	0630 2925	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO							200.000
05 125	0630 2925 0103	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							200.000
			F	3	2	90	0	176	200.000
TOTAL - FISCAL									2.633.495
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.633.495

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.809.617
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							3.809.617
05 122	0750 2000 0511	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.809.617
			F	3	2	90	0	250	2.903.494
			F	4	2	90	0	281	906.123
TOTAL - FISCAL									3.809.617
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.809.617

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS									14.511.450
		ATIVIDADES							
05 302	0637 2887	MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS							14.511.450
05 302	0637 2887 0107	MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.511.450
			S	4	2	90	0	250	14.511.450
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.511.450
TOTAL - GERAL									14.511.450

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									30.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							30.000.000
04 845	1025 005E 0233	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
			F	4	2	90	0	300	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS									70.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							50.000.000
23 695	1166 0564 2601	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	50.000.000
		ATIVIDADES							
23 695	1166 4620	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO							20.000.000
23 695	1166 4620 0501	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	20.000.000
TOTAL - FISCAL									70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	GRP	MOD	JU	FTE	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									10.000.000
		ATIVIDADES							
08 126	1384 2583	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA E DA RENDA MENSAL VITALICIA A PESSOA COM DEFICIENCIA E A PESSOA IDOSA							10.000.000
08 126	1384 2583 0101	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA E DA RENDA MENSAL VITALICIA A PESSOA COM DEFICIENCIA E A PESSOA IDOSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			S	3	2	90	0	351	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000.000
TOTAL - GERAL									10.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRD	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO															295.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS													
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO													295.000.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)													295.000.000
9989 MOBILIDADE URBANA															20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS													
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS													5.000.000
15 453	9989 0E28 0101	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DA LINHA 3 DO METRO DO RIO DE JANEIRO - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)													5.000.000
			F	4	2			90		0		100			5.000.000
15 451	9989 0590	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO													15.000.000
15 451	9989 0590 0103	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - ADEQUACAO DA LIGACAO DA BR - 040 - DUQUE DE CAXIAS - LINHA VERMELHA - RIO DE JANEIRO - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)													15.000.000
			F	4	2			90		0		100			15.000.000
TOTAL - FISCAL															315.000.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															315.000.000

UNIDADE : 56901 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA E EDUCACAO DO TRANSITO - FUNSET

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0660 SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS									22.926.000
		ATIVIDADES							
15 126	0660 4410	SISTEMA DE INFORMACOES DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO							17.731.000
15 126	0660 4410 0103	SISTEMA DE INFORMACOES DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	350	17.731.000
15 452	0660 4414	EDUCACAO PARA A CIDADANIA NO TRANSITO							5.195.000
15 452	0660 4414 0101	EDUCACAO PARA A CIDADANIA NO TRANSITO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	350	5.195.000
TOTAL - FISCAL									22.926.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.926.000

UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									40.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0909 0605	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI N° 9.491, DE 1997)							40.000.000
28 846	0909 0605 0101	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI N° 9.491, DE 1997) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F	3	0	90	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									1.148.261
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0903 0C33	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB							1.148.261
28 845	0903 0C33 0101	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	40	0	102	1.148.261
TOTAL - FISCAL									1.148.261
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.148.261

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									180.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 846	0352 0301	EQUALIZACAO DE JUROS E DE OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL (LEI N° 8.427, DE 1992)							180.000.000
20 846	0352 0301 0101	EQUALIZACAO DE JUROS E DE OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							180.000.000
			F	3	1	90	0	360	180.000.000
TOTAL - FISCAL									180.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000.000

UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									7.500.000
02 122 02 122	0570 2272 0570 2272 0001	ATIVIDADES GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	6.000.000 6.000.000 6.000.000
02 122 02 122	0570 7217 0570 7217 0669	PROJETOS AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE CONTAGEM - MG	F	5	2	90	0	300	1.500.000 1.500.000 1.500.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.500.000

UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0473 GESTAO DA POLITICA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO									400.000
		ATIVIDADES							
19 212	0473 6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO							400.000
19 212	0473 6147 0001	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO - NACIONAL							400.000
			F	3	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	P	M O D	I U	F T E	VALOR
1067 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									800.000
		ATIVIDADES							
12 122	1067 4083	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DO ENSINO SUPERIOR							500.000
12 122	1067 4083 0001	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DO ENSINO SUPERIOR - NACIONAL							500.000
			F	3	2	90	0	112	490.000
			F	4	2	90	0	112	10.000
12 128	1067 6336	CAPACITACAO DE GESTORES PARA O MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS							300.000
12 128	1067 6336 0001	CAPACITACAO DE GESTORES PARA O MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS - NACIONAL							300.000
			F	3	2	90	0	112	300.000
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									498.839
		ATIVIDADES							
12 364	1073 6344	CREDENCIAMENTO DOS CURSOS DE GRADUACAO E DE INSTITUICOES PUBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR							498.839
12 364	1073 6344 0001	CREDENCIAMENTO DOS CURSOS DE GRADUACAO E DE INSTITUICOES PUBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL							498.839
			F	3	2	90	0	112	498.839
TOTAL - FISCAL									1.298.839
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.298.839

UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									8.729.787

		ATIVIDADES							
12 366	1060 6290	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - ANCEJA							8.729.787
12 366	1060 6290 0001	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - ANCEJA - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	8.729.787

1061 BRASIL ESCOLARIZADO**6.927.580**

		ATIVIDADES							
12 362	1061 4017	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS - ANC							1.000.000
12 362	1061 4017 0001	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS - ANC - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	1.000.000
12 126	1061 4022	SISTEMA NACIONAL DE AVALIACAO DA EDUCACAO BASICA - SAEB							5.091.045
12 126	1061 4022 0001	SISTEMA NACIONAL DE AVALIACAO DA EDUCACAO BASICA - SAEB - NACIONAL	F	3	2	30	0	112	626.045
			F	3	2	40	0	112	300.000
			F	3	2	90	0	100	3.000.000
			F	3	2	90	0	112	1.165.000
12 212	1061 6291	AVALIACAO INTERNACIONAL DE ALUNOS - PISA							200.000
12 212	1061 6291 0001	AVALIACAO INTERNACIONAL DE ALUNOS - PISA - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	200.000
12 362	1061 6292	AVALIACAO NACIONAL DAS CONDICoes DE OFERTA DA EDUCACAO BASICA - ACEB							636.535
12 362	1061 6292 0001	AVALIACAO NACIONAL DAS CONDICoes DE OFERTA DA EDUCACAO BASICA - ACEB - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	636.535

1067 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO**923.558**

		ATIVIDADES							
12 573	1067 4000	ESTUDOS, PESQUISAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS							250.000
12 573	1067 4000 0001	ESTUDOS, PESQUISAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	250.000
12 126	1067 4021	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO EDUCACIONAL - SIED							673.558
12 126	1067 4021 0001	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO EDUCACIONAL - SIED - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	534.538
			F	3	2	90	0	112	139.020

1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI**27.319.035**

		ATIVIDADES							
12 364	1073 6303	AVALIACAO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUACAO - ENADE							8.085.592
12 364	1073 6303 0001	AVALIACAO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUACAO - ENADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	8.085.592
12 364	1073 6503	CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR							950.000
12 364	1073 6503 0001	CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	950.000
12 364	1073 8257	AVALIACAO DE INSTITUICOES E CURSOS DE EDUCACAO SUPERIOR							18.283.443
12 364	1073 8257 0001	AVALIACAO DE INSTITUICOES E CURSOS DE EDUCACAO SUPERIOR - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	150.000
			F	3	2	90	0	100	12.000.000
			F	3	2	90	0	112	6.133.443

TOTAL - FISCAL

43.899.960

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

43.899.960

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									18.800.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 366	1060 0081	APOIO A AMPLIACAO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FAZENDO ESCOLA							7.800.000
12 366	1060 0081 0001	APOIO A AMPLIACAO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FAZENDO ESCOLA - NACIONAL	F	3	1	30	0	113	7.800.000
			F	3	1	40	0	113	2.800.000
									5.000.000
12 366	1060 0507	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							11.000.000
12 366	1060 0507 0001	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL	F	3	2	30	0	113	11.000.000
			F	3	2	40	0	113	9.267.000
									1.733.000
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									49.081.444
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 306	1061 0513	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA							49.081.444
12 306	1061 0513 0001	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NACIONAL	S	3	1	30	0	100	15.932.725
									15.932.725
12 306	1061 0513 0011	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	1	30	0	100	633.226
									633.226
12 306	1061 0513 0012	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	30	0	100	424.673
									424.673
12 306	1061 0513 0013	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	1	30	0	100	1.531.229
									1.531.229
12 306	1061 0513 0014	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	30	0	100	494.947
									494.947
12 306	1061 0513 0015	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	30	0	100	213.563
			S	3	1	30	0	100	91.527
			S	3	1	40	0	100	122.036
12 306	1061 0513 0016	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	1	30	0	100	281.984
									281.984
12 306	1061 0513 0017	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	1	30	0	100	395.388
									395.388
12 306	1061 0513 0021	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	1	30	0	100	650.889
			S	3	1	30	0	100	278.952
			S	3	1	40	0	100	371.937
12 306	1061 0513 0022	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0	100	498.151
			S	3	1	30	0	100	213.493
			S	3	1	40	0	100	284.658
12 306	1061 0513 0023	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO CEARA							22.314

			S	3	1	30	0	100	9.563
			S	3	1	40	0	100	12.751
12 306	1061 0513 0024	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							407.260
			S	3	1	30	0	100	174.540
			S	3	1	40	0	100	232.720
12 306	1061 0513 0025	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA							2.558.631
			S	3	1	30	0	100	1.096.556
			S	3	1	40	0	100	1.462.075
12 306	1061 0513 0026	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							2.281.311
			S	3	1	30	0	100	1.642.188
			S	3	1	40	0	100	639.123
12 306	1061 0513 0027	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS							669.617
			S	3	1	30	0	100	669.617
12 306	1061 0513 0028	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE							432.259
			S	3	1	30	0	100	432.259
12 306	1061 0513 0029	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DA BAHIA							5.916.360
			S	3	1	30	0	100	5.916.360
12 306	1061 0513 0031	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							5.377.769
			S	3	1	30	0	100	5.377.769
12 306	1061 0513 0032	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.305.708
			S	3	1	30	0	100	1.305.708
12 306	1061 0513 0033	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							878.517
			S	3	1	30	0	100	878.517
12 306	1061 0513 0035	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO							435.226
			S	3	1	30	0	100	435.226
12 306	1061 0513 0041	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PARANA							1.059.758
			S	3	1	30	0	100	1.059.758
12 306	1061 0513 0042	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							860.903
			S	3	1	30	0	100	860.903
12 306	1061 0513 0043	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							1.496.761
			S	3	1	30	0	100	1.496.761
12 306	1061 0513 0051	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO							1.203.041
			S	3	1	30	0	100	1.203.041
12 306	1061 0513 0052	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE GOIAS							1.093.236
			S	3	1	30	0	100	1.093.236
12 306	1061 0513 0053	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO DISTRITO FEDERAL							1.256.591
			S	3	1	30	0	100	1.256.591
12 306	1061 0513 0054	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							769.407
			S	3	1	30	0	100	769.407

**1072 VALORIZACAO E FORMACAO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCACAO
BASICA**

86.376.317

[illegible]

UNIDADE : 39202 - COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE (EM LIQUIDACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO									277.272
		ATIVIDADES							
26 122	0229 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							277.272
26 122	0229 2272 0107	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NO MUNICIPIO DE PIRAPORA - MG	F	I	I	90	0	100	277.272
			F	I	I	90	0	250	223.762
									53.510
TOTAL - FISCAL									277.272
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									277.272

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE									14.000.000
		PROJETOS							
26 782	0230 7E87	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MG/GO - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							14.000.000
26 782	0230 7E87 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MG/GO - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							14.000.000
			F	4	2	99	0	111	14.000.000
0232 CORREDOR SUDOESTE									33.950.000

[illegible]

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA									40.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
23 846	0412 0A84	FINANCIAMENTO PARA PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001)							40.000.000
23 846	0412 0A84 0001	FINANCIAMENTO PARA PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL							40.000.000
			F	5	0	90	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

ANEXO III

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

26 TRANSPORTE

TOTAL - GERAL	1.930.000
---------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

TOTAL - GERAL	1.930.000
---------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES

26 TRANSPORTE

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

TOTAL - GERAL	1.930.000
---------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO

0230 CORREDOR LESTE

0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

0235 CORREDOR NORDESTE

0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

	150.000
	600.000
	750.000
	280.000
	150.000
TOTAL - GERAL	1.930.000

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TOTAL - GERAL	1.930.000
---------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.2.1.0.00.00 TESOURO

6.2.1.1.00.00 DIRETO

TOTAL DA RECEITA

1.930.000 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

	1.930.000
	1.930.000
	1.930.000
	1.930.000
	1.930.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO III	CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.930.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
26 TRANSPORTE	1.930.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	1.930.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO	150.000
0230 CORREDOR LESTE	600.000
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	750.000
0235 CORREDOR NORDESTE	280.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	150.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS	
20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC	280.000
20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA	150.000
20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	150.000
20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP	750.000
20210 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP	150.000
20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	450.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.930.000

TOTAL	1.930.000
-------	-----------

QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	1.930.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	1.930.000
6.2.1.0.00.00 TESOIRO	1.930.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO	1.930.000
TOTAL DA RECEITA	1.930.000

1.930.000 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

1.930.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

ANEXO III	CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 280.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
26 TRANSPORTE	280.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	280.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0235 CORREDOR NORDESTE	280.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	280.000

TOTAL	280.000
-------	---------

QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	280.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	280.000
6.2.1.0.00.00 TESOIRO	280.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO	280.000
TOTAL DA RECEITA	280.000

280.000 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

280.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE									150.000

		PROJETOS							
26 784	0230 115E	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (ES)							150.000
26 784	0230 115E 0032	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							150.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	150.000
TOTAL - INVESTIMENTO									150.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 150.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		150.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		150.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO		150.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		150.000
TOTAL		150.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			150.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			150.000
6.2.1.0.00.00 TESOUREIRO			150.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			150.000
TOTAL DA RECEITA	150.000	RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO									150.000
		PROJETOS							
26 784	0229 115F	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (BA)							150.000
26 784	0229 115F 0029	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							150.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	150.000
TOTAL - INVESTIMENTO									150.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHOCREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 750.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE

750.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

750.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

750.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

750.000

TOTAL

750.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	750.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	750.000
6.2.1.0.00.00 TESOIRO	750.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO	750.000
TOTAL DA RECEITA	750.000
RECEITAS CORRENTES	0
RECEITAS DE CAPITAL	750.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHOCREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									750.000
PROJETOS									
26 784	0231 115G	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (SP)							750.000
26 784	0231 115G 0035	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							750.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	750.000
TOTAL - INVESTIMENTO									750.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHOCREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 150.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE

150.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

150.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

150.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

150.000

TOTAL

150.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	150.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	150.000
6.2.1.0.00.00 TESOIRO	150.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO	150.000
TOTAL DA RECEITA	150.000
RECEITAS CORRENTES	0
RECEITAS DE CAPITAL	150.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE									450.000
		PROJETOS							
26 784	0230 1151	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (RJ)							450.000
26 784	0230 1151 0033	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							450.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	450.000
TOTAL - INVESTIMENTO									450.000

LEI Nº 11.659, DE 18 DE ABRIL DE 2008

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.250.733.499,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 406, de 2007, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.250.733.499,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para atender à programação constante dos Anexos I e III desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 491.846.337,00 (quatrocentos e noventa e um milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais), sendo:

a) R\$485.450.918,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e dezoito reais) de Recursos Ordinários; e

b) R\$6.395.419,00 (seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e dezenove reais) de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis;

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$744.887.162,00 (setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, cento e sessenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

III – repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 18 de abril de 2008. – 187º da Independência e 120º da República, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									14.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0909 0A62	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DA RAMPA FLUVIAL ROLL-ON-ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA							4.500.000
26 846	0909 0A62 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DA RAMPA FLUVIAL ROLL-ON-ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	3	90	0	311	4.500.000
26 846	0909 0E23	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CONTENCAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							5.000.000
26 846	0909 0E23 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CONTENCAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	3	90	0	311	5.000.000
		PROJETOS							
26 846	0909 116D	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DO PIER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							4.500.000
26 846	0909 116D 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DO PIER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	3	90	0	311	4.500.000
TOTAL - FISCAL									14.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1115 GEOLOGIA DO BRASIL									826.000
		PROJETOS							
22 663	1115 1K36	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS (PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS)							826.000
22 663	1115 1K36 0101	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS (PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							826.000
			F	3	3	90	0	142	826.000
TOTAL - FISCAL									826.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									826.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									110.478.947
		PROJETOS							
10 512	0122 10GE	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							80.963.259
10 512	0122 10GE 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	151	80.963.259
			S	4	2	40	0	351	37.359.277
									43.603.982
10 512	0122 7652	IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS							29.515.688
10 512	0122 7652 0493	IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351	29.515.688
									29.515.688
1138 DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL									10.558.856
		PROJETOS							
10 512	1138 3883	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SERVICOS DE DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL PARA PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA							10.558.856
10 512	1138 3883 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SERVICOS DE DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL PARA PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351	10.558.856
									10.558.856
1287 SANEAMENTO RURAL									37.188.213
		PROJETOS							
10 511	1287 3921	IMPLANTACAO DE MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS							30.737.460
10 511	1287 3921 0155	IMPLANTACAO DE MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351	30.737.460
									30.737.460
10 511	1287 7656	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DO SERVICO DE SANEAMENTO EM AREAS RURAIS, EM AREAS ESPECIAIS (QUILOMBOS, ASSENTAMENTOS E RESERVAS EXTRATIVISTAS) E EM LOCALIDADES COM POPULACAO							6.450.753

10 511	1287 7656 0101	INFERIOR A 2.500 HABITANTES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DO SERVICO DE SANEAMENTO EM AREAS RURAIS, EM AREAS ESPECIAIS (QUILOMBOS, ASSENTAMENTOS E RESERVAS EXTRATIVISTAS) E EM LOCALIDADES COM POPULACAO INFERIOR A 2.500 HABITANTES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									6.450.753
			S	4	2	40	0	351			6.450.753

TOTAL - FISCAL

0

TOTAL - SEGURIDADE

158.226.016

TOTAL - GERAL

158.226.016

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS							161.495.555

		PROJETOS							
26 783	0237 116E	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS							161.495.555
26 783	0237 116E 0101	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	27.834.515
			F	4	3	90	0	311	133.661.040

TOTAL - FISCAL

161.495.555

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

161.495.555

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									50.782.788
		PROJETOS							
26 782	0220 1J56	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MA/PA - ENTR. BR-308/316 - NA BR-010 - NO ESTADO DO PARA							527.788
26 782	0220 1J56 0103	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MA/PA - ENTR. BR-308/316 - NA BR-010 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	527.788
		ATIVIDADES							
26 782	0220 20A6	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-473 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							1.500.000
26 782	0220 20A6 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-473 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	1.500.000
26 782	0220 202Y	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-174 - NO ESTADO DO MATO GROSSO							1.425.000
26 782	0220 202Y 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-174 - NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	1.425.000
26 782	0220 203A	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-364 - NO ESTADO DE RONDONIA							1.200.000
26 782	0220 203A 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-364 - NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	1.200.000
26 782	0220 203C	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-364 - NO ESTADO DO MATO GROSSO							5.680.000
26 782	0220 203C 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-364 - NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DE MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	5.680.000
26 782	0220 203T	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-282 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							9.100.000
26 782	0220 203T 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-282 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	9.100.000
26 782	0220 204X	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-265 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.500.000
26 782	0220 204X 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-265 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	1.500.000
26 782	0220 206X	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-316 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							6.000.000
26 782	0220 206X 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-316 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE							6.000.000

		PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	6.000.000
26 782	0220 208W	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-110 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							6.000.000
26 782	0220 208W 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-110 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	6.000.000
26 782	0220 209A	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-407 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							8.000.000
26 782	0220 209A 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-407 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DO PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	8.000.000
		PROJETOS							
26 782	0220 3E12	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA TO/GO - DIVISA GO/MG - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS							9.850.000
26 782	0220 3E12 0103	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA TO/GO - DIVISA GO/MG - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	9.850.000
			F	4	3	90	0	311	9.454,581
			F	4	3	90	0	311	395.419
0230 CORREDOR LESTE									12.000.000
		PROJETOS							
26 782	0230 1K22	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA GO/MG - ENTRONCAMENTO BR-365 - NA BR-153 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							12.000.000
26 782	0230 1K22 0101	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA GO/MG - ENTRONCAMENTO BR-365 - NA BR-153 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	12.000.000
			F	4	3	90	0	311	12.000.000
0233 CORREDOR MERCOSUL									21.045.000
		PROJETOS							
26 782	0233 111T	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SAO MIGUEL DO OESTE - FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA - NA BR-282 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							21.045.000
26 782	0233 111T 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SAO MIGUEL DO OESTE - FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA - NA BR-282 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	21.045.000
			F	4	3	90	0	311	21.045.000
0235 CORREDOR NORDESTE									46.000.000
		PROJETOS							
26 783	0235 10MK	DESAPROPRIACAO DE AREA PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA							16.000.000
26 783	0235 10MK 0101	DESAPROPRIACAO DE AREA PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	16.000.000
			F	4	2	90	0	311	16.000.000
26 782	0235 7E91	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO PE-160 (PAO DE ACUCAR) - ENTRONCAMENTO PE-149 (AGRESTINA) (KM 19,8 - KM 71,2) - NA BR-104 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							30.000.000
26 782	0235 7E91 0103	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO PE-160 (PAO DE ACUCAR) - ENTRONCAMENTO PE-149 (AGRESTINA) (KM 19,8 - KM 71,2) - NA BR-104 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									268.600
		PROJETOS							
20 607	0379 5314	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXIO DE IRECE COM 59.375 HA NO ESTADO DA BAHIA							268.600
20 607	0379 5314 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXIO DE IRECE COM 59.375 HA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							268.600
			F	4	3	90	0	300	268.600
1305 REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL									24.483.842
		PROJETOS							
18 511	1305 116F	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS							24.483.842
18 511	1305 116F 0101	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							24.483.842
			S	4	3	90	0	300	24.483.842
TOTAL - FISCAL									268.600
TOTAL - SEGURIDADE									24.483.842
TOTAL - GERAL									24.752.442

UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									608.546
		PROJETOS							
20 607	0379 1017	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.600 HA NO ESTADO DO CEARA							608.546
20 607	0379 1017 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.600 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	300	608.546
1038 TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO									1.555.872
		PROJETOS							
20 607	1038 5948	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU COM 8.335 HA NO ESTADO DO CEARA							1.555.872
20 607	1038 5948 0101	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU COM 8.335 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	300	1.555.872
TOTAL - FISCAL									2.164.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.164.418

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									28.590.246
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	0122 006F	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							28.590.246
17 512	0122 006F 0109	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							28.590.246
			S	4	3	30	0	300	28.590.246
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									5.400.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							5.400.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.400.000
			F	4	2	40	0	300	5.400.000
1128 URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS									97.213.802
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	1128 006H	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							11.713.802
17 512	1128 006H 0111	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.000.000
			S	4	3	30	0	300	7.000.000
17 512	1128 006H 0139	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.713.802
			S	4	3	40	0	300	4.713.802
15 451	1128 0644	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL)							85.500.000

15 451	1128 0644 0103	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL) - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								25.000.000
			F	4	2	40	0	300		25.000.000
15 451	1128 0644 0107	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								57.000.000
			F	4	2	40	0	300		57.000.000
15 451	1128 0644 0127	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL) - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								3.500.000
			F	4	2	30	0	300		3.500.000

8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS**5.000.000**

		OPERACOES ESPECIAIS								
17 512	8007 00AG	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS								5.000.000
17 512	8007 00AG 0101	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								5.000.000
			S	4	3	40	0	300		5.000.000

9991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL**500.000.000**

		OPERACOES ESPECIAIS								
28 845	9991 00AF	TRANSFERENCIA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR								500.000.000
28 845	9991 00AF 0101	TRANSFERENCIA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								500.000.000
			F	3	2	90	0	300		500.000.000

TOTAL - FISCAL**590.900.000****TOTAL - SEGURIDADE****45.304.048****TOTAL - GERAL****636.204.048****ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES****UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU****ANEXO I****CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									8.400.000
		PROJETOS							
15 453	1295 5754	IMPLANTACAO DO TRECHO TIP-TIMBI E MODERNIZACAO DO TRECHO RODOVIARIA-RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE							8.400.000
15 453	1295 5754 0107	IMPLANTACAO DO TRECHO TIP-TIMBI E MODERNIZACAO DO TRECHO RODOVIARIA-RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.400.000
			F	4	3	90	0	311	8.400.000
TOTAL - FISCAL									8.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.400.000

UNIDADE : 56902 - FUNDO NACIONAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL - FNHIS

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
9991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL									11.487.232
		OPERACOES ESPECIAIS							
16 482	9991 0B62	APOIO A ELABORACAO DE PLANOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL							5.731.899
16 482	9991 0B62 0101	APOIO A ELABORACAO DE PLANOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	40	0	300	5.731.899
16 482	9991 0648	APOIO AO PODER PUBLICO PARA CONSTRUCAO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA							5.755.333
16 482	9991 0648 0869	APOIO AO PODER PUBLICO PARA CONSTRUCAO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	40	0	300	5.755.333
TOTAL - FISCAL									11.487.232
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.487.232

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									86.351.573
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 512	0122 002L	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS							5.315.707
10 512	0122 002L 0215	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.315.707
			S	4	2	30	0	351	3.257.428
			S	4	2	40	0	351	2.058.279
10 512	0122 002M	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS							4.005.758
10 512	0122 002M 0123	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.005.758
			S	4	2	30	0	351	2.599.398
			S	4	2	40	0	351	1.406.360
10 512	0122 0798	APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO							8.610.107
10 512	0122 0798 0001	APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO - NACIONAL							8.610.107
			S	4	2	40	0	151	8.610.107
		PROJETOS							
10 512	0122 10GD	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE ATE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							68.420.001
10 512	0122 10GD 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE ATE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							68.420.001
			S	4	2	40	0	351	68.420.001

1036 INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS								9.588.400
		PROJETOS						
10 512	1036 10SK	SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)						3.200.000
10 512	1036 10SK 0101	SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL - (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351
10 512	1036 10SL	SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO RIO SAO FRANCISCO COM ATE 50.000 HAB. OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)						2.500.000
10 512	1036 10SL 0101	SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO RIO SAO FRANCISCO COM ATE 50.000 HAB. OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL - (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351
10 512	1036 10SV	SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)						3.888.400
10 512	1036 10SV 0101	SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATE 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351
1287 SANEAMENTO RURAL								44.371.085
		PROJETOS						
10 511	1287 10LP	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA PARA COMUNIDADES RURAIS DISPERSAS SITUADAS AS MARGENS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS						24.483.842
10 511	1287 10LP 0101	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA PARA COMUNIDADES RURAIS DISPERSAS SITUADAS AS MARGENS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351
10 511	1287 7684	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS						19.887.243
10 511	1287 7684 0001	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL	S	4	2	90	0	151
10 511	1287 7684 0103	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351

			S	4	2	90	0	351	4.561.343
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									17.914.958
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 846	8007 0B99	APOIO A IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS							13.432.058
10 846	8007 0B99 0001	APOIO A IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS - NACIONAL							13.432.058
			S	4	2	40	0	151	13.432.058
10 512	8007 002N	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS							3.378.693
10 512	8007 002N 0101	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA DO SISTEMA PUBLICO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS EM MUNICIPIOS COM POPULACAO ACIMA DE 250 MIL HABITANTES OU EM REGIOES METROPOLITANAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.378.693
			S	4	2	30	0	351	272.386
			S	4	2	40	0	351	3.106.307
		PROJETOS							
10 512	8007 10GG	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							1.104.207
10 512	8007 10GG 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.104.207
			S	4	2	40	0	351	1.104.207
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									158.226.016
TOTAL - GERAL									158.226.016

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									99.446.382
		PROJETOS							
26 782	0220 1D60	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA BA/ES - DIVISA ES/RJ - NA BR-101 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							3.000.350
26 782	0220 1D60 0032	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA BA/ES - DIVISA ES/RJ - NA BR-101 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							3.000.350
			F	4	3	90	0	111	3.000.350
26 782	0220 1K12	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA - NA BR-101 - NO ESTADO DE SERGIPE							3.000.000
26 782	0220 1K12 0028	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA - NA BR-101 - NO ESTADO DE SERGIPE - NO ESTADO DE SERGIPE							3.000.000
			F	4	3	90	0	111	3.000.000
26 782	0220 1K16	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - UNIAO DA VITORIA - DIVISA PR/SC - NA BR-153 - NO ESTADO DO PARANA							6.600.000
26 782	0220 1K16 0041	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - UNIAO DA VITORIA - DIVISA PR/SC - NA BR-153 - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA							6.600.000
			F	4	3	90	0	111	6.600.000
		ATIVIDADES							
26 782	0220 204W	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-267 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							5.000.000
26 782	0220 204W 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-267 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DO MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.000.000
			F	4	3	90	0	111	5.000.000
26 782	0220 205U	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-452 - NO ESTADO DE GOIAS							2.320.000
26 782	0220 205U 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-452 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.320.000
			F	4	3	90	0	111	2.320.000
26 782	0220 2325	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS							37.275.000
26 782	0220 2325 0001	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS - NACIONAL							37.275.000
			F	3	3	90	0	311	27.700.000
			F	4	2	90	0	311	9.575.000
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS							26.694.009
26 782	0220 2834 0011	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE RONDONIA							2.300.000
			F	4	3	90	0	311	2.300.000
26 782	0220 2834 0012	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO ACRE							15.000.000
			F	4	3	90	0	311	15.000.000
26 782	0220 2834 0015	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO PARA							3.527.000
			F	4	2	90	0	311	3.527.000
26 782	0220 2834 0032	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO							5.600.000

		ESPIRITO SANTO									
26 782	0220 2834 0054	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	F	4	2	90	0	311		5.600.000	
										267.009	
			F	4	3	90	0	311		267.009	
26 782	0220 2841	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS								13.318.000	
26 782	0220 2841 0012	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ACRE								1.200.000	
			F	4	2	90	0	311		1.200.000	
26 782	0220 2841 0121	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)								8.800.000	
			F	4	3	90	0	311		8.800.000	
26 782	0220 2841 0153	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								3.318.000	
			F	4	3	90	0	311		3.318.000	
		PROJETOS									
26 782	0220 3E33	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - VITORIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								2.000.000	
26 782	0220 3E33 0032	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - VITORIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								2.000.000	
			F	4	3	90	0	111		2.000.000	
26 782	0220 3E44	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								239.023	
26 782	0220 3E44 0031	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								239.023	
			F	4	3	90	0	111		239.023	

0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES

10.280.000

		PROJETOS							
26 121	0225 1D47	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							4.725.000
26 121	0225 1D47 0001	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	3	90	0	111	4.725.000
26 122	0225 1D48	MODERNIZACAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							3.000.000
26 122	0225 1D48 0101	MODERNIZACAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	3.000.000
26 572	0225 1D59	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A ENGENHARIA DE TRANSPORTES (PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS)							2.555.000
26 572	0225 1D59 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A ENGENHARIA DE TRANSPORTES (PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS) - NACIONAL	F	3	3	90	0	111	2.555.000

0230 CORREDOR LESTE

4.875.364

		PROJETOS							
26 783	0230 11H1	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO PERIMETRO URBANO DE BARRA MANSA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							4.736.846
26 783	0230 11H1 0033	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO PERIMETRO URBANO DE BARRA MANSA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	3	90	0	111	2.336.846
26 783	0230 11H1 0103	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO PERIMETRO URBANO DE BARRA MANSA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO							2.400.000

		EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	2.400.000
26 782	0230 1310	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - APARECIDA DE GOIANIA - ITUMBIARA - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS							138.518
26 782	0230 1310 0109	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - APARECIDA DE GOIANIA - ITUMBIARA - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							138.518
			F	4	3	90	0	311	138.518

0233 CORREDOR MERCOSUL**16.187.708**

		PROJETOS							
26 782	0233 11VC	ADEQUACAO DE CONTO RODOVIARIO - MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE) - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA							919.999
26 782	0233 11VC 0041	ADEQUACAO DE CONTO RODOVIARIO - MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE) - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA							225.665
26 782	0233 11VC 4003	ADEQUACAO DE CONTO RODOVIARIO - MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE) - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	111	225.665
									694.334
			F	4	3	90	0	311	694.334
26 782	0233 1214	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - RIO GRANDE - PELOTAS - NA BR-392 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							15.267.709
26 782	0233 1214 0103	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - RIO GRANDE - PELOTAS - NA BR-392 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							15.267.709
			F	4	3	90	0	311	15.267.709

0236 CORREDOR OESTE-NORTE**116.788.470**

		PROJETOS							
26 784	0236 1B71	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - EM CACAU PIRERA - NO ESTADO DO AMAZONAS							3.735.547
26 784	0236 1B71 0013	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - EM CACAU PIRERA - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							3.735.547
			F	4	3	90	0	311	3.735.547
26 784	0236 1D51	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - NO ESTADO DO AMAZONAS							969.600
26 784	0236 1D51 0013	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							969.600
			F	4	3	90	0	311	969.600
26 782	0236 1J87	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-230 (RUROPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA							21.500.000
26 782	0236 1J87 0015	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-230 (RUROPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA							21.500.000
			F	4	3	90	0	111	21.500.000
26 782	0236 1J88	CONSTRUCAO DE PONTES - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA							11.645.000
26 782	0236 1J88 0015	CONSTRUCAO DE PONTES - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA							11.645.000
			F	4	3	90	0	111	11.645.000
26 784	0236 107B	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA - NO ESTADO DO PARA							1.834.140
26 784	0236 107B 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.834.140
			F	4	3	90	0	311	1.834.140
26 784	0236 108Q	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ALTAMIRA - NO ESTADO DO PARA							996.640
26 784	0236 108Q 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE							996.640

		ALTAMIRA - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	996.640
26 784	0236 108R	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AUGUSTO CORREA - NO ESTADO DO PARA							1.200.000
26 784	0236 108R 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AUGUSTO CORREA - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	1.200.000
26 784	0236 108S	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AVEIRO - NO ESTADO DO PARA							300.000
26 784	0236 108S 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AVEIRO - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	300.000
26 782	0236 1490	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA							74.607.543
26 782	0236 1490 0103	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	74.607.543
			F	4	3	90	0	311	74.607.543

0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS**26.300.000**

		PROJETOS							
26 782	0237 11VA	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRAO CASCALHEIRA - NA BR-158 - NO ESTADO DO MATO GROSSO							13.300.000
26 782	0237 11VA 0051	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRAO CASCALHEIRA - NA BR-158 - NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO	F	4	3	90	0	111	10.800.000
26 782	0237 11VA 0105	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRAO CASCALHEIRA - NA BR-158 - NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	10.800.000 2.500.000
26 782	0237 7542	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRASILIA - DIVISA DF/GO - NA BR-060 - NO DISTRITO FEDERAL							13.000.000
26 782	0237 7542 0053	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRASILIA - DIVISA DF/GO - NA BR-060 - NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	3	90	0	111	11.600.000
26 782	0237 7542 0103	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRASILIA - DIVISA DF/GO - NA BR-060 - NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	11.600.000 1.400.000
			F	4	3	90	0	311	1.400.000

0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE**3.400.000**

		PROJETOS							
26 782	0238 1K38	ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE - BINACIONAL - NA BR-156 - NO ESTADO DO AMAPA							3.400.000
26 782	0238 1K38 0016	ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE - BINACIONAL - NA BR-156 - NO ESTADO DO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	2	90	0	311	3.400.000
			F	3	2	90	0	311	3.400.000

TOTAL - FISCAL

277.277.924

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

277.277.924

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA									21.797.725
		PROJETOS							
18 544	0515 1168	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE PALMEIRA DOS INDIOS NO ESTADO DE ALAGOAS							4.649.324
18 544	0515 1168 0027	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE PALMEIRA DOS INDIOS NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	4	3	90	0	300	4.649.324
18 544	0515 1K48	IMPLANTACAO DAS ESTACOES DE TRATAMENTO DE LODO DAS ETAS DE BARRA DO CHOCA E PLANALTO NO ESTADO DA BAHIA (PROAGUA NACIONAL)							500.000
18 544	0515 1K48 0029	IMPLANTACAO DAS ESTACOES DE TRATAMENTO DE LODO DAS ETAS DE BARRA DO CHOCA E PLANALTO NO ESTADO DA BAHIA (PROAGUA NACIONAL) - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	30	1	100	500.000
18 544	0515 10AK	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE BOCAINA COM 122 KM NO ESTADO DO PIAUI (PROAGUA NACIONAL)							224.461
18 544	0515 10AK 0020	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE BOCAINA COM 122 KM NO ESTADO DO PIAUI (PROAGUA NACIONAL) - NA REGIAO NORDESTE	F	4	2	30	1	100	224.461
18 544	0515 10E9	IMPLANTACAO DA ADUTORA GAVIAO-PECEM NO ESTADO DO CEARA							5.000.000
18 544	0515 10E9 0101	IMPLANTACAO DA ADUTORA GAVIAO-PECEM NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	4	3	90	0	300	5.000.000
18 544	0515 10GM	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA							2.990.002
18 544	0515 10GM 0101	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	4	3	90	0	300	2.990.002
18 544	0515 11NK	CONSTRUCAO DO CANAL DE 15 KM E ADUTORA DE 10 KM INTERLIGANDO O ACUDE OROS - FEITICEIRA NO ESTADO DO CEARA							2.453.938
18 544	0515 11NK 0023	CONSTRUCAO DO CANAL DE 15 KM E ADUTORA DE 10 KM INTERLIGANDO O ACUDE OROS - FEITICEIRA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA	F	4	3	90	0	300	2.453.938
18 544	0515 115K	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE BELO JARDIM - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							930.000
18 544	0515 115K 0101	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE BELO JARDIM - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	4	3	90	0	300	930.000
18 544	0515 3445	CONSTRUCAO DA BARRAGEM E DO SISTEMA ADUTOR DO CORREGO JOAO LEITE NO ESTADO DE GOIAS							5.050.000
18 544	0515 3445 0052	CONSTRUCAO DA BARRAGEM E DO SISTEMA ADUTOR DO CORREGO JOAO LEITE NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS	F	4	3	90	0	300	5.050.000

TOTAL - FISCAL	21.797.725
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	21.797.725

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									23.061.555
		PROJETOS							
20 607	0379 1686	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MARITUBA COM 3.136 HA NO ESTADO DE ALAGOAS							5.201.929
20 607	0379 1686 0027	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MARITUBA COM 3.136 HA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS							5.201.929
			F	4	3	90	0	100	5.201.929
20 607	0379 1692	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO SALITRE COM 31.305 HA NO ESTADO DA BAHIA							4.427.044
20 607	0379 1692 0029	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO SALITRE COM 31.305 HA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA							4.427.044
			F	4	3	90	0	300	4.427.044
20 607	0379 5260	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO PONTAL COM 7.862 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO							3.652.194
20 607	0379 5260 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO PONTAL COM 7.862 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.652.194
			F	4	3	90	0	300	3.652.194
20 607	0379 5322	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAIBA - 3ª ETAPA - COM 12.000 HA NO ESTADO DE MINAS GERAIS							9.780.388
20 607	0379 5322 0031	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAIBA - 3ª ETAPA - COM 12.000 HA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							9.780.388
			F	4	3	90	0	300	9.780.388
1305 REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL									27.663.016
		PROJETOS							
18 544	1305 10RN	OBRAS DE REVITALIZACAO E RECUPERACAO NAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA							2.855.111
18 544	1305 10RN 0101	OBRAS DE REVITALIZACAO E RECUPERACAO NAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.855.111
			F	4	3	90	0	300	2.855.111
		ATIVIDADES							
18 543	1305 8845	RECUPERACAO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA							24.807.905
18 543	1305 8845 0101	RECUPERACAO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							24.807.905
			F	4	3	90	0	300	24.807.905

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									12.915.688
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	0122 006E	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							6.611.307
17 512	0122 006E 0113	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							6.068.000
17 512	0122 006E 0117	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	30	0	300	6.068.000 279.072
17 512	0122 006E 0137	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	30	0	300	279.072 264.235
17 512	0122 006F	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							6.304.381
17 512	0122 006F 0117	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.563.966
17 512	0122 006F 0139	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	30	0	300	1.563.966 1.797.368
17 512	0122 006F 0145	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE	S	4	2	30	0	300	1.797.368 2.943.047

		150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	30	0	300	2.943.047
1128 URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS									9.554.820
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	1128 006H	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							164.160
17 512	1128 006H 0141	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	30	0	300	164.160
17 512	1128 0646	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR)							9.390.660
17 512	1128 0646 0020	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR) - NA REGIAO NORDESTE	S	4	2	40	0	148	3.338.296
17 512	1128 0646 0030	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR) - NA REGIAO SUDESTE	S	4	2	40	0	148	3.338.296
17 512	1128 0646 0050	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	S	3	2	90	0	148	3.699.445
			S	3	2	90	1	100	2.352.919
			S	3	2	90	0	148	1.182.472
			S	3	2	90	1	100	1.170.447
1136 FORTALECIMENTO DA GESTAO URBANA									10.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	1136 006G	APOIO A ELABORACAO DE ESTUDOS E IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL E A ESTRUTURACAO DA PRESTACAO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO E REVITALIZACAO DOS PRESTADORES DE SERVICOS PUBLICOS DE SANEAMENTO							10.000.000
17 512	1136 006G 0101	APOIO A ELABORACAO DE ESTUDOS E IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL E A ESTRUTURACAO DA PRESTACAO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO E REVITALIZACAO DOS PRESTADORES DE SERVICOS PUBLICOS DE SANEAMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	10.000.000
			S	4	2	40	0	351	5.000.000
			S	4	2	40	0	351	5.000.000
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									5.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	8007 006K	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS.							5.000.000
17 512	8007 006K 0101	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS. - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	40	0	351	5.000.000
			S	4	2	40	0	351	5.000.000

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	37.470.508
TOTAL - GERAL	37.470.508

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									8.400.000
		PROJETOS							
15 453	1295 10A8	ELABORACAO DE PROJETOS DA LINHA 2 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - BH							4.000.000
15 453	1295 10A8 0101	ELABORACAO DE PROJETOS DA LINHA 2 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - BH - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	4.000.000
15 453	1295 5176	IMPLANTACAO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG							4.400.000
15 453	1295 5176 0105	IMPLANTACAO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	4.400.000
TOTAL - FISCAL									8.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.400.000

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE : 74911 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FNHIS

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
9991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL									150.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
16 846	9991 0703	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (LEI Nº 10.998, DE 2004)							150.000.000
16 846	9991 0703 0001	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (LEI Nº 10.998, DE 2004) - NACIONAL							150.000.000
			F	3	1	90	0	100	150.000.000
TOTAL - FISCAL									150.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000.000

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	14.000.000
			14.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	14.000.000
			14.000.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
26 TRANSPORTE			14.000.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	14.000.000
			14.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0230 CORREDOR LESTE			5.000.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			9.000.000
		TOTAL - GERAL	14.000.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		TOTAL - GERAL	14.000.000
			14.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			14.000.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			14.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOUREIRO			14.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			14.000.000
TOTAL DA RECEITA	14.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	14.000.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 14.000.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			14.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			14.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0230 CORREDOR LESTE			5.000.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			9.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			5.000.000
20210 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP			9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			14.000.000
TOTAL			14.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			14.000.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			14.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOUREO			14.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			14.000.000
TOTAL DA RECEITA	14.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	14.000.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<hr/>		
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.000.000		
<hr/>		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									9.000.000

		PROJETOS							
26 784	0237 1C83	CONSTRUCAO DA RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							4.500.000
26 784	0237 1C83 0015	CONSTRUCAO DA RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA							4.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 54	I	4 - INV	2	90	0	495	4.500.000
26 784	0237 100T	CONSTRUCAO DO PIER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							4.500.000
26 784	0237 100T 0015	CONSTRUCAO DO PIER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA							4.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12	I	4 - INV	2	90	0	495	4.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									9.000.000

ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 2008

O Presidente do Senado Federal faz saber que, em sessão realizada em 16 de abril de 2008, o Plenário da Casa rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”, sendo a matéria arquivada nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Senado Federal, 18 de abril de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2008-CN

Modifica o art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN – Regimento Comum do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN – Regimento Comum do Congresso Nacional, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º, 5º e 6º, renumerando-se o atual § 3º como § 7º:

“Art. 4º

§ 3º Os líderes dos partidos que elegerem as duas maiores bancadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados e que expressarem, em relação ao governo, posição diversa da maioria, indicarão Congressistas para exercer a função de Líder da Minoria no Congresso Nacional.

§ 4º A escolha do Líder da Minoria no Congresso Nacional será anual e se fará de forma alternada entre Senadores e Deputados Federais, de acordo com o § 3º.

§ 5º O Líder da Minoria poderá indicar cinco vice-líderes dentre os integrantes das representações partidárias que integrem a Minoria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

§ 6º Para efeito desta Resolução, entende-se por Maioria e Minoria o disposto nos arts. 65, §§1º e 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e 13 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

§ 7º (Atual parágrafo 3º)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de abril de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 56ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 71, de 2008 (nº 214/2008, na origem), informando que se ausentará do País no período de 19 a 21 de abril, para realizar visita oficial a Gana. 10165

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 15 e 119, de 2007. 10165

Realização de sessão especial na próxima terça-feira, dia 22, às 10 horas, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público, de acordo com o Requerimento nº 223, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores. 10165

Recebimento da Mensagem nº 70, de 2008 (nº 210/2008, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas. 10165

Remessa da Medida Provisória nº 424, de 2008 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas, e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. 10165

1.2.3 – Leitura de parecer

Nº 343, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006 (nº 5.245/2005, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*. 10166

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente. 10171

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 472, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornal “Em Tempo Itacoatiara”*. 10171

1.2.6 – Comunicação

Do Senador Arthur Virgílio, referente ao seu comparecimento na sessão deliberativa ordinária do dia 17 do corrente. 10171

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Considerações a respeito de matérias publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, sobre a redução das tarifas de energia elétrica e a importância do etanol brasileiro. **Participação de S. Exa. em reunião** para debater questões sobre meio ambiente, em Washington, nos Estados Unidos. 10172

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Participação de S. Exa. no seminário Direito e Desenvolvimento Econômico, ontem em Cuiabá/MT. Participação de S. Exa. na abertura do I Encontro Estadual de Lideranças Tucanas, em Manaus/AM. Preocupação com as populações do Amazonas que sofrem com as cheias dos rios Madeira e Juruá. Comentário sobre declarações do comandante militar da Amazônia, General Augusto Heleno. 10181

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – A luta da base do Governo para tentar barrar o funcionamento das CPIs no Congresso Nacional. Sugestões sobre a aplicação dos recursos desviados pelas ONGs. 10186

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Homenagem a Aimé Césaire, ao Professor Candido Mendes e ao Sr. Amadou-Mahtar M'Bow, pessoas que simbolizam a idéia do diálogo. 10191

SENADORA *KÁTIA ABREU* – Críticas às ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em diversas partes do país. Considerações sobre as preocupações do General Augusto Heleno com relação à soberania nacional. Homenagem ao aniversário de Brasília. 10195

SENADOR *PAULO DUQUE* – Homenagem pelo aniversário de Brasília. Defesa da doação dos prédios públicos pertencentes à União ao Estado do Rio de Janeiro. 10201

SENADOR *PAULO PAIM* – Apoio das centrais sindicais à aprovação de projetos em favor de aposentados e pensionistas. Referências ao pronunciamento de S.Ex^a proferido na sessão de ontem. Reflexões sobre questões atinentes aos povos indígenas. Justificativas por sua ausência no compromisso à Base Industrial de Defesa da Região Sul. Registro do casamento da Sr^a Paula Rousseff Araújo com o Sr. Rafael Covolo. Realização, no dia 24 do corrente, de sessão especial, na Câmara dos Deputados, de homenagem à Federação para a Paz Universal. 10204

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Considerações sobre o crescimento nas transações com cartões de crédito no País, e a necessidade de uma legislação reguladora para o setor..... 10214

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Apoio ao pronunciamento do Senador Adelmir Santana. Preocupação com a tentativa de apropriação, pelo governo federal, de recursos do Sistema S, conjunto de 11 contribuições de categorias profissionais repassadas a instituições do direito privado, como Sesi, Senac e Senai..... 10216

SENADOR *MÃO SANTA* – A importância do Senado da República. Repúdio às críticas contra o Congresso Nacional. Defesa dos aposentados. Considerações sobre a matéria jornalística de Zózimo Tavares sobre o programa Luz para Todos no Piauí..... 10219

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *GERSON CAMATA* – Conseqüências das greves dos funcionários que trabalham nos portos, aeroportos e fronteiras, ao crescimento da participação do Brasil no comércio mundial. ... 10224

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro da Declaração de Princípios das Lideranças Empresariais, Profissionais e de Trabalhadores do Estado do Pará. 10224

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Saudação à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pela publicação “Enfrentamento à Violência contra a Mulher,” que traz um balanço de ações entre 2006 e 2007. 10227

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1, de 2008..... 10229

3 – CONVÊNIO

Nº 14, de 2008, entre o Senado Federal e o Banco BMG S/A..... 10230

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 56ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Mão Santa
e Geraldo Mesquita Júnior*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 71, DE 2008

(Nº 214/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 19 a 21 de abril, para realizar visita oficial a Gana.

Brasília, 17 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Aviso nº 271 - C. Civil

Em 17 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 19 a 21 de abril, para realizar visita oficial a Gana.

Atenciosamente – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 214, de 2008, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se, ontem, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2007** (nº 4.711/2004, na Casa de origem), que institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2007** (nº 3.298/2005, na Casa de origem), que denomina Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o trecho da BR-393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na próxima terça-feira, dia 22, às 10:00 horas, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público, de acordo com o Requerimento nº 223, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 70, de 2008** (nº 210/2008, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do § 4º do art. 74 da Lei nº 11.514, de 2007, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal e, em cópia, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 424, de 2008**, que “*abre crédito extraordinário, em*

favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 424

Publicação no DO	17-04-2008
Emendas	até 23-4-2008 (6 dias após a publicação)
Prazo na Comissão	17-4-2008 a 30-4-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	30-4-2008
Prazo na CD	De 1º-5-2008 a 14-5-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	14-5-2008
Prazo no SF	15-5-2008 a 28-5-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	28-5-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	29-5-2008 a 31-5-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	1º-6-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	15-6-2008 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 343, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006 (nº 5.245/2005, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I — Relatório

A Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 36, de 2006, que, se aprovado, dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.

Originalmente, o projeto foi apresentado pelo Deputado Michel Temer na Câmara dos Deputados,

onde foi registrado como Projeto de Lei (PL) nº 5.245, de 2005. Da justificação, depreende-se que o proponente tem por objetivo “impedir a conduta delituosa do profissional do direito, mas, ao mesmo tempo, a preservação da inviolabilidade do local de trabalho com o que se preserva o sigilo que preside as relações entre o cliente e o seu advogado”.

Para tanto, busca alterar o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994 (Estatuto da Advocacia), bem como acrescentar-lhe parágrafos, de modo a assegurar garantias individuais contempladas em sede constitucional, como o direito ao sigilo de comunicações telefônicas, e, concomitantemente, “evitar que profissionais da advocacia invoquem o sigilo profissional, assim como a inviolabilidade dele decorrente, como escudo protetor para impedir a investigação sobre condutas criminosas por si praticadas”.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, o PL nº 5.245, de 2004, recebeu parecer por sua aprovação, emitido pelo Deputado Darci Coelho, que, contudo, apresentou emenda, posteriormente aprovada, o que importou em alteração da redação da ementa do projeto.

Em 27 de março de 2006, a proposição veio ao Senado Federal, onde passou a ser identificada como PLC nº 36, de 2006, havendo sido distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

II – Análise

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 36, de 2006, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre direito processual, bem assim sobre condições para o exercício de profissões, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XVI, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, **caput**); e iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normalização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

No mérito, mostra-se bastante propícia a iniciativa consubstanciada no PLC nº 36, de 2006, pois encontra conformidade, por um lado, com discussões muito atuais, no País, acerca dos limites e sanções

que se devem impor aos causídicos que se aproveitaram de prerrogativas legalmente estabelecidas para acobertar ou, mesmo, perpetrar atos ilícitos; e, por outro, com as constantes queixas da classe advocatícia contra supostas violações, pelo Poder Judiciário ou pelas polícias civis e federal, daquelas mesmas prerrogativas.

Todavia, para o alcance mais eficiente desse louvável escopo, dois singelos incrementos ao projeto, de natureza meramente redacional, fazem-se oportunos: a substituição do termo “resguardados” pela expressão “vedada a utilização”, no § 6º alvitado para o art. 7º do Estatuto da Advocacia, torna mais clara a finalidade daquela regra; e pequenas modificações no texto do § 9º, sugerido para aquele mesmo dispositivo da lei, hão de torná-lo menos redundante e, por outro lado, mais consuntâneo com o espírito original do Estatuto.

Por fim, deve-se observar que a ementa do PLC nº 36, de 2006, não está em total consonância com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual, em seu art. 5º, estipula que “[a] ementa (...) explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o **objeto da lei**” (grifo nosso). O texto sugerido pelo Deputado Darci Coelho para a ementa do projeto não cumpriu tal desiderato e, ademais, nela transcreve a ementa da Lei nº 8.906, de 1994, a qual se pretende alterar, o que é despiciendo. Por tal motivo, alvitramos nova redação também para esse trecho da proposição.

III – Voto

Pelos motivos expendidos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 36, de 2006, a seguinte redação:

Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 36, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia;

.....

§ 5º São instrumentos de trabalho do advogado todo e qualquer bem móvel ou intelectual utilizado no exercício da advocacia, especialmente seus computadores, telefones, arquivos impressos ou digitais, bancos de dados, livros e anotações de qualquer espécie, bem como documentos, objetos e mídias de som ou imagem, recebidos de clientes ou de terceiros.

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

§ 7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou co-autores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.

§ 8º A quebra da inviolabilidade referida no § 6º deste artigo, quando decretada contra advogado empregado ou membro de sociedade de advogados, será restrita ao local e aos instrumentos de trabalho privativos do advogado averiguado, não se estendendo aos locais e instrumentos de trabalho compartilhados com os demais advogados.

§ 9º No caso de ofensa a inscrito na OAB, no exercício da profissão ou de cargo ou função de órgão dessa entidade, o conselho competente promoverá o desagravo público do ofendido, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incorrer o infrator. (NR)”

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: POC Nº 36 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/04/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Luiz Arruda</i>	
RELATOR: <i>Sen. Valtor Pereira</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Siba</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY <i>Eduardo</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio</i>	4. MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>Almeida</i>	4. VALDIR RAUPP <i>Valdir</i>
VALTER PEREIRA (Relator) <i>Valter</i>	5. JOSÉ MARANHÃO <i>Jose</i>
GILVAM BORGES <i>Gilvam</i>	6. NEUTO DE CONTO <i>Neuto</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente) <i>Marco</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>Katia</i>	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antonio</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitacio</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Art. 7º São direitos do advogado:

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, o PL nº 5.245, de 2004, recebeu parecer por sua aprovação, emitido pelo Deputado Darci Coelho, que, contudo, apresentou emenda, posteriormente aprovada, o que importou em alteração da redação da ementa do projeto.

Em 27 de março de 2006, a proposição veio ao Senado Federal, onde passou a ser identificada como PLC nº 36, de 2006, havendo sido distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

II – Análise

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 36, de 2006, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre direito processual; bem assim sobre condições para o exercício de profissões, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XVI, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, **caput**); e iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

No mérito, mostra-se bastante propícia a iniciativa consubstanciada no PLC nº 36, de 2006, pois encontra conformidade, por um lado, com as discussões muito atuais, no País, acerca dos limites e sanções que se devem impor aos causídicos que se aproveitam de suas prerrogativas legalmente estabelecidas para acobertar ou, mesmo, perpetrar atos ilícitos; e, por outro lado, com as constantes queixas da classe advocatícia contra supostas violações, pelo Poder Judiciário ou pelas polícias civis e federal, daquelas mesmas prerrogativas. Todavia, para o alcance mais eficiente desse louvável escopo, dois incrementos ao projeto se fazem oportunos.

O art. 1º do PLC nº 36, de 2006, alvitra, para o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994, substituir a atual inviolabilidade da correspondência do advogado e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, pela mera inviolabilidade “de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática”.

Atualmente, não pode haver, em hipótese alguma, interceptação telefônica do local de trabalho do advogado, por motivo de exercício profissional, ainda que se expeça autorização judicial, visto que, primeiro, a ressalva prevista na parte final do inciso XII do artigo 5º da CF (admitir-se a interceptação, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal) aplica-se apenas à própria pessoa do advogado, em decorrência de ilícitos penais por ele cometidos, mas nunca devido a sua atividade profissional; e, segundo, a vigente ressalva da parte final do inciso II do art. 7º (“salvo caso de busca ou apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB”) não alcança as comunicações telefônicas (pois não há que se falar de busca e apreensão de comunicações).

Perceba-se, porém, que, com a supressão do termo “comunicações”, abre-se terreno para que se promova tal interceptação. Com efeito, o Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (de J. M. Othon Sidou – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004) conceitua “correspondência” como “toda mensagem escrita, de pessoa a pessoa, por meio de carta ou de qualquer outro meio de comunicação”. Uma das definições trazidas pela edição eletrônica do Dicionário Houaiss da língua portuguesa é a de “conjunto de cartas, mensagens, telegramas etc. expedidas

ou recebidas”. Por sua vez, o Dicionário Aurélio admite qualificar o vocábulo como “conjunto de cartas que um indivíduo recebe ou expede”.

Isso, somado ao fato de que a CF, no inciso XII de seu art. 5º, fixa, de modo indubitável, a distinção entre “correspondência” e “comunicações”, bem poderá levar ao entendimento de que a inviolabilidade ventilada pelo PLC nº 36, de 2006, abarca apenas o produto (material ou virtual) do intercâmbio telefônico – assim como do escrito, eletrônico e telemático, a propósito –, mas não o intercâmbio em si. Vale dizer, poder-se-iam considerar invioláveis tão-somente as mensagens sonoras (deixadas, por exemplo, em caixas de voz e secretárias eletrônicas), escritas (*e-mail*, torpedos telefônicos, registro automático de bate-papos virtuais, entre outros) e imagéticas (*e-mail*, mensagens multimídia, inclusive com vídeos anexados, etc.), mas não o processo de transmissão dessas mensagens (ou seja, permitir-se-ia a captação de seu conteúdo no momento do envio), tampouco as diversas formas de comunicação (conversas telefônicas ou por meio de programas de computador que as simulam, bate-papos virtuais, tele e videoconferências, etc.).

Para os que julguem tratar-se isso de uma filigrana, cumpre recordar trecho do voto do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal (STF), no Mandado de Segurança (MS) nº 21729/DF, publicado em 19 de outubro de 2001:

Da minha leitura, no inciso XII da Lei Fundamental, o que se protege, e de modo absoluto, até em relação ao Poder Judiciário, é a comunicação ‘de dados’ e não os ‘dados’, o que tornaria impossível qualquer investigação administrativa, fosse qual fosse.

Em suma, parece prudente manter, no inciso II do art. 7º do Estatuto da Advocacia, a referência aos diversos tipos de comunicação. Nessa hipótese, uma pequena alteração deve ser feita também no § 6º alvitado, já que, caso a quebra da inviolabilidade diga respeito, justamente, ao sigilo telefônico, não se fará necessária a expedição de mandado de busca e apreensão.

Por fim, deve-se observar que a ementa do PLC nº 36, de 2006, não está em total consonância com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual, em seu art. 5º, estipula que “[a] ementa (...) explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o **objeto da lei**” (grifo nosso). O texto sugerido pelo Deputado Darci Coelho para a ementa do projeto não cumpriu tal desiderato e, ademais, nela transcreve a ementa da Lei nº 8.906, de 1994, a qual se pretende alterar, o que é despidendo. Por tal motivo, alvitamos nova redação também para esse trecho da proposição.

III – Voto

Pelos motivos expendidos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 36, de 2006, a seguinte redação:

Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência e de suas comunicações.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 36, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....
.....

II — a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, e de suas comunicações, desde que relativas ao exercício da advocacia;
.....

§ 5º São instrumentos de trabalho do advogado todo e qualquer bem móvel ou intelectual utilizado no exercício da advocacia, especialmente seus computadores, telefones, arquivos impressos ou digitais, bancos de dados, livros e anotações de qualquer espécie, bem como documentos, objetos e mídias de som ou imagem, recebidos de clientes ou de terceiros.

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, em decisão motivada, expedindo, conforme o caso, ordem judicial para quebra de sigilo ou mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, resguardados os documentos, as mídias e os objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como os demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

§ 7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou co-autores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.

§ 8º A quebra da inviolabilidade referida no § 6º deste artigo, quando decretada contra advogado empregado ou membro de sociedade de advogados, será restrita ao local e aos instrumentos de trabalho privativos do advogado averiguado, não se estendendo aos locais e instrumentos de trabalho compartilhados com os demais advogados.

§ 9º No caso de ofensa a inscrito na OAB, no exercício da profissão ou de cargo ou função de órgão dessa entidade, o conselho competente promoverá o desagravo público do ofendido, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incorrer o infrator. (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

 Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com relação ao parecer que acaba de ser lido, a Presidência comunica que o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 343, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006** (nº 5245/2005, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 472, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao jornal Em Tempo Itacoatiara, ao atingir o primeiro ano

de sua existência a serviço da região centro do Amazonas, à margem esquerda do Rio Amazonas.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **Em Tempo Itacoatiara**, ao atingir o primeiro ano de sua existência a serviço da informação na região centro do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal, em Itacoatiara

Justificação

Com circulação em dois dias da semana, o jornal **Em Tempo Itacoatiara** completa este mês seu primeiro ano de existência a serviço da informação na área centro do Estado do Amazonas, à margem esquerda do Rio Amazonas. É “o jornal do jornalista Roberval Vieira”, como costuma dizer o povo daquela cidade. Além de Itacoatiara, o jornal circula também em Rio Preto da Eva, Silves e Itapiranga, com uma tiragem de 1.500 exemplares duas vezes por semana. Nele trabalham os jornalistas Augusto Banego, Nara Mendes, Carlos Amorim, Manoel Guimarães, Renata Geralda, Moisés Andrade, Floriano Ferreira, todos repórteres, e os fotógrafos Neto Castro, Eliakim Marques e Elcimar Lessa.

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem a jornal interiorano, pelo bons serviços prestados à sociedade.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Brasília, 18 de abril de 2008.

Senhor Presidente,

Participei da Sessão de ontem, na qual, inclusive, proferi discurso na homenagem póstuma ao jornalista Assis Chateaubriand.

No entanto, Senhor Presidente, pelo acúmulo de outras atividades, na área da Liderança partidária, acabei por esquecer de digitar o ponto em Plenário.

Assim, com escusas, solicito a Vossa Excelência relevar a falha, abonando o ponto.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Sem prejuízo do orador que está inscrito em primeiro lugar, o Senador Cristovam Buarque, passamos a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Renato Casagrande.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Casagrande por ter feito nossa inscrição.

Hoje, vamos tratar de dois temas extremamente atuais. Gostaria de registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma importante notícia que foi veiculada já faz alguns dias no jornal **O Estado de S. Paulo** e que, pela sua relevância, solicito que conste nos Anais desta Casa.

Diz a matéria:

Onze milhões de pessoas terão conta de luz menor.

Aneel reduziu tarifas no interior de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O corte nas contas de luz chega a 18,18% em residências atendidas pela CPFL.

A matéria, que é de Gerusa Marques e de Fernando Nakagawa, prossegue:

Mais de 11 milhões de clientes do serviço de energia elétrica sentirão, a partir de amanhã [meados do mês de abril] um alívio no bolso em relação à conta de luz. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou uma redução das tarifas em quatro Estados, incluindo o interior de São Paulo, na área atendida pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), onde as contas das residências e do comércio terão queda de 18,18%.

A redução beneficia também os clientes da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul) e das Centrais Elétricas Matrogrossenses (Cemat). As quatro distribuidoras passaram pelo processo de revisão tarifária, feito em média a cada quatro anos para equilibrar tarifas e custos das empresas.

Os principais motivos da redução, segundo, a Aneel, foram os ganhos de produtividade e a redução do custo operacional das

companhias obtidos nos últimos quatro anos. A queda significativa das tarifas de energia, em grandes distribuidoras do Sudeste, como a CPFL e a Cemig, pode ajudar a conter a inflação, que vem sendo pressionada pelo aquecimento da economia.

O Banco Central chegou a prever em seu relatório trimestral, divulgado em março, que a queda da inflação deve superar a meta de 4,5%. Também já é esperado que o Comitê de Política Monetária (Copom), na reunião da próxima semana, aumente a básica de juros, para conter a pressão inflacionária.

Repito: essa é matéria foi publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**. Continuo a leitura:

Para o pesquisador Heron do Carmo, da Fipe, é possível que o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) fique cerca de 0,05 ponto percentual mais baixo já este mês – deve fechar em cerca de 0,30%, contra previsão anterior de 0,34%.

As tarifas da CPFL também cairão para as indústrias, de 17,34% a 21,92%. A distribuidora atende 3,3 milhões de unidades consumidoras em 234 municípios no interior de São Paulo.

As tarifas da Cemig terão redução de 17,11% para residências e comércio. Para as indústrias, a queda varia de 7,97% a 13,85%. A Cemig atende 6,3 milhões de unidades consumidoras em 774 municípios mineiros.

No caso da Cemat, a queda é de 1,13% para residências e comércio e varia de 17,81% a 25,33% para indústrias. Serão beneficiadas 875 mil unidades consumidoras em 141 municípios de Mato Grosso.

No caso da Enersul, cuja redução é de 8,8% para as residências e comércio, a queda foi concedida para compensar o que foi pago a mais pelos consumidores nos últimos quatro anos.

Na revisão tarifária realizada em 2003, foi dado um reajuste maior que considerou no cálculo informações equivocadas fornecidas pela própria empresa. A Enersul atende 717 mil unidades consumidoras em 73 municípios de Mato Grosso do Sul.

Eu quis registrar essa matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** pela relevância. Realmente, sempre estamos ouvindo falar em aumento do preço da energia, e,

aqui, estão noticiados quatro Estados que terão o preço da energia reduzido tanto na indústria e no comércio quanto nas residências. Isso é da maior importância. Realmente, reflete a seriedade com que o Governo do Presidente Lula trata essa questão. Se em determinado momento houve necessidade de aumento de tarifa, o aumento ocorreu. Mas, se é necessário uma revisão e, conseqüentemente, uma redução de tarifas, essa redução está acontecendo.

Eu ainda queria falar hoje brevemente sobre algumas reuniões de que participamos na terça-feira e na quarta-feira desta semana em Washington. Viajei para lá na segunda-feira à noite e voltei para o Brasil na quarta-feira à noite. Nesses dois dias em que lá estive, participamos de doze reuniões de trabalho. O trabalho foi intensivo. Reunimo-nos com várias instituições e com muitos parlamentares americanos, tanto do Partido Democrata quanto do Partido Republicano. Estivemos lá com o Senador John Kerry, com a Senadora Olympia, com a assessoria direta do Senador John McCain, enfim, com vários Senadores e com muitos Deputados que estão envolvidos com a questão do meio ambiente. Lá estavam Parlamentares da África do Sul, do Canadá, da Inglaterra – alguns parlamentares americanos participaram do nosso grupo – e um Parlamentar do Brasil também. Foi mais uma reunião, muito breve, com vistas à preparatória para a reunião sobre mudanças climáticas que deverá acontecer nos dias 26, 27 e 28 de junho, no Japão.

O Fórum Internacional sobre Mudanças Climáticas reúne parlamentares para discutir, em nível internacional, essa questão, e, neste momento, principalmente, está focado nas questões do biocombustível, do desmatamento evitado e do comércio de carbono. São algumas das questões que têm sido bastante trabalhadas, em especial com vistas ao que vai ocorrer após Kyoto, após 2012, ao que vai ficar no lugar do Protocolo de Kyoto. Se será Kyoto 2 ou se não será Kyoto, o nome que será dado, isso é algo que deverá ser definido.

Estamos preocupados. São parlamentares do G8 e do +5. O Brasil, junto com a China, com a Índia, com o México e com a África do Sul, faz parte, como todos sabemos, do +5. Até então, temos feito algumas reuniões – inclusive, em fevereiro, a reunião foi feita no Brasil – com Parlamentares de todos os países do G8 e com Parlamentares de todos os países do +5.

A discussão agora é preliminar. Vai haver um encontro desse Fórum em junho. Participamos desse Fórum o Senador Casagrande, o Senador Cícero Lucena, o Deputado Augusto Carvalho, o Deputado Antonio Palocci e eu, pelo Brasil. Neste momento, não foi uma

reunião do Fórum, mas de algumas pessoas do Fórum, com vistas a ampliarmos a participação desses países do G8 e do +5 em termos de número de parlamentares nesse debate, em nível internacional, e também a ampliarmos para além do G8 e do +5, envolvendo, Sr. Presidente, as Américas e, muito especialmente, a América Latina.

Acreditamos que a preocupação com as mudanças climáticas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é apenas dos países desenvolvidos – é claro que eles têm grande responsabilidade nessa questão –, bem como não é uma preocupação somente dos países que integram o +5, que são esses países que acabei de mencionar. É uma preocupação muito mais ampla, de todos os países do planeta Terra, porque todos precisam ter co-responsabilidade direta nessa questão. Se fizermos um ato que comprometa o meio ambiente no Brasil, com certeza, ele repercutirá no mundo inteiro, assim como um ato ocorrido em qualquer outro lugar do planeta repercutirá no Brasil também.

Concedo primeiramente um aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, esta Casa estava com saudades de V. Ex^a. Essa sua viagem foi longa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Foram dois dias somente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas foi longa para todos nós. Dois dias sem sua presença aqui é uma eternidade. E fiquei satisfeito, porque vejo que V. Ex^a voltou americanizada, o que é muito importante, Senador Cristovam Buarque, porque traz experiências, traz resultado de conversas que teve com várias autoridades americanas. V. Ex^a tem se notabilizado pela defesa do meio ambiente, pela defesa do clima. Tem sido uma das pioneiras nesta Casa nessa questão. E chegou ao Brasil numa grave crise que estamos vivendo. Como é uma área que atinge o Estado de V. Ex^a, a Amazônia, e como V. Ex^a é uma das representantes mais autênticas do Governo aqui, com posição firme, gostaria que V. Ex^a, se pudesse, desse-nos uma opinião sobre essa crise envolvendo o Comandante da Amazônia e o Governo Federal. V. Ex^a acha que o Comandante agiu corretamente ao alertar a Nação para esses fatos? Senador Cristovam Buarque, esses fatos são graves, eles existem. Acha que, disciplinarmente, o General errou? Eu gostaria de ouvir nesta sexta-feira, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, a opinião de uma pessoa abalizada como a Senadora Serys, representante do Governo, plantonista do Governo hoje aqui nesta sexta-

feira, porque, inclusive, o que S. Ex^a disser poderá servir de balizamento não só para nós que fazemos opinião, já que acreditamos no ponto de vista dela, mas também para a própria imprensa, que, nesse fim de semana, poderá ter uma orientação. Portanto, gostaria de ouvir de V. Ex^a, como uma voz do Governo, uma opinião sobre essa questão envolvendo as reservas indígenas e o posicionamento do Exército brasileiro. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Cristovam, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora, fico satisfeito que a senhora traga esse assunto que nem sempre vem a esta Casa e que, talvez, seja o mais importante problema hoje da humanidade, ao lado de outro igualmente importante, que é o aumento da brecha da desigualdade social, o que está fazendo com que os seres humanos no Brasil comecem a não se sentir semelhantes. A desigualdade está tão grande, a biotecnologia está trazendo tantas vantagens do ponto de vista da saúde, da longevidade da população que pode pagar pelos serviços ricos, que, dentro de algumas décadas, a população rica desprezará a população pobre como se eles fossem quase seres diferentes, sem semelhança. Ao lado disso, há o problema do aquecimento global, que afeta todos. Então, eu me alegro. Mas quero dizer da importância da sua última frase antes de nos passar a palavra: a co-responsabilidade de todos os países com o problema ambiental. O planeta Terra hoje é uma espécie de condomínio, em que cada nação é um apartamento, tem soberania sobre o que está ali dentro, mas não pode fazer o que quiser com o que é seu. Dentro do nosso apartamento, da nossa casa, podemos mudar os móveis de um lugar para outro, mas não podemos tocar fogo neles; não podemos deixar a torneira aberta a noite inteira, vazando. Há limites definidos pelos vizinhos. Hoje, o mundo precisa começar a perceber que cada nação – veja o que vou dizer, que é extremamente grave, sobretudo para alguém com o espírito nacionalista que tenho – deve saber os limites da sua soberania, e os limites da sua soberania são os limites dos interesses da humanidade inteira, até porque é burrice uma soberania que destrói o próprio prédio onde mora. Então, a idéia da co-responsabilidade é fundamental. Nesse sentido, parabeno o discurso de V. Ex^a, ao trazer todos os assuntos. Quero dizer que esta Casa ainda não deu o grito que deveria no que se refere ao meio ambiente. Gostaria de entrar na polêmica com o Senador Heráclito sobre a frase do General Heleno, que, sinceramente, acho que deveria ter sido dita antes ao Presidente, como General, mas é um

alerta importante – isso ninguém pode negar. Quero apontar também outro problema que precisamos discutir aqui, que é a disputa entre *biodiesel* e alimentos. Tenho a impressão de que, no Brasil, estamos relaxando com o ufanismo de que o *biodiesel* fará do Brasil um país com mais recursos energéticos do que os dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), esquecendo-se de que, se houver a troca de *biodiesel* por florestas e por alimentos, haverá uma riqueza suicida. Nem estou dizendo que vai acontecer isso, mas a capa da revista **Time** tratou disso na semana passada, e a **The Economist**, neste momento, a que está saindo, também está trazendo matéria grande sobre isso. Hoje, há um risco sério de que, para se encherem os tanques de gasolina de 800 milhões de pessoas, a gente esteja ameaçando o estômago de outras 800 milhões no mundo. Fico satisfeito de saber que, pelo seu balançar de cabeça, a senhora vai falar ainda sobre esse assunto ao longo do seu discurso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exatamente.

Antes de continuar minha fala, gostaria só de falar para o Senador Heráclito que não vou dizer quem está certo ou quem está errado, até porque o pouco que vi e ouvi foi pela imprensa, ao chegar ontem ao Brasil já no final da tarde. Não me vou posicionar neste momento até por falta de conhecimento de dados a respeito da situação. Não posso dizer quem está certo ou errado agora, mas estou estudando a questão e estou me aprofundando nela, porque acho que as coisas têm de ser esclarecidas.

Gostaria também de dizer aqui, Senador Cristovam e Senador Heráclito, que nos apartearam, que nossas discussões nesse Fórum Internacional têm sido muito ligadas, é óbvio, à questão energética, à questão do meio ambiente; uma coisa está extremamente interligada à outra.

O Senador Cristovam aborda a cautela e a preocupação em relação aos possíveis prejuízos que o biocombustível pode trazer às nossas florestas e à produção de alimentos. Esse grupo de Parlamentares, Senador Cristovam, que têm discutido essa questão em âmbito internacional, entre os quais me incluo, tem uma consciência razoavelmente clara – nunca é tão clara – de que esse prejuízo não pode advir. Não podemos reduzir a questão da produção de alimentos com a finalidade de produzir biocombustível, como não podemos também continuar derrubando árvores para “plantar biocombustível”, para plantar cada vez mais cana, girassol, pinhão manso, mamona e outros produtos que venham a trazer mais biocombustível para

nosso País. Mas também temos muita clareza – pelo menos, estou tendo cada vez mais quanto mais estudo, quanto mais leio – a respeito do biocombustível e da situação das terras já desmatadas no Brasil, mais especificamente no meu Estado de Mato Grosso, que é um Estado totalmente afeito à questão da grande produção de grãos, especialmente. Mais claro para nós fica que não é necessário que se prejudique a produção de alimentos para se obter o biocombustível. E aí a discussão é profunda e é grande.

Acredito que nosso Senado da República, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, precisa pensar essa questão. O Parlamento americano, no final do mês de junho, o que foi muito anunciado por todos os Parlamentares com quem conversamos, fará um grande debate a respeito da questão ambiental, e, nesse debate, é claro que vai entrar a questão do desmatamento evitado, do comércio de carbono, do biocombustível, da agricultura com produção de alimentos etc. Pela primeira vez, o Congresso americano fará essa discussão ampla, em vários dias. Serão sessões de trabalho, segundo eles, voltadas especificamente para a questão do meio ambiente, à qual atribuo a maior relevância, até porque, nos Estados Unidos, não há uma lei maior de proteção ao meio ambiente. Por não haver essa lei maior lá, uma legislação federal, Estados como o da Califórnia e outros – fui informada que já são 14 Estados – têm leis restritas, quase draconianas, no bom sentido, de proteção do meio ambiente. Todos são praticamente unânimes em dizer aos parlamentares americanos que eles terão de discutir esse assunto, porque o próximo Presidente dos Estados Unidos terá, realmente, de tomar uma posição. Também o Congresso Nacional dos Estados Unidos terá de tomar uma posição mais firme a respeito das questões ambientais.

Cada um deve ter sua cota de responsabilidade, como eu já disse aqui, e o Senador Cristovam Buarque reforçou. O que temos de discutir é nossa cota, a cota do Brasil. Não tenho dúvidas de que o Brasil pode ser um considerável produtor de biocombustível.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a levantou o problema da derrubada de árvores. Esse é a preocupação que mais nos aflige, que mais aflige esse grupo e, com certeza, também a população brasileira. É preciso que, realmente, não se derrube, absolutamente, de forma ilegal, mais nenhuma árvore, não se derrube mais nenhuma mata, de maneira alguma, e não se prejudique a produção de alimentos, mostrando que não se está prejudicando. Por exemplo: há países – não preciso citar os nomes – que fabricam o etanol de milho. O etanol de milho, Sr^{as} e Srs.

Senadores, prejudica grandemente a população. O milho é consumido como alimento em grande escala pela população, é um alimento básico. Além disso, há o fato de o etanol de milho ser antipoluinte no máximo em 25%.

Não vou dizer aqui por que ele é menos poluinte só 25% porque a conversa seria bastante longa.

Por outro lado – só um exemplo – o etanol da cana-de-açúcar é antipoluinte 830% e não prejudica a produção de alimentos, porque você pode continuar tirando a sacarose da cana e a partir de outros subprodutos dela que não seriam aproveitados para fazer o açúcar fazer o etanol.

Então, são questões que não são difíceis de entender. A gente tem, uma vez por todas, de distinguir, porque aqueles que hoje produzem etanol de milho não podem vir com essa história, Sr. Presidente, de que ele se compara com o etanol do Brasil. São coisas totalmente diferentes. Aí são interesses pesados, “grandiosos”, porque são grandiosos em termos de força política e não de grandiosidade da qualidade, de determinados interesses que, realmente, não querem que o Brasil seja produtor. Por exemplo, o meu Estado, Mato Grosso, que é grande produtor de soja, de algodão, de carne de boi, de frango e tudo o mais. O nosso Estado ocupa hoje mais ou menos em torno de 23% de suas terras para produzir a carne de boi para o consumo do mercado interno e para exportação. Digo, sem sombra de dúvida, que é uma das melhores carnes, senão a melhor, a mais saborosa. Feitos os nossos comerciais, não é, Sr. Presidente? (Risos.)

Segundo estudos que estão sendo feitos, não precisaremos usar esses 23% das terras que são usados hoje para produzir a carne de boi em Mato Grosso, que podemos reduzir essa ocupação, Senador Paim, a 10%. Então vão sobrar 13% das terras já desmatadas, que são usadas hoje para a criação extensiva do boi.

Aí vão dizer: mas vai reduzir a produção da carne para a exportação, principalmente. Não, ao contrário, se realmente nós tivermos tecnologia, nós poderemos produzir em menos da metade da terra que é usada hoje três vezes mais carne que produzimos atualmente. Nesse caso, precisaremos da co-responsabilidade dos países que têm tecnologia, que precisarão ajudar-nos, cedendo-nos essa tecnologia, para que possamos usar as terras hoje ocupadas com a criação do gado, a maior parte delas, Senador Paim, totalmente degradadas, e compensar aqueles países, ou mesmo o Brasil, que não estão conseguindo produzir.

Então, é preciso tecnologia para restaurar essas terras, para recompor essas terras e ter proposições, como teve a Aprosoja, em Mato Grosso.

Algumas pessoas dizem não acreditar que a Aprosoja, a associação, a entidade que reúne, conglomerada, os grandes produtores de soja, esteja fazendo isso. Está fazendo sim! Fizeram, assinaram um acordo e vão restaurar 50 mil hectares de terra que já foram totalmente desgastadas – até plantaram soja onde não poderia ser plantado. Eles assinaram esse acordo porque querem restaurar essas terras que foram usadas de forma indevida, querem recuperá-las para que elas tenham realmente o papel que deviam ter no meio ambiente. São organizações que estão a fim de contribuir para restauração do meio ambiente. Temos que falar dessas coisas, temos que estimular esse tipo de empreendimento.

Volto a dizer: a co-responsabilidade dos países tem que ser em bloco.

Aqueles que têm tecnologia avançada têm que fornecê-la àqueles que não a têm. Assim, poderemos produzir alimentos dentro daquilo que a gente acredita ser necessário e, principalmente, sem prejuízos para o meio ambiente.

O jornal **O Estado de S. Paulo** está trazendo ótimas reportagens sobre o assunto. Ontem, no seu primeiro caderno, na segunda página, foi publicado um artigo de Roberto Macedo cujo título é: “O etanol sob ataque”. Eu gostaria que ele fosse registrado nos Anais do Senado e que, de preferência, fosse distribuído para que todos nós o lêssemos, assim como outro artigo de Fernando Reinach: “As mangas, os alfaiates e o etanol brasileiro”. São artigos importantes para que realmente conheçamos um pouco mais essa questão. De repente, querem transformar o Brasil num bicho-papão e o etanol num monstro, e não é nada disso. Realmente, existe a possibilidade sim de o Brasil ser um grande produtor de etanol sem destruir a floresta, até porque na região da Amazônia a terra não produz nenhuma matéria-prima que seja possível ser usada para fabricar o etanol. Há muita coisa fantasiosa, mas isso não significa que não precisemos ter toda cautela, toda preocupação para que as nossas florestas continuem em pé. Mas, para isso, Senador Heráclito, existem projetos internacionais, como o do desmatamento evitado, que temos de começar a conhecer.

Precisamos conhecê-los e buscar esses recursos para a proteção do nosso povo, porque não vamos admitir também que aqueles que destruíram todas as suas matas, que destruíram o seu meio ambiente para conseguir o desenvolvimento não nos permitam

hoje fazer no Brasil o desenvolvimento com sustentabilidade, o desenvolvimento do nosso povo para que os mais pobres possam, realmente, conseguir um patamar melhor de vida no Brasil, para que o povo brasileiro consiga uma vida melhor em termos econômicos porque tem de proteger o meio ambiente. Tem de proteger o meio ambiente, mas tem, também, de conquistar o desenvolvimento com sustentabilidade, protegendo o meio ambiente, mas dando melhor qualidade de vida ao povo brasileiro. Isso é competência, sim, das autoridades, dos Executivos, dos Parlamentos, do Judiciário. Todos os Poderes têm de trabalhar de forma organizada, realmente, para que possamos ter consciência de que estamos promovendo a melhoria da qualidade de vida, a redução da desigualdade social, a redução da pobreza em nosso País – isso é fundamental –, mas também protegendo o meio ambiente.

Não tenho nenhuma dúvida dessa possibilidade, Sr^{as} e Srs. Senadores. Essa possibilidade é concreta. Ela existe. Basta que encaremos determinadas posturas internacionais que acham que o Brasil não pode ser produtor de energia limpa. Por quê? Tem que continuar sendo dependente, absolutamente e somente – desculpem-me o uso dessas duas palavras –, do combustível fóssil. O combustível fóssil é absolutamente poluente, estraga o meio ambiente. Que ele continue existindo, ele tem o seu espaço, mas é um combustível que acaba.

Com o combustível renovável, o combustível verde, o combustível produzido permanentemente e com estrago muito pequeno, com um nível de poluição como o da cana no Brasil, por exemplo, que já citei, é plenamente possível reduzirmos a emissão de carbono produzida hoje pelo combustível fóssil, especialmente; é plenamente possível reduzirmos a emissão de CO₂, de carbono; e é plenamente possível sermos produtores.

O grande produtor, o etanol, está aí e que continue produzindo como grande produtor, buscando divisas para este País. Mas temos de prestar atenção, Senador Paim, à nossa agricultura familiar. Esse é um projeto extremamente espetacular no Rio Grande do Sul. Eles já estiveram conversando comigo.

A agricultura familiar precisa se apossar da cadeia produtiva como um todo. Este é um grande problema que a agricultura familiar, o pequeno produtor rural, precisa solucionar. Ele tem que estar organizado sob a forma de cooperativismo ou outra organização – acredito que a mais avançada ainda que temos é o cooperativismo, mas pode surgir alguma outra –, para que ele se aposses da cadeia produtiva como um

todo, seja produtor da matéria-prima, seja o industrializador dentro da organização e seja o comercializador. Só assim os pequenos produtores vão parar de engrossar a mão, de queimar o cérebro, produzindo absolutamente só a matéria-prima, para que o grande continue sendo o grande industrializador e o grande comercializador da matéria-prima, da qual realmente vem o melhor recurso.

Portanto, que o grande continue a passos largos – é importante –, mas que o pequeno se mobilize e se organize, para não deixar acontecer como com outros produtos como a soja, por exemplo, em que alguns tantos são produtores de matéria-prima. Muitos são produtores de matéria-prima, inclusive os pequenos; mas poucos são industrializadores, porque ela é pouco industrializada no Brasil; e pouquíssimos são os exportadores, de onde realmente vem o dinheiro.

Então, que não se caia nessa armadilha novamente. Que os pequenos tenham possibilidade e potencial de, realmente, fazer a mudança no sentido de se apropriarem da cadeia produtiva como um todo, para que possam ter sua qualidade de vida melhorada de forma significativa.

Digo, mais uma vez, que acreditamos, temos convicção de que a proteção ao meio ambiente é uma função, é um papel de todos os países do planeta: daqueles tidos como países ricos; dos que estão buscando chegar nesse patamar, os chamados emergentes, dentre os quais estamos nós; e daqueles que estão em fase de desenvolvimento menos avançado, mas que precisam caminhar. Especialmente esses têm que saber caminhar.

Nós, emergentes, e os que já estão em um patamar de desenvolvimento avançado temos que contribuir significativamente para com os projetos, especialmente, de comércio de carbono e desmatamento evitado, só para citar dois. Eles têm muitos recursos, portanto têm que contribuir não só para evitar emissões de carbono, como também com o processo de adaptação daquilo que aí já está. A questão da adaptação é outra discussão profunda que temos que ter.

Finalizaria, Senador Heráclito Fortes, Senador Cristovam Buarque, que participaram com apartes, e demais Senadores presentes, chamando para uma discussão por inteiro no nosso Senado da República, onde todas essas questões sejam colocadas com muita clareza e, assim, possamos ter um posicionamento do Parlamento independentemente de coloração partidária, absolutamente independente.

Do meu ponto de vista, a questão do meio ambiente, Senador Paim, é suprapartidária. A questão de produtos alimentares é suprapartidária. Precisa-

mos, Senador Paulo Duque, ter consciência de que a proteção do meio ambiente é fundamental. Ou todos protegem ou, daqui a pouco, não haverá vida para ninguém. Quer dizer, não adianta continuarmos com aquela visão e aquela concepção de sociedade, de que eu estou tendo cada vez mais lucro, e mais lucro, e mais lucro, e quero conquistar mais lucro e mais lucro, porque para que vai servir esse lucro se a minha vida e a dos meus descendentes estará comprometida?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu queria dizer a V. Ex^a que uma das metas da Oposição nesta Casa, pelo menos desde que aqui estou – desde seis anos, chegamos juntos –, é tentar trazer para a Casa um debate suprapartidário. Mas V. Ex^a há de convir que muitas vezes não é possível por culpa única e exclusiva de colegas seus que não têm compostura na condução dos casos, ou dos fatos. Anteontem mesmo e ontem, vimos o Ministro Luiz Marinho agredir a esta Casa, mas, acima de tudo, agredir um colega de V. Ex^a, que é o Senador Paim, que preside a Casa neste momento. Chamou-o de irresponsável – e o Paim sabe, juntamente com o Ministro Paulo Bernardo – porque esta Casa aprovou aquilo que eles defendiam para os aposentados a vida inteira, mas, quando chegaram ao poder, viraram as costas. Senador Cristovam Buarque, como é que podemos ter uma discussão suprapartidária, por exemplo, nesse caso dos aposentados quando o Dr. Luiz Marinho já chega com agressões desrespeitosas não só à Casa, não só a um companheiro, mas também à sua própria história, à memória do seu Partido? Vamos pegar os discursos feitos num passado não tão distante sobre a posição dele com relação aos aposentados. Essas coisas dificultam, Senadora Serys! Gostaríamos de ter sempre discussões suprapartidárias. Senadora Serys, lembro-me de que quando o Ministro Palocci tomou medidas duras, o Partido de V. Ex^a virou as costas. E fomos nós, da Oposição, que tentamos o debate suprapartidário. E a sustentação do Sr. Palocci aconteceu, mas houve um porém: ele se envolveu com questões extra-trabalho e, infelizmente, o Brasil perdeu essa extraordinária figura humana, um Ministro competente, como o Ministro Palocci. Mas se dependesse Partido de V. Ex^a, essa defesa não seria feita, porque o Partido virou as costas. De forma que a Oposição tem procurado cumprir um papel, minimizando fatos. V. Ex^a estava fora, mas houve um co-

mício em Belo Horizonte. V. Ex^a tomou conhecimento do comício? Houve um comício em Belo Horizonte, anunciado pela Ministra, no momento em que a Lei Eleitoral, inclusive, proíbe tais práticas. De forma que, fique certa, a Oposição responsável de hoje, como a de antes não era, está disposta – e o Senador Arthur Virgílio, como Líder, pode corroborar com isso – a debater suprapartidariamente os interesses do Brasil. Agora, sem agressões como teimam em fazer alguns companheiros de V. Ex^a. Felizmente, V. Ex^a está fora desse contexto. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Gostaria, inclusive, de reforçar sua colocação com relação ao Ministro Palocci. Infelizmente, com o que fizeram com ele conseguiram derrubar uma figura da maior grandiosidade. Mas ele é tão grandioso, eu diria, de tamanha grandeza, que se restabeleceu e está dando contribuições para o País. E, com certeza, dará maiores ainda. Só para reforçar sua colocação com relação ao ex-Ministro Palocci, que hoje é Deputado e está tratando com muita competência essa questão do meio ambiente. Está participando, realmente, com muitas contribuições nesse sentido.

Mas quando conclamo a todos nós para que discutamos essa questão independentemente da coloração partidária é porque tem algumas questões, Senador Heráclito, que são mais difíceis. V. Ex^a entende e sabe disso. E sei que V. Ex^a sabe disso porque é uma figura de Oposição que é séria e está sempre presente e atento, fazendo colocações que muitas vezes são necessárias. É legítima a existência da Oposição. Já fomos Oposição e sabemos disso. É totalmente legítima e da maior importância, inclusive para contribuir na melhoria do nosso País.

Mas, independente disso, diria que a questão ambiental é da maior relevância, sendo de interesse não somente de cada cidadão brasileiro, mas de interesse de todo o planeta, como já disse aqui. E se é de interesse de todo o planeta, cada um de nós tem que saber aquilo que podemos fazer para contribuir pessoalmente e no coletivo, como, por exemplo, o Senado Verde.

O Senado Verde, que acontece no nosso Senado da República, é da maior relevância, e poucas pessoas sabem. É um exemplo para os outros Parlamentos do mundo, para os quais precisamos levar, Senador Paim, o significado do Senado Verde. É uma comissão constituída pela direção do Senado, pelo seu Presidente, com a participação bastante ativa do Senador Efraim. Esse grupo vem trabalhando realmente com todas as possibilidades de redução de emissões de carbono aqui: reutilização de água, mudança nos carros para

proteção do meio ambiente, enfim, são muitas coisas. Alguns dizem que são questões pequenas, mas elas são muito grandes no conjunto final. É de uma grandeza esse grupo, que executa um trabalho extremamente significativo!

Juntamente com a SOS Mata Atlântica e outras organizações está sendo feita a medição, Senador Paim, do carbono produzido pelo Senado da República e o que pode e tem de ser feito para restabelecer, para pagar, para compensar aquilo que estamos produzindo em termos de CO₂ no Senado.

Que todas as outras empresas possam dar essa contribuição! Alguns dirão, Senador Duque, que é pequena, mas, se juntarmos uma mais uma mais outra, daremos uma grande contribuição.

É claro que tem de haver uma discussão internacional sobre biocombustível. Tem de ser colocado, por exemplo, no próximo protocolo do mundo, que não sei o nome que vai ter, mas que hoje tem o nome de Kyoto, a possibilidade do comércio de créditos de carbono e também do desmatamento evitado, que são grandes projetos para manter as nossas florestas em pé e o nosso povo ter condições de vida digna. Não adianta querer manter a floresta em pé com o povo passando fome, porque ele vai acabar derrubando a árvore, pois, se depender disso para comer, ele vai derrubar a árvore lá escondidinho, no seu canto, no seu lugar, e nós não vamos conseguir proteger as florestas.

Para isso, precisamos do envolvimento da sociedade como um todo, especialmente daqueles que vivem nos lugares mais distantes e de mais difícil acesso. Eles nem entendem muito essa questão e acabam desgastando a própria natureza, porque a sua sobrevivência é obrigatória.

Então, em nome disso, nós precisamos estar espertos e atentos para que a gente possa fazer o desenvolvimento do nosso País, assegurá-lo com sustentabilidade.

E que o etanol é um potencial para o Brasil, eu não tenho nenhuma dúvida disso, e reforço que a gente publique nos Anais do Senado os artigos *O etanol sob ataque* e *As mangas, os alfaiates e o etanol brasileiro*, publicados ontem em *O Estado de S. Paulo*, um de Roberto Macedo e o outro de Fernando Reinach.

Obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

As mangas, os alfaiates e o etanol brasileiro

Na caça aos culpados pelo aumento do preço dos alimentos, o sr. Jean Ziegler, representante da Organização das Nações Unidas, declarou esta semana que “os biocombustíveis são um crime contra a humanidade”. Esse ataque indiscriminado me fez recordar a história do alfaiate e seu freguês. A piada, que ouvi aos 12 anos, foi provavelmente o meu primeiro contato com o surrealismo. Um alfaiate recusa-se a fabricar camisas com manga. Diante da indignação do freguês, ele alega que deseja preservar a saúde do cliente. “Mas qual a relação entre as mangas e minha saúde?”, reclama o cliente. “Manga causa indigestão”, responde o alfaiate.

O que o sr. Ziegler não sabe (ou quis esconder) é que, da mesma forma que a manga de camisa só compartilha o nome com a fruta, o etanol produzido nos Estados Unidos só compartilha a estrutura química com o álcool brasileiro.

Nos Estados Unidos, o etanol é produzido a partir do milho, uma das principais fontes de proteína para alimentação humana e animal. As usinas de etanol americanas não precisam plantar o milho que consomem. Elas compram o produto no mercado, competindo diretamente com a indústria de alimentos. Hoje, os Estados Unidos produzem mais etanol que o Brasil e, para tanto, consomem quase 20% de todo o milho produzido no país. O resultado é que o preço do milho aumentou assustadoramente nos últimos anos. Como praticamente toda a área cultivável do país já está ocupada, a única maneira de aumentar a produção de milho é diminuir a produção de soja, prejudicando novamente a produção de alimentos.

MAIS EFICIENTE

No Brasil, produzimos álcool a partir da sacarose presente no caldo da cana. Como essa matéria-prima não pode ser estocada, cada usina é obrigada a plantar sua própria cana e só metade da sacarose produzida nos canaviais é convertida em álcool. A outra metade é vendida como açúcar. O resultado é que a produção de álcool tem crescido em paralelo à produção do

açúcar. Além de não competir com a produção de milho e soja, o aumento do consumo de álcool incentivou a produção de açúcar, um alimento que exportamos para o resto do mundo. Como o Brasil ainda possui grandes extensões de pastagens e terras não cultivadas, o crescimento da cana-de-açúcar não exclui a possibilidade de aumentarmos ainda mais nossa produção de alimentos.

‘Equiparar a produção de álcool do Brasil e dos EUA é desonestidade’

Nos Estados Unidos, a produção de etanol consome muito petróleo. Ele é usado para fabricar adubo e para movimentar as máquinas agrícolas. Quando os cientistas fizeram as contas de quanto etanol os americanos produzem para cada barril de petróleo consumido, descobriram que essa quantidade corresponde a somente 1,3 barril de petróleo. Gastam 1 barril para produzir o equivalente a 1,3. É muito esforço para economizar tão pouco petróleo e reduzir tão pouco as emissões de gás carbônico.

No Brasil, para cada barril de petróleo que queimamos para processar o álcool, produzimos etanol equivalente a 11 barris de petróleo. Gastamos 1 para produzir 11. Nosso sistema de produção a partir da cana é quase dez vezes mais eficiente do que o sistema dos EUA. Aqui, o uso do álcool realmente contribui para a redução do consumo de petróleo e para a diminuição dos gases que provocam o efeito estufa.

É claro que existem problemas no Brasil. Em boa parte dos canaviais, ainda queimamos a cana antes de colher, as condições de trabalho dos cortadores de cana são lamentáveis e ainda temos de garantir que nossa expansão agrícola possa conviver com a preservação da floresta amazônica e do cerrado.

Mas colocar sob o mesmo rótulo a produção de álcool brasileira e a produção americana é, no mínimo, desonestidade intelectual. O que ficou evidente esta semana é que o mundo está cheio de alfaiates, alguns ignorantes, outros desonestos. ●

*fernando@reinach.com
Biólogo

O ESTADO DE S. PAULO

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 • São Paulo - SP • Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX); Fax N° (011) 3856-2940

Roberto Macedo

O etanol sob ataque

O noticiário internacional recente sobre a alta dos preços dos alimentos deu origem a um descabido ataque contra a produção do etanol e de biocombustíveis em geral produzidos no Brasil, mediante a generalização do argumento de que sua produção restringe a oferta de alimentos ao ocupar terras e outros recursos antes destinados à produção destes últimos.

O tom de algumas declarações mostra que a emoção vem prevalecendo sobre a razão e que também há gente atacando generalizadamente o etanol, mal disfarçando que estão a defender seus próprios interesses, como o protecionismo agrícola europeu e o de países produtores de petróleo.

Tome-se, por exemplo, o que disse o suíço Jean Ziegler, que trabalha na ONU em questões ligadas aos alimentos. Ao atacar os subsídios que os EUA dão a seus produtores de etanol a partir do milho, disse tratar-se de "um crime contra a humanidade", ao reduzir a produção desse cereal. Em seguida, pediu que a União Europeia (UE)

Em defesa dos seus interesses o Brasil precisa armar uma contra-ofensiva

abandone sua meta de ter 10% dos seus carros movidos a etanol até 2020, abandone esse que pode prejudicar o etanol baseado na cana-de-açúcar, produzido pelo Brasil e por outros países em desenvolvimento. E não fez referências ao protecionismo agrícola que mantém elevados os preços agrícolas na UE.

Até o renomado economista Paul Krugman, colunista do jornal *The New York Times*, se contaminou pelo emocional e partiu para generalizações apressadas. Em artigo reproduzido neste jornal dia 8 deste mês, depois de apontar vários fatores responsáveis pela alta dos preços dos alimentos e se referir aos políticos e governos que se colocam diante de ações contra o efeito estufa, saiu-se com esta: "Mas onde os efeitos das más políticas são mais evidentes (ênfase nossa) é na ascensão do demônio (sic) etanol e de outros biocombustíveis."

Krugman também citou o etanol do milho, mas com ligeireza concluiu que "mesmo políticas de biocombustíveis que parecem 'boas' (aspas dele)", como a do etanol brasileiro, "aceleram o ritmo das mudanças climáticas, promovendo o desflorestamento". Ora, a expansão da cana no Brasil ocorre quase que totalmente em áreas não-florestais. Em tese, poderia ocorrer um desflorestamento indireto, via expansão da pecuária nessas áreas e ao ser substituída pela cana em outras. Mas, como há muita terra sem florestas, isso ainda não se verificou de forma significativa. Ademais, em qualquer caso, a balança dos benefícios e custos dessa expansão ainda pesa em favor dos primeiros - e seria o caso de convidar o autor dessas afirmações a visitar o Brasil para constatar *in loco* até onde foi sua precipitação e exorcizar a demonização generalizada com que vê o etanol.

Entre os países produtores de petróleo, merece destaque a Venezuela, cujo governo é tido como "muy amigo" pelo nosso. Nada amistosos, entretanto, são os pronunciamentos de autoridades desse país, que fazem de seus barris de petróleo um palanque para criticar a produção de biocombustíveis.

No meio do noticiário, a visão mais completa do aumento dos preços dos alimentos foi a de Marcelo Ginzale, do Banco Mundial, que apontou cinco fatores atuando em escala mundial: o aumento da produção de biocombustíveis e a manutenção dos respectivos subsídios em países ricos, como os EUA; o incremento dos custos com a alta do petróleo e dos fertilizantes; o aumento do consumo em países como China, Índia e Brasil; o mau tempo e a queda da safra em vários países; e a crise financeira com origem nos EUA, que levou investidores a apostar em contratos de bolsas de mercadorias, contribuindo também para o aumento dos preços dos alimentos.

Assim, ele se deve a vários fatores, alguns dos quais atuam de forma diferente em vários países, como é o caso do Brasil e seus biocombustíveis. Nesse contexto, tanto a emoção como a análise precipitada colocaram tais produtos, em geral, e o etanol em particular, como alvo de um tiroteio em escala não justificada pelo papel deles nessa alta dos preços dos alimentos.

Assim, o Brasil precisa armar uma contra-ofensiva em defesa dos seus interesses, pois para o País, e para muitos outros em desenvolvimento, os biocombustíveis representam uma oportunidade única de gerar produção, riqueza, renda, empregos e formas renováveis de energia.

Nessa ação caberia incorporar dois aspectos que não vimos no noticiário.

O primeiro diz respeito ao esforço dos produtores nacionais de etanol em transformar o produto numa commodity, ou seja, "qualquer bem em estado bruto, geralmente de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em escala mundial e de características físicas homogêneas, seja qual for a origem, geralmente destinado ao comércio externo", segundo meu dicionário

(Houaiss). Essa definição, contudo, não impede que uma commodity seja definida por tipos, tal como o café. Assim, em retrospecto se impõe identificar pelo menos dois tipos de etanol, baseados no seu produto de origem: a cana-de-açúcar e o milho, numa tentativa de evitar que esses problemas com o etanol de milho nos EUA contaminem o produto brasileiro. E sempre bater nas duas teclas como estratégia de comunicação. Em inglês, teríamos o "sugar cane ethanol" e o "corn ethanol".

Um segundo aspecto é a necessidade de reexaminar nossa parceria com os EUA na promoção do etanol em escala mundial. Até aqui a colaboração com o presidente Bush foi vista como fundamental para tanto, mas o tão criticado etanol do seu país está se revelando como num abraço de afogado, ameaçando levar consigo o etanol brasileiro, cujas características são radicalmente diferentes em termos de produto de origem e de sustentação por políticas públicas.

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra, neste momento, como líder. Em seguida, falará o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Cristovam, que falará em terceiro lugar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu trato de alguns assuntos, nesta fala como Líder, registrando o prazer imenso que tive de participar ontem, em Cuiabá, revendo inclusive meu querido amigo e companheiro Senador Antero de Barros, do seminário Direito e Desenvolvimento Econômico – meu tema foi meio ambiente –, sediado na Ordem dos Advogados de Mato Grosso. Foi realmente um evento muito importante pelo nível do debate que lá se processou.

Estou seguindo, agora, para Manaus para a abertura do I Encontro Estadual de Lideranças Tucanas, que contará com a presença do Presidente Sérgio Guerra e do Secretário-Geral, Rodrigo de Castro. Lá, empossaremos o secretariado da juventude, do partido, e o secretariado da mulher tucana.

Sr. Presidente, tenho ainda pronunciamento em que revelo preocupação com as populações do Amazonas que sofrem com as cheias dos rios Madeira e Juruá. O quadro é desolador. E é preciso que o governo providencie com urgência medidas para levar assistência às cinquenta mil pessoas atingidas.

Estou viajando, antes do meio-dia, para Manaus, para ver de perto o drama dos amazonenses. Muitos perderam tudo, inclusive suas residências. Os Municípios mais atingidos são Ipixuna, Guajará, Itamarati, Eirunepé, Borba, Nova Olinda do Norte, Manicoré e Humaitá. Em todos eles foi decretado estado de calamidade pública. Não é suficiente. Medidas de socorro são necessárias e espero que o governo do Estado, sempre tão omissivo, volte suas atenções para as populações que sofrem com as cheias.

Há informações de que alguma coisa estaria sendo feita pela Defesa Civil do Amazonas. Garante seus dirigentes, a começar pelo Coronel Roberto Rocha, que alimentos e remédios serão comprados. Que essas providências andem a jato. Afinal, são cinquenta mil amazonenses à mingua de assistência. Além dos problemas de moradia, as populações de nove Municípios perderam praticamente suas lavouras, as pastagens estão cobertas pela água e o gado está ameaçado.

Faço essa advertência porque a previsão é de piora nesse quadro, já dramático. Em Humaitá, o Coordenador da Defesa Civil, Herivaldo Breves, informa que o chamado período de descida das águas só está

começando. Ali, diz Herivaldo, pelo menos 30% da população foram atingidos pelas cheias do rio Madeira.

Lembro que a situação sugere que também o Governo da União promova ações para socorrer os cinquenta mil brasileiros que sofrem com as cheias do Amazonas.

Sr. Presidente, situações como essa não podem ficar à espera indefinidamente. São brasileiros que sofrem na mais distante Região do País.

Tenho ainda, no tempo que V. Ex^a me concede, Sr. Presidente, de dar uma explicação que deixe bem nítida a minha posição, até porque recebi alguns *e-mails* de pessoas... Conhecemos aqueles *e-mails* que são típicos de petistas profissionais, aqueles que são especializados em mandar carta para jornal. Conhecemos isso e não dou a menor importância. Mas há *e-mails*, Senador Mão Santa, de pessoas sérias, que, às vezes, interpretam de maneira equivocada o que foi dito aqui nesta tribuna, e esses eu levo a sério e os respeito muito.

Ontem, de maneira muito rápida, na sessão de homenagem a Assis Chateaubriand, mencionei a crise militar. Trata-se de uma crise militar essa que levou o Presidente – a notícia está nas primeiras páginas de *O Globo*, Senador Geraldo Mesquita – a supostamente repreender o General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia, uma figura que eu prezo, que eu respeito, e que, a meu ver, estava com a razão. O Presidente Fernando Henrique fez a demarcação descontínua das terras indígenas em Roraima. O Presidente Lula exagerou. Fez a demarcação contínua, em extensas terras, criando um quadro de insustentabilidade na relação entre arroteiros e índios – já concedo o aparte a V. Ex^a – naquele Estado. O General Heleno fez algumas afirmações, e ele tem razão. Eu quero que todos os missivistas de boa-fé que me mandaram suas mensagens de crítica ouçam isto com clareza: o General Heleno tem razão, porque a política indigenista do Presidente Lula é caótica. Crianças indígenas morrem de fome todos os dias, porque a Funasa parou de funcionar nesse campo.

No entanto, embora o General Heleno tenha razão, eu não acho que ele devesse ter falado, porque não é o papel dele falar. Isso tem de ficar bem claro. Eu lutei muito por democracia no País e não considero justo que agora nós voltemos ao tempo dos pronunciamentos militares de caráter político. Se está na reserva, tem toda liberdade de fazer isso; se está no serviço ativo, não.

Eu quis ressaltar aqui não a crítica ao General Heleno, a não ser quanto ao fato de ele ter se pronunciado politicamente, não a crítica às idéias dele, mas a tibieza do Governo Lula, a fragilidade do Governo Lula.

Um governo que é autoritário com o Congresso, que é autoritário com o Judiciário e se péla de medo das casernas, como o fez quando o Ministro Paulo Bernardo, de maneira infantil, dialogou com os controladores como se eles fossem líderes sindicais. A alta hierarquia militar não gostou, e o Governo pôs o rabo entre as pernas e recuou. Mas, a seguir, o Ministro Jobim tomou uma atitude, da qual deve ter se arrependido – tenho muito carinho pelo Jobim –, de fazer o inoportuno lançamento de um livro sobre torturas e torturados no Palácio do Planalto. Podia ter sido em qualquer livraria do País, era um direito, era até um dever se fazer um livro sobre aqueles tempos tão tenebrosos, mas fazer no Palácio, com a presença do Presidente da República, foi uma demasia. E ele disse: se alguém se insurgir, vou fazer, vou acontecer. A alta hierarquia militar se insurgiu, o Governo meteu de novo o rabo entre as pernas e ninguém fez, e ninguém aconteceu no Governo. Ninguém foi punido pelo ato de rebeldia demonstrado pelos militares naquele momento.

Nós tivemos outros episódios, e em todos eles o Governo recuou quando há resistência da base militar, ou seja, é um Governo frágil. Apesar de autoritário, é um Governo em que falece o princípio da autoridade. É isso o que eu quis dizer com clareza. O General Heleno está completamente coberto de razão – eu assinaria um artigo com as palavras dele –, mas não considero saudável para a democracia que um militar prestigioso e da ativa se manifeste sobre a questão política, porque isso não é a prática da democracia que nós cultivamos. Essa é a minha posição.

Por outro lado, eu ressaltei ontem, também, outro dado da fraqueza do Governo: o Governo está entregue nas mãos do MST. O MST invade a Vale do Rio Doce, seqüestra – isso é crime hediondo –, torna refém um maquinista e não acontece nada, absolutamente nada. Não acontece nada nem com o dinheiro que malversa o MST – dinheiro público que o MST malversa sistematicamente. Não acontece nada. O MST invadiu a Caixa Econômica Federal. Não respeita uma só, Senador Cristovam, das leis brasileiras. Não respeita a Constituição, não respeita as leis infraconstitucionais brasileiras. Foi esse o tom da fala muito curta que, tendo eu que viajar para Cuiabá ontem, aproveitei para fazer, no intróito da homenagem que fiz à figura polêmica e fascinante de Assis Chateaubriand.

Recebi, Senador Geraldo, e já lhe concedo um aparte, muitos *e-mails* de pessoas que chegaram a entender que eu estava defendendo a posição do Presidente Lula e que eu estava condenando a posição do General Heleno.

Então, muito claramente: a favor do que disse o General Heleno; contra ele se pronunciar. Aí, podem

mandar *e-mails* agora. Podem mandar 10 milhões de *e-mails*, porque eu sou contra militar da ativa se pronunciar. Sou contra!

Lutei contra uma ditadura e, nessa ditadura, o que mais me chocou a juventude foi o pronunciamento militar, foi o pronunciamento da caserna, foi a opinião política da caserna. Essa eu não quero, essa eu não tolero, essa eu não aceito na democracia brasileira! Entendo que este Governo é frágil e este Governo está trazendo de volta a questão militar para o País. Está trazendo de volta algo que estava sepultado pela prática democrática do governo Itamar, do governo Fernando Henrique. Está trazendo de volta o direito, que não é um direito, de militar da ativa se pronunciar. Tenho respeito pela carreira e pela integridade do General Heleno e, volto a dizer, concordo com tudo o que ele disse, mas prefiro que militar da ativa se abstenha disso.

Mais deprimente ainda é quando o Presidente finge que toma providências. Chama o Ministro da Defesa, chama o Comandante da Força Militar e diz que repreendeu o General Augusto Heleno. Na verdade, eu não sei que repreensão foi essa, porque o que caberia era ou ficar calado ou demitir o General da função comissionada de Comandante Militar da Amazônia. Não fez, não fez. Então, está o Presidente, sem dúvida alguma, demonstrando um caráter novo no seu Governo para quem o pensava forte. É fraco! É um Governo frágil, um Governo que é incapaz de zelar convenientemente pela democracia deste País.

Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Prezado amigo, Senador Arthur Virgílio, concordo em gênero, número e grau com o que V. Ex^a fala. Creio que a maioria de nós, ou todos nós, nos engajamos naquele período triste do nosso País contra um regime autoritário, duro, ditatorial, tendo à frente o conjunto das Forças Armadas, como se diz, os militares. Creio que as Forças Armadas, não de forma subserviente, devem se subordinar ao poder civil do nosso País. Isso é evidente, isso é claro. Agora, concordo com V. Ex^a, também, que o General Heleno não deveria ter, publicamente, expressado sua opinião, como o fez, com relação à reserva Raposa Serra do Sol, lá em Roraima. Agora, creio – e consulto V. Ex^a se não seria o caso – que, tendo em vista as declarações prestadas pelo General e tendo em vista a necessidade de esclarecermos profundamente esse assunto aqui, no Senado Federal, nós, que somos amazônidas, deveríamos trazer o General para uma reunião, possivelmente até secreta, para que ele declinasse,...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ... na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e esclarecesse, para os Senadores que constituem aquela Comissão, os fatos que transcorrem naquele Estado e que tanto nos preocupam hoje. Portanto, eu deixo, aqui, uma consulta a V. Ex^a. Se for o caso, assinaremos um requerimento para uma reunião – possivelmente até secreta –, porque concordo com V. Ex^a. O General, dentro da hierarquia do Exército, não pode vir a público para expressar a sua opinião. Ele não tem opinião, ele tem missão, tem tarefa a cumprir. Agora, como cidadão e como responsável por uma região militar tão vasta e tão grande como aquela da Amazônia, eu consulto V. Ex^a se não seria o caso de convocarmos, convidarmos o General para vir aqui, numa reunião secreta, falar sobre o que está ocorrendo naquela região que tanto nos preocupa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concorde, Senador – e já concedo um aparte ao Senador Cristovam. Concorde plenamente e creio, Senador Geraldo, que deveríamos fazer – V. Ex^a, o Senador Heráclito, eu e o Senador Cristovam –, se for essa a decisão, a convocação para uma reunião reservada. Creio que seria essa a conotação, porque tem uma frase extremamente grave. O General Heleno disse alguma coisa do tipo: “Eu e o Comando do Exército prestamos serviços ao Estado brasileiro e não ao Governo”. É uma declaração grave.

Os *e-mails* que recebi dizem: “Está prestando serviço ao Lula”. Ao contrário, estou dizendo que o Lula é frágil. Volto a dizer: estou-me referindo às pessoas que, de boa-fé, se ofenderam com a declaração de uma frase, porque demorei dois minutos para dizer isso e não tive nem tempo de me explicar. Estou respondendo aos *e-mails* das pessoas sérias, que acharam que eu estava tomando uma posição subserviente em relação ao Presidente. Estão ouvindo, agora, eu dizer que o Presidente é servil, que o Presidente é frágil, que o Presidente se agacha diante dos militares. Respeito os militares e os quero bem armados, bem reciclados, bem pagos, mas não os quero determinando os rumos da política brasileira. Esse é um fato.

Então, volto a dizer: estou respondendo aos *e-mails* das pessoas sérias, não dos petistas profissionais, que são pagos, na máquina, para ficar mandando cartinha para jornal. Eu até os prefiro mandando cartinha para jornal, pelo menos não estão roubando. Prefiro isso, até prefiro isso, mas a gente conhece de longe quando vêm babando, quando vêm com ódio. A gente conhece de longe quando é aquela coisa industriada, ou seja, você dá uma entrevista e, aí, tem aquelas cartas desqualificadoras, enfim, que a maioria dos jornais nem dá bola para publicar porque já os

conhece também. E, quando quer publicar, é porque quer, de alguma forma, tocar fogo no paiol, mas a gente já conhece essa gente. Estou-me referindo às outras, às normais, às pessoas adequadas, àquelas que pertencem à sociedade brasileira e que têm o direito de expender suas opiniões e de a nós nos criticar.

Se me criticaram por ter tentado livrar a face do Presidente Lula, estavam erradas. Se acharem que eu tenho que achar que o militar da ativa deve se pronunciar sobre questões políticas e isso mereça, por parte de mim, receber críticas via *e-mails*, podem entupir de *e-mails* minhas caixas, porque eu não abro mão! Tive um pai cassado, lutei contra a ditadura, fui espancado na rua, passei por prisão, eu não aceito pronunciamento militar político. Ponto final. Não aceito. E lamento que haja um Governo frágil, fraco, tíbio, de um Presidente que fica no palanque feito... Parece o Gugu Liberato, no palanque o tempo inteiro, animador de auditório, e não é capaz de impor disciplina e hierarquia neste País. E tomou uma atitude errada, equivocada, festiva no episódio de Raposa Serra do Sol, trazendo graves consequências sociais e grave fricção, inclusive militar, para aquela região.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, eu quero dizer que sou solidário à proposta do Senador Geraldo. Acho que o Brasil precisa que nós analisemos esse caso. A figura do, chamemos com todo o respeito, Sr. Heleno pode ser vista em três posições: ele é um general, ele é um cidadão, ele é um técnico em defesa nacional. Como general, nós todos estamos de acordo: ele não tinha de falar isso de público, e, sim, comunicar aos seus superiores. Como cidadão, ele tem obrigação de alertar o Brasil de qualquer risco, de qualquer decisão que tomemos em relação às nossas fronteiras. E, como técnico, ele sabe das coisas. Eu, pessoalmente, tendo a ficar do lado da posição de defesa dos interesses indigenistas, cujo território é a floresta, e não a fronteira que separa o Brasil de outros países, conforme nós decidimos, e não eles, os indígenas, que já estão aqui há milhares de anos. Não há dúvida nenhuma. Mas, além disso, desse lado humanista de defesa do território e da nação – chamo de nação mesmo – indígena, em cada uma das nossas fronteiras, eu sou brasileiro, e, como brasileiro e Senador, tenho uma responsabilidade com as futuras gerações pela fronteira traçada entre os países, mesmo que sejam fronteiras artificiais do ponto de vista humano, do ponto de vista do humanismo. Essa fronteira não existe. A fronteira do Brasil com a Venezuela, do ponto de vista humanista, não existe; mas, do ponto de vista político, existe. E, como tal, tenho que tomar uma posição levando em conta o sentimento

humanista e a política nacionalista, que eu tenho, não vou negar, e penso que é uma coisa positiva. Por isso, nesse sentido, eu terei o maior prazer e necessidade de ouvir. Não chamemos o lado general, mas o lado cidadão e o lado técnico do General Heleno. A gente tem a obrigação de ouvi-lo, em situação secreta, para tomarmos posição. Eu tenho uma posição, mas estou disposto a revê-la se, diante de uma figura como ele, eu for convencido de que os interesses nacionais podem ser casados com os interesses humanistas, e a gente defender a fronteira política do Brasil com outros países e, ao mesmo tempo, respeitar as fronteiras naturais de que as tribos ou nações indígenas precisam para sobreviver. Por isso, meu apoio à vinda do General Heleno ao Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, e respondo a V. Ex^a – encerrando a minha fala, Sr. Presidente – dizendo que V. Ex^a foi candidato a Presidente da República pelo seu partido, pelo PDT, nas últimas eleições. Se tivesse vencido as eleições, estaria a braços com uma questão que dificilmente poderia ser tratada meramente com a visão que V. Ex^a acabou de aqui idealizar. Estaria diante de uma situação de fato, levando em conta, inclusive, o fato militar; levando em conta, inclusive, a posição do País diante de ameaças à soberania nacional sobre a Amazônia e, sem dúvida alguma, preocupado – porque V. Ex^a não se elegeria por outra razão – com a integridade cultural e física das etnias indígenas que habitam aquelas fronteiras.

Descurar das fronteiras, permitindo que se estabelecessem nações independentes ali, nós não faríamos; nem V. Ex^a nem eu. O fato é que a minha preocupação com as etnias indígenas é enorme. Tenho compromisso muito claro com essa causa. Há o limite, que, para mim, é o limite do realismo. E é aí que vejo que o General tem razão, porque foi feita a demarcação no governo passado. Era uma demarcação descontínua, terras extensas. Agora, tivemos uma demarcação que me pareceu exagerada: terras contínuas e extensas também, extensíssimas, que, a meu ver, longe de resolver o problema, Senador Heráclito, expõe os índios. Isso porque, se é uma decisão que não pode ser sustentada porque a sociedade envolvente não aceita, termina por expor, essa decisão, os índios a perigos, porque, se eles não têm como sustentar aquilo, terminam expostos a perigos, e o bom idealismo, a boa intenção se esboroa, cai por terra.

Vejo, ainda, em relação ao General Heleno... E volto a dizer que para mim é muito constrangedor ter que voltar a falar sobre esse assunto, porque pensei que nunca mais ia ter que discutir questão militar no País. Pensei que isso era coisa mesmo do tempo já

vencido pela transição democrática, pela Constituinte de 88 e por tudo o que já fizemos para consolidar uma democracia neste País. Era preciso um Governo frágil e fraco como este, tíbio como este, para estarmos aqui discutindo a questão militar.

O General Heleno, que tem o direito de ter toda sua opinião de cidadão, e pode manifestá-la nas urnas, inclusive, poderia também se dirigir ao seu chefe, o Comandante do Exército, que poderia se dirigir, por sua vez, ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Não vejo é que ele, que é tão cioso da hierarquia e que reclamou, com razão, junto com os demais chefes militares, Senador Paim, quando a hierarquia foi quebrada no episódio do tratamento sindical que deram à questão dos controladores... O Governo errou de novo redondamente, foi infantil, foi ingênuo, foi tolo, tratou como se fosse o Sindicato dos Metalúrgicos, quando, na verdade, havia militares em jogo. Então, a quebra da hierarquia, naquele momento, obrigou o Governo a um recuo vergonhoso. E, naquele momento, eu sei que o General Heleno ficou triste com a quebra da hierarquia.

Eu pergunto se não é uma quebra da hierarquia ele desafiar, como desafiou, o Comandante-Chefe das Forças Armadas, eleito pelo povo – contra o meu voto; espero que contra o dele também –, que é o Presidente Lula. O Presidente Lula é que não está cumprindo com o seu papel de Comandante-Chefe das Forças Armadas, porque não é chefia, porque recua delas, porque as teme, porque não as enfrenta, porque nas as disciplina e, por outro lado, não resolve os problemas básicos. Já ouvimos muito conversa. Dinheiro para isso, dinheiro para aquilo. E não vi nada que melhorasse as condições de trabalho dos militares.

Então, volto a dizer: eu assinaria, com modificações para o meu estilo, em artigo para o jornal, as preocupações do General Heleno com a questão. Mas, sinceramente, prefiro um país onde tenhamos os ministros militares nos limites que a democracia lhes impõe.

Democracia tranqüila neste País, momento democrático tranqüilo neste País é aquele em que nós temos paz nas casernas, em que temos as casernas silenciosas, em que temos as casernas cumprindo seu dever constitucional de cuidar das fronteiras, de zelar pela segurança da Pátria e, eventualmente, intervir sobre a questão da segurança pública, quando convocadas. Eu vejo que é por aí. Temos problemas graves, temos análises a fazer, temos fronteiras nevrálgicas, mas política, eu não sinto que seja o foco.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu sou oficial da reserva. Entendo, e disse

ontem, que foi um dos melhores momentos da minha vida fazer o CPOR. Aprendi a obedecer, a mandar e ter noções de disciplina, hierarquia e amor à Pátria. Ontem, houve uma sessão aqui, em que o Senado se manifestou em apreço ao Exército brasileiro. Atentai bem! Está certo, nós devemos chamar o General. Ele não é qualquer um, não. É um general com uma das vidas mais brilhantes da história do Exército.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem toda razão V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Esse General Heleno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho profunda admiração por ele.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E está certo o que ele disse: “A política indígena é caótica e lamentável”. E é mesmo. Aqui já foi dito. Caótica e lamentável. Mas, ao lado dele, nós temos que chamar aqueles dois que nos atacaram e ofenderam. E tire logo da classificação de seus amigos aquele Ministro Paulo Bernardo, que o chamou de irresponsável e de sem juízo porque votou na emenda de Paulo Paim, salvaguardando direitos. E o Luiz Marinho, que também iria quebrar a hierarquia. V. Ex^a foi Ministro, e nunca ousou ofender o Senado. Então, vamos chamar logo essa trinca. Aliás, na conjuntura, há uma atenuante para o brilhante General, que está preocupado com a nossa defesa – está aí o Heráclito, que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e que, com muito brilho e com muita competência, a dirige –, e chamar esses dois que agrediram o Senado da República. E tire de V. Ex^a aquilo que outro dia ouvi, V. Ex^a dizer que era amigo desse Paulo... Como é o nome do homem? É Paulo... Bernardo. Porque ele atingiu V. Ex^a. E V. Ex^a simboliza o que há melhor no Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado. Encerro, Sr. Presidente, respondendo ao Senador Mão Santa e dizendo que, de fato, tenho relação pessoal muito boa com o Ministro Paulo Bernardo e não sei se ele se dirigiu a mim pessoalmente ou ao Senado como um todo, mas, em qualquer circunstância, ofende a todos nós, e começou ofendendo ao Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim. O Ministro Paulo Bernardo sempre foi discreto, mas todas as irresponsabilidades patrocinadas pelo PT, o Ministro votou com elas. Nos bastidores, dizia que não concordava, que o partido era exagerado – ele era moderado mesmo –, mas, na hora do voto, votava, alegando que havia o tal centralismo democrático e que seria punido se não votasse. Votou. Todas as vezes.

Agora, o Ministro Luiz Marinho, que é uma figura simpática, o Ministro Luiz Marinho, ele poderia dar aula de pós-doutoramento em irresponsabilidade. Esse eu

vi agitando, com dinheiro do FAT, aqui na porta, todas as manifestações que visavam impedir que nós mudássemos as estruturas deste País. Contra todas as reformas. Contra todas as mudanças que inclusive garantem hoje uma certa tranquilidade econômica para o País. Então, se o Ministro Marinho considera que nós somos irresponsáveis, eu começo a ficar preocupado, porque ele entende do assunto. Ele é pós-doutor em irresponsabilidades, inclusive com dinheiro do FAT gasto em hospedagens, em manutenção de carro de som, em gasolina, em passagem aérea, para vir falar tolices aqui na porta do Congresso, dizendo que era para manter, por exemplo, o monopólio do petróleo e das telecomunicações. Ele, que hoje tem seu celular bonito, que deve ser dez vezes mais bonito que o meu, e que não o teria, se tivesse mantido aquele quadro de estatal falida, sem dinheiro para investir.

Em outras palavras, lamento o Ministro Paulo Bernardo sair da sua sobriedade, mas não me espanta o Ministro Marinho, que nunca a teve, dela se distanciar.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, como orador inscrito, por permuta feita com o Senador Cristovam Buarque, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem, aproveitando o tempinho que estamos tendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nesta segunda-feira, será o aniversário de Brasília. Gostaria de saber se, na sessão de terça-feira, poderíamos ter abertas inscrições especiais para aqueles que quiserem falar de Brasília, para que esses não fiquem perdidos na selva geral da lista de inscrições.

Eu, obviamente, como Senador de Brasília, tenho obrigação de falar. Mas creio que, se for entrar na lista comum, terminarei sem fazê-lo. Na verdade, não há nenhuma sessão especial.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Cristovam Buarque, se me permite, também faço absoluta questão – tenho um pleito de gratidão a Brasília – de me referir, nessa data, a Brasília. Peço a minha inscrição, igualmente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Há uma sessão especial no dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 29 de abril haverá uma sessão especial em homenagem a Brasília.

Mas nada impede, já me disse aqui a nossa assessoria, sempre competente Cláudia Lyra, que os Senadores se inscrevam e falem especificamente sobre essa questão, se assim for a vontade de V. Ex^{as}.

Quero também, Senador Cristovam Buarque, se me permite, dizer que, pela manhã, haverá uma sessão de homenagem aos idosos do serviço público. Quero convidar a todos. Inicia-se às 10 horas. E, naquele momento, fazemos uma homenagem à Capital federal também, sem prejuízo da proposta de V. Ex^a de falar no período da tarde.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Há muitos inscritos para terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No dia 29, as lideranças partidárias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não, pergunto para essa terça-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para terça-feira, na sessão de homenagem...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não, na sessão da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para a sessão da tarde, vamos ver aqui, Senador, são sete inscrições.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está bem. Então, tentaremos trocar com alguns dos que estão na frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou colaborar, cedendo meu espaço a V. Ex^a, se for necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Cristovam Buarque, estou inscrito. Faço questão absoluta de ceder a minha inscrição a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, V. Ex^a já tem 40 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Geraldo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Fico agradecido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só queria comunicar à Casa que amanhã viajarei ao Mato Grosso do Sul, especificamente para a cidade de Três Lagoas, onde haverá um congresso de jornalistas. Fui convidado e levarei também uma carta do Presidente da Casa, do nosso Presidente Garibaldi, para fazer uma homenagem ao

nosso saudoso Ramez Tebet. A Prefeita da cidade de Três Lagoas é filha de Ramez Tebet. Vamos representar o Senado da República naquele congresso de jornalistas que vão fazer no sábado e domingo. No domingo, às 20 horas, fui convidado, para encerrar o congresso, evidentemente representando o Senado.

Acho que fui escolhido, porque tive o privilégio – quando eu governava o Piauí, ele era Ministro – de traduzir a gratidão do povo do Piauí às suas virtudes de executivo: em tão pouco tempo, foi o Ministro da Integração que mais ajudou o Piauí. Traduzindo o respeito e a gratidão do Piauí, condecorei S. Ex^a com a comenda maior, Grã Cruz Renascença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender adequado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Cristovam Buarque, estamos vendo a base do Governo em uma luta desesperada, às vezes organizada, às vezes não, tentando, por todas as bandeiras, barrar o funcionamento das CPIs no Congresso e nas duas Casas legislativas do País. Trabalham, aliás, numa área que sabem fazer muito bem, que é com a contra-informação, com o desvirtuamento dos fatos e agora inovaram em estilo, colocando uma tropa de choque de quinta categoria para tumultuar trabalhos, impedindo que fatos graves venham à luz no País.

É lamentável! É lamentável que um Partido que, durante toda a sua história, defendeu procedimentos lícitos na administração pública, que combateu a corrupção, venha agora sendo o grande advogado de defesa dos que praticam desmandos na atividade pública do País.

Senador Geraldo Mesquita, o que se tenta fazer com relação à CPI dos cartões de crédito é um ato criminoso, porque, meu caro Presidente, em jogo está o patrimônio do País, são os recursos públicos que estão sendo desviados. E aí se volta, de maneira continuada, a tentar se traçar um paralelo entre gestores do atual Governo e gestores do Governo Fernando Henrique. Tenta-se, Senador Cristovam Buarque, enlamear a imagem de uma figura extraordinária, sobre a qual V. Ex^a muito bem pode dar um depoimento, já que o sucedeu no Ministério da Educação, que é o Ministro Paulo Renato. E trazem despesas pessoais – não são despesas exóticas – efetuadas conforme garantia legal para manutenção de uma residência oficial em Brasília.

Há uma diferença muito grande entre a goiabada cascão consumida pelo Ministro ou a tapioca e os fatos que estão sendo expostos.

O Ministro Paulo Renato foi, por oito anos, Ministro da Educação. Eu o conheço bem, é um homem honrado. E fico triste, quando vejo derivações dessa natureza, porque demonstram, acima de tudo, desespero. Convivi, Senador Cristovam Buarque, como amigo pessoal do Ministro. Em viagens, em Brasília, nunca vi S. Ex^a sequer citar cartão corporativo ou pagar conta de restaurante, a que eu estivesse presente, com recursos b ou c. O Ministro Paulo Renato tem uma vida pessoal que todos conhecem; tem um currículo vitorioso: foi reitor em Campinas, representou-nos em organismos internacionais em Washington.

Essa tentativa de atingi-lo é burra, porque as questões são bem distintas. E acho que os responsáveis por esses dossiês não se tocaram ainda para o fato de que denúncia dessa natureza se torna um bumerangue: vai sempre, com mais força, para cima de quem o lançou.

Estamos vendo aí episódios recentes demonstrando isso. E o que mais me espanta é a vocação criminosa dessa gente de insistir em táticas dessa natureza, evidentemente, na confiança de que o manto protetor que se dá ou que já se deu aos aloprados, aos transportadores de dólares na cueca, lhe dão garantia de impunidade, o que é muito ruim e muito sério para o País.

Meu caro Senador Paulo Duque, o que se tenta fazer, por exemplo, com a questão da CPI das ONGs é outro atentado ao bom senso do povo brasileiro.

Tenho uma história muito interessante, Senadora Kátia Abreu, ocorrida durante a campanha de 2002.

A TV Senado nos possibilita um contato imediato com o eleitor, seja ele de onde for. Já tive o prazer, inclusive, de encontrar o Senador Cristovam Buarque no Marrocos com um parlamentar de Angola, que me disse ouvir, sistematicamente, os discursos que fazemos no Senado, via satélite. Veja o mundo a que estamos chegando hoje. Portanto, as pessoas têm interação permanente. Já lhe contei uma história, para mim comovente e triste, envolvendo uma senhora do Rio Grande do Sul, que me telefonava sistematicamente, Senador Cristovam, e, de repente, parou de ligar, e certa vez eu pergunto a um gaúcho por ela e ele me respondeu, com a voz embargada, que ela tinha sido vítima do acidente da TAM. Era uma tricoteira.

Há histórias interessantíssimas sobre isso. O Plenário uma vez assistiu aqui a uma eleitora de São Paulo irritada que, pelo celular, pedia-me que eu apelasse ao Senador Suplicy para que ele parasse de contar o filme O Aviador, o que fazia da tribuna com muita eloquência, porque ela não tinha assistido ao filme e perderia a graça. Então são fatos dessa natureza.

Pois bem, uma senhora me liga de uma cidade do ABC paulista, foi no momento em que nós começamos aqui a tratar da questão da CPI das ONGs, Senador Cristovam, e ela me contou uma história curiosíssima. Disse-me: “Senador, eu tenho uma família vizinha que mudou completamente o padrão de vida. Comprou carro novo, depois comprou para um filho, comprou para outra filha, reformou o apartamento; comprou uma casinha de verão numa represa de São Paulo, e não me lembro o nome da represa, mas é aquela mesma represa que várias pessoas importantes de São Paulo possuem; viajou para Disney. E o senhor sabe, Senador, eu estava pensando que essa família estava trabalhando com cocaína, com tráfico. Depois da CPI das ONGs, eu passei na porta do escritório do meu vizinho e da cunhada e vi uma plaquinha da ONG”.

Eu tenho documentado. Recebi esses dados no período da campanha eleitoral; ela me mandou tudo, com fotografia e tudo, Senador Cristovam. E eu, viajando muito, coordenava a campanha pelo lado do meu Partido, não abri o envelope. Quinze ou vinte dias depois, tive a oportunidade, quando abro o envelope, de ver quem era o dono da ONG: um aloprado famoso de São Paulo! Esse caso está aí e vai, em um momento propício, ser divulgado e ser anunciado. Tenho pavor a esse tipo de... Não é do meu feitio, sou parlamentar, não sou delegado de polícia, mas já vi que a ONG desse aloprado chegou lá na... Não por iniciativa minha, mas por uma questão lógica.

Pois bem, Senador Paim, esse pessoal está querendo cobrir falcaturas cometidas com o dinheiro público, destinadas ao terceiro setor, que tem como objetivo modernizar a administração, porque transformaram em um grande condutor de dinheiro público para atividades ilícitas, para arregimentação partidária e outras coisas do gênero.

Vejo com muita preocupação...

A Folha de S.Paulo, há um mês e meio, publicou uma matéria, Senador Cristovam, falando sobre uma ONG do Piauí chamada Cepac. Foi um Deus nos acuda! “É do Piauí, o Heráclito é piauiense; logo, foi ele que passou para a Comissão”. Não tiveram o cuidado de ver que foi um trabalho jornalístico no qual o repórter pegou as ONGs mais exóticas, mais esquisitas ou as que mais receberam dinheiro de cada estado. E o repórter esteve no Piauí.

O ex-presidente da ONG jogou pedra em mim, o outro veio também e, aí, comete um pérola – gosto até muito dele, tenho muito respeito por ele até então, Secretário de Educação do Piauí. Ele vai, Senador Cristovam, à televisão e diz: “Não, essa ONG tem muitos serviços prestados: treinou pessoas, preparou pessoas importantes”. E citou todos os nomes, todos

militantes do PT e participantes do Governo Estadual daquele Partido.

A gente procura ver as ações, são todas elas de militância política. Aliás, não sou contra a militância política, não; acho que ela tem de ser feita, mas não de maneira desigual. Uns partidos instrumentalizando-se de recursos desviados da sua destinação, e outros, nem tanto.

Estou trazendo este assunto aqui agora, porque o General Heleno, há cerca de seis meses, pouco mais, pouco menos, alertou a Nação, Senador Geraldo Mesquita, para a proliferação de ONGs criminosas, irregulares, picaretas, instaladas na região da Amazônia; umas que roubavam, inclusive, riquezas, informações de nosso País. Lamentavelmente, providências não foram tomadas pelo Governo. E o que me preocupa é ver um homem da responsabilidade do General, que não conheço, vir a público denunciar. Isso me passa a sensação de que ele tentou muito, no privado, obter eco às suas reclamações. Não há de ser outro caminho do que um desabafo, no momento em que está cercado dos seus companheiros e ver um perigo iminente, que é esse conflito indígena.

Nós temos aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti que vem, anos a fio, alertando o Governo Federal sobre a famosa reserva Raposa Serra do Sol e denunciou, inclusive, Senador Paulo Duque, a invasão de helicópteros da Venezuela ao território brasileiro durante o ano passado. Recebemos respostas diplomáticas de esclarecimento sobre a invasão. Quero crer que não tenha sido nada de tão grave, mas os fatos existem e por todas as circunstâncias, por todos os aspectos, essa questão precisa ser analisada com urgência e com seriedade.

Portanto, eu quero me congratular com o Senador Geraldo Mesquita Júnior que solicitou uma audiência, uma convocação do General à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir o assunto. Um fórum adequado, Senador Paulo Duque, onde esta Casa poderá ter a oportunidade de, com aquela autoridade militar, questionar uma realidade que, pela dimensão continental do nosso País, nós não temos precisão da gravidade, mas que é iminente. Aliás, precisamos ter mais cuidado com as nossas fronteiras, porque temos, na mesma situação, a questão da tríplice fronteira, unindo Brasil, Paraguai e Argentina em Foz do Iguaçu. As denúncias de prática de lavagem de dinheiro, de terrorismo, de narcotráfico e de intervenção de países naquela área são grandes. Provas? Nenhuma; mas, onde há fogo sempre há fumaça.

É preciso que se veja isso com muita responsabilidade, até porque somos um país desmilitarizado e não temos condições de guarnecer de maneira segura

e tranqüila a nossa fronteira, haja vista, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não somos produtores, por exemplo, de cocaína, mas somos um dos grandes exportadores desse produto, o que é uma demonstração clara de que o vazadouro da nossa fronteira, por falta de condição de vigilância, faz com que esses números desagradáveis para as nossas estatísticas aconteçam.

Quero crer que os erros do General Heleno com relação à hierarquia militar serão e deverão ser analisados no foro próprio, mas não podemos e não devemos nos calar diante da repercussão do que foi dito, porque precisamos, Senador Geraldo Mesquita, examinar esse assunto enquanto é tempo.

Nós vemos os vizinhos anunciarem uma corrida armamentista desproporcional e aparentemente descabida para o continente onde a paz reina há séculos. Para uns pode ser exagero; para outros, nem tanto.

Daí por que eu queria, Senador Cristovam Buarque, antes de ouvi-lo, deixar aqui esse assunto para tema de discussão, porque acho que é fundamental para a tranqüilidade do nosso País.

Senador Cristovam, com o maior prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, já falamos muito a respeito desse assunto da declaração do General Heleno. Eu não vou tocar nisso outra vez. Apenas quero manifestar aqui a minha total confiança no ex-Ministro, que, durante o seu mandato de oito anos no ministério, lutou, fez o trabalho que era preciso, demonstrando, ao longo de toda a sua vida, respeito profundo aos compromissos éticos e políticos, também, na sua posição. Então, fico satisfeito de vê-lo trazer aqui a defesa do nome do Ministro Paulo Renato, e eu me solidarizo, manifesto-me e demonstro a minha confiança na maneira como ele sempre usou os recursos públicos nos cargos pelos quais passou, seja no Governo de São Paulo, seja no Ministério da Educação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quando eu faço a defesa do ex-Ministro Paulo Renato, eu a faço com muita tranqüilidade. Como sabe V. Ex^a, eu fui Líder do Governo Fernando Henrique, Líder no Congresso, e dividi tarefas inclusive com o Senador Arthur Virgílio.

Se V. Ex^a me perguntasse se eu faria essa defesa enfática de todos os Ministros, eu diria: Não. Por alguns, eu jamais teria a coragem de vir à tribuna, Senador Cristovam Buarque...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Heráclito, até porque V. Ex^a não conhece todos, não é?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Evidente. Há uns que não é preciso nem conhecer. O homem público é como jogador de futebol: você conhece no “arriar da mala”; o comportamento é inicial. Por alguns, eu jamais tomaria atitude de dar um aval prévio, porque não daria mesmo – sou muito franco com essas coisas. Agora, um cidadão como o Paulo Renato, para esse eu dou o meu aval com a mais absoluta tranqüilidade. Conheço a figura, conheço os hábitos e conheço o comportamento. Não há a menor possibilidade de ele cometer um ato ilícito. De forma que eu acho que essas “pinçagens” de nomes estão sendo feitas de maneira cientificamente estudada. Acho até – e quero ser justo – que as despesas que hoje os jornais mostram, envolvendo o Ministro Gushiken, podem ter um exagero. O curioso é que, neste caso, nos mostra um fato até então inédito: o seu gosto apurado por bom vinho e comidas fortes – nós, que sabemos que ele, por questão de saúde, tem uma dieta alimentar muito rígida. E nós vimos as notas fiscais. Inclusive a saborosa rabada, que, para qualquer um de nós é um prato trivial, para ele, pelas características da sua saúde, pode ser um doce veneno.

Quanto a isso, não é um deus-nos-acuda um Ministro de Estado usar tal conta B para despesas no dia-a-dia, já que a lei o permite. O que é necessário, Senadora Kátia Abreu, é modificar a lei, coisa que precisa ser feita aqui. Agora, não vamos entrar nesta de criar fatos pequenos para desviar a atenção do maior.

ONG no Brasil, Senador Cristovam Buarque, é caso de polícia! O que estamos vendo aí e que desaguou na renúncia do reitor da UnB é uma pequena demonstração do que o homem pode fazer com o recurso público: comprar lixeiras exageradamente caras, abridores de vinho de preço estratosférico, reforma de apartamento com cujo recurso se pode comprar até outro imóvel. Aí você vai ao *campus*, vê goteira, carteira quebrada e, acima de tudo, falta de investimento, Senador Cristovam, em educação.

Quando se fala aqui, Senador Paim, na questão do Bolsa-Família, e alguém discorda, os “trapizombas” do Governo, os aloprados, investem contra nós de maneira pesada. Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a foi um dos pioneiros na idéia, ainda como Governador do Distrito Federal, de dar bolsas de estudo, criar programa social. Só que V. Ex^a, ao criar o programa, exigia a contrapartida. Aí, sim, é uma inclusão social. O que se faz agora é dependência social, o que tem uma diferença muito grande.

O Brasil hoje vive, talvez, o seu melhor momento de crescimento, vive a melhor oportunidade de se integrar às nações ricas. Senador Cristovam, nós estamos incluídos no famoso Bric (Brasil, Rússia, Índia e China),

que são os países em desenvolvimento. As nações ricas do mundo acreditam que investir nesses quatro países é a melhor forma de investir seus capitais.

Ocorre que, se nós formos – não é preciso nem ir, basta acompanhar por meio da imprensa o que ocorre naqueles países; o Senador Cristovam sabe disto –, veremos uma verdadeira revolução que se faz no treinamento e na preparação do homem: investimento na faculdade, na escola primária, na qualidade de vida, no equipamento dos sistemas eletrônicos modernos.

No Brasil, estamos remunerando a ociosidade. Nós estamos pagando para o cidadão não treinar e estamos cometendo um crime quando isso se estende, inclusive, a jovens de 16 e 17 anos. O preço que vamos pagar por isso, Senador Cristovam Buarque – V. Ex^a, como educador, sabe –, é muito grande.

Não se combate miséria criando-se perspectiva de se continuar na miséria. Combate-se a miséria, criando-se, pelo caminho do trabalho e, acima de tudo, do saber, a oportunidade para que você se livre de fatos dessa natureza.

Lamentavelmente, aqueles que fizeram o Partido dos Trabalhadores – o partido histórico – não cumpriram, quando eleitos, o que prometeram; a começar pelo combate à corrupção. O PT que combatia a corrupção de ontem é o PT que hoje sabe que está no banco dos réus, mas quer companhia: eu fiz, mas você também fez. Não é assim. Aprenderam a conviver com o fausto e a riqueza.

Senador Cristovam, se esses ideólogos tivessem aprendido a lição de Ho Chi Minh na construção do Vietnã pobre, poderiam ver tudo de maneira mais clara. O Vietnã hoje, depois de enfrentar guerras e incompreensões, é uma nação pujante. O exemplo veio de quem? Do chefe. Quando o país ganhou da França a autonomia, existia lá um palácio suntuoso, mas Ho Chi Minh não foi morar lá, Senador Cristovam; foi morar numa casinha de dois cômodos, para dar o exemplo à nação. Ensinou, o que a gente já via na Bíblia, o vietnamita a pescar. Obrigou todos a fazerem tanque, lago ou o que preferisse, para criar carpa e, com isso, enfrentarem as adversidades decorrentes do tempo de guerras.

Foi assim que Ho Chi Minh conseguiu fazer com que a Nação se sustentasse no grande episódio, que é o mais recente de todos, envolvendo os Estados Unidos. V. Ex^a viu o exemplo, Senador Geraldo Mesquita, emocionante.

Os daqui querem carro novo, palácio, querem mordomia. De tudo que pregaram, fizeram diferente. Eu me lembro, Senador Cristovam, que V. Ex^a se reunia com os seus colegas do PT naquela época do sonho no Hotel Torre, que já caminhava para ser uma

espelunca, mas era o hotel do Partido. Ganha a eleição, abandonaram o Hotel Torre e montaram a base no Blue Tree, o mais luxuoso e mais caro hotel de Brasília. Senador Cristovam, aquela comida a peso, tradicional, foi abandonada, foi trocada pelo faustoso Porcão, comida mais cara de Brasília em termos de carne, mas é o quartel-general do Partido dos Trabalhadores. Quanto às roupas, saíram da Casa Colombo, aquela que vende terno a partir de R\$90, para o Ricardo Almeida, o costureiro mais caro do Brasil. Cabeleireiro de autoridade, de mulher de autoridade, deixou de ser o da periferia do ABC para ser o cabeleireiro mais famoso da Avenida Paulista ou instalado no Iguatemi Shopping Center. Agora, tudo isso, muito bem... A única discordância é que, por trás dessas riquezas e demonstrações constantes está o dinheiro público, o dinheiro das ONGs.

Gastar dinheiro destinado a programa de modernização, desvirtuar a destinação das ONGs no Brasil, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é um crime. Mas, essa gente não quer que apure nada. Quer montar um bloqueio mental das pessoas, quer que o brasileiro perca o sentimento da indignação. Se achar que é uma coisa normal, aí fica tudo bem.

Fiquei muito satisfeito na semana passada porque o prazo da CPI seria encerrado no dia 13 de maio, na primeira semana de maio. Seria preciso prorrogar o prazo. Apesar de todo o esforço que o Governo fez para que não houvesse prorrogação, Senador Cristovam Buarque, tivemos a felicidade de conseguir 60 assinaturas de colegas Senadores pedindo a prorrogação. Se mais não tivemos, também não procuramos. Isso é uma demonstração de que o Brasil precisa pôr a limpo esse crime, Senador Cristovam Buarque, que se comete contra o patrimônio público. A quantidade infinita de denúncias que chega todos os dias aos gabinetes e à Comissão de uso de recursos de maneira criminosa, mediante ONGs que não prestam conta a ninguém, é um fato grave.

Senador Paulo Duque, dá para se imaginar os recursos que a Petrobras, de maneira irresponsável, manda todos os anos para as ONGs?

É ONG do Bumba-meu-boi. É ONG do Garantido e Caprichoso. ONGs de periferia que são, na realidade, sustentáculos de células partidárias, com as quais não concordo.

A militância partidária, a militância política tem que existir, só não com dinheiro de ONG, só não com dinheiro público, só não com dinheiro da cueca. Daí por que há insistência de que os fatos não sejam apurados no Brasil. E não podemos concordar com isso de maneira nenhuma, Senador Mão Santa.

Lamento que essa anestesia que hoje toma conta dos que combateram corrupção durante muito tempo não tenha limite. Fazer a defesa dos que se envolveram em escândalos recentes nesse Governo tornou-se coisa comum. Daí por que o estímulo que se tem para continuar praticando atos contra os cofres públicos do País: a certeza da impunidade.

Há 40 dias, finalizando, Sr. Presidente, um *blog*, Senador Cristovam, publicou um fato da maior gravidade: um cartão corporativo comprou em Nova York um relógio por US\$15 mil, numa loja onde o comprador teve acesso especial. O que é acesso especial? Foi recebido fora do expediente. Outro foi comprado na Suíça. Está lá a denúncia com o número do cartão, com o nome de tudo. O Governo, até agora, preferiu o silêncio.

Não disse em nenhum momento se era verdade ou mentira, nem processou a fonte que deu a informação. De vez em quando, faz uma filigrana para tentar enganar a opinião pública, como foi o caso da Ministra Matilde, que cometeu um erro bem menor do que os outros cometidos por outros Ministros. O Governo puniu uma senhora que cumpria o seu papel e cometeu um deslize, é claro, mas se calou em relação aos que cometeram piores deslizes e que não estavam em confronto com as diversas ideologias que convivem no Palácio do Planalto.

Para mim, Senadora Kátia Abreu, a grande tristeza é que a Oposição tem sido incompetente no Brasil. Não tem conseguido criar nenhuma crise no País, que seria a função de quem faz Oposição. O Governo cria todas.

Eu disse desde o primeiro momento, e os fatos estão mostrando isso, que esse episódio da Ministra Dilma foi produto de fogo amigo. Estamos vendo que foi. Aliás, do primeiro vazamento do Governo e a primeira crise V. Ex^a se lembra: mandaram do Palácio do Alvorada para a Granja do Torto um cachorrinho, o Lulu, dentro de uma Kombi. Não havia a menor possibilidade de a imprensa saber que aquela Kombi carregava um cachorro. Fora avisada. O Lulu chegou à porta da Granja do Torto e todos os repórteres correram e viram o Luluzinho no fundo.

Aí o Presidente não teve outra alternativa a não ser mandar o Lulu de volta para o ABC. Coitado, acostumado com o Palácio da Alvorada, morreu de tédio, de saudade, vinte dias depois, em São Paulo, deixando o Presidente e familiares consternados.

O segundo episódio, um episódio sem nenhuma consequência: a primeira-dama resolve, em homenagem ao Partido, fazer com flores um jardim simbolizando o Partido de história, no passado, gloriosa. Aparece a fotografia na imprensa.

Conheci o Palácio de governos passados. V. Ex^a sabe, Senador Cristovam, que em cima na área do Alvorada não voa helicóptero, ultraleve, nada, porque é área de segurança nacional.

Aquela foto só podia ter sido tirada – e provado foi que a minha tese era certa – por algum amigo ou inimigo do Governo insatisfeito e que tinha acesso ali. E tem que ser muito íntimo porque era uma foto do segundo andar, onde estão os aposentos privados do Presidente da República.

As denúncias saem de onde? Das divergências internas que o ciúme e o puxa-saquismo provocam em qualquer governo. O Presidente não acorda, não olha e, de repente, é surpreendido por fatos graves e fica a ter que se explicar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, finalizo dizendo que o Presidente tem o maior índice de popularidade que já se viu em homem público na história recente. Não é fácil fazer a comparação, mas quero lembrar que o Presidente Médici, general da ditadura, obteve índices maiores da população, maiores. Enquanto isso, no seu governo, nos porões, torturava-se, matava-se, bania-se. E o povo não tinha conhecimento dos fatos. Era a ditadura que não permitia. Mas, hoje, o PT tentar encobrir esses fatos por meio da manipulação, da pressão e da tropa de choque montada nas CPLs, que são organismos legítimos e constituídos para funcionar em democracia plena, além de crime, é um mau exemplo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo palavra de imediato ao Senador Cristovam Buarque; antes, porém, quero registrar a alegria do Senado em receber neste momento uma delegação de Angola, que é recebida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

Sejam bem-vindos ao nosso País. Tenho um carinho enorme, vocês todos sabem, pelo continente africano.

Quero também registrar a presença de uma delegação do Estado do Ceará. Um abraço a todos em nome do Congresso Nacional. O Ceará é o Estado dos nossos Senadores Tasso Jereissati, Patrícia Saboya e Inácio Arruda.

As manifestações que vocês fizeram aqui, acenando com as mãos, mostram o carinho e o respeito de vocês para com o Senado. Não fazer nenhum tipo de manifestação mais barulhenta, o que é vedado pelo Regimento, possibilitou que os Senadores pudessem fazer uso da palavra. Essa manifestação simbólica é uma manifestação de que gosto muito.

Então, mais uma vez, meus cumprimentos a todos vocês.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico feliz que seja V. Ex^a que esteja ocupando a cadeira da Presidência durante esta minha fala, porque venho tratar de um assunto com o qual V. Ex^a tem tudo a ver duplamente ou triplamente.

Venho aqui, Senador Mão Santa, prestar uma homenagem ao diálogo, mas não ao diálogo apenas de algumas conversas, como costumamos fazer. Venho prestar aqui uma homenagem ao diálogo no seu sentido maior possível: entre idéias, propostas e visões do mundo. Mas vou estender esta homenagem a três pessoas e fatos que simbolizam, para mim, entre outros obviamente, a idéia do diálogo.

E o primeiro, Senador Paim – e é por isso que eu disse que fico satisfeito com a sua presença aqui –, é o diálogo simbolizado numa pessoa que ontem faleceu, aos 93 anos, chamado Aimé Césaire. Aimé Césaire, até ontem, era o poeta mais importante, e não apenas – e aí entra a idéia do diálogo – o mais importante poeta vivo da língua francesa, mas um poeta negro, filho da Martinica, onde nasceu e onde faleceu ontem.

Aimé Césaire foi um símbolo do diálogo entre as culturas africana e européia, entre a cultura que podemos chamar de negra e a cultura que podemos chamar de branca, embora cada uma delas tenha características que não devem ser citadas de acordo com a cor da pele.

Ontem, aos 93 anos, Aimé Césaire faleceu na Martinica, onde nasceu. Um homem nascido aqui no continente americano, um homem da cor negra, mas que vai receber no seu enterro, amanhã, a presença, por exemplo, do Presidente Sarkozy e do Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. E espero que alguma comitiva importante do Governo brasileiro represente o nosso povo nessa homenagem final a esse grande homem.

Aimé Césaire não apenas foi um grande poeta, mas quero aqui citá-lo como homem do diálogo, na própria vida e não apenas nos seus livros, como, por exemplo, o seu livro sobre colonialismo, o seu belo livro sobre o retorno dele do exílio ao seu país, o retorno que é não apenas do ponto de vista geográfico, mas do ponto de vista cultural. Esse é o primeiro nome que trago aqui para homenagear a idéia do diálogo.

O segundo é um brasileiro. Um brasileiro que anda pelo mundo e, a cada ano, realiza em algum país um encontro de personalidades, de intelectuais, na defesa do diálogo, o diálogo fundamental que hoje é preciso entre o que ele chama Islã e a latinidade.

Esse homem, que quero homenagear aqui, é o Prof. Candido Mendes. Todos os anos ele propõe uma reunião – e este ano já é a 17ª reunião – em países diferentes, com representantes do mundo islâmico, a maior parte de árabes, mas não apenas árabes, e representantes do mundo ocidental, sobretudo do mundo latino, para debater, dialogar, discutir e encontrar caminhos de convergência.

Então, quero aqui prestar esta homenagem a Candido Mendes pela sua luta incansável pelo diálogo, que é a razão principal deste meu discurso de homenagem.

Mas há uma outra pessoa, que, além de representar a negritude, também representa o diálogo com o lado branco, e que, além de ser um homem de cultura africana, também é um homem de cultura européia. Refiro-me ao Sr. Amadou-Mahtar M'Bow, um senegalês formado na cultura européia francesa, mas que representou, ao longo da sua vida, um forte compromisso com o diálogo. E peço paciência para falar um pouco mais sobre esses diálogos que ele trabalhou.

Antes mesmo de se falar em guerra de civilizações, como se fala sobretudo a partir do 11 de setembro – e já se falava antes com o livro do Sr. Huntington sobre a guerra de civilizações do oriente com o ocidente, mas o oriente simbolizado como a cultura islâmica –, antes disso, o M'Bow, na posição que tinha, naquele momento, de Diretor-Geral da Unesco, lutou pelo diálogo entre as civilizações. Antes de todos, ainda no começo dos anos 80, ele simbolizou, ele agiu no sentido de procurar encontrar um caminho, que, no mundo da globalização que então se iniciava, pudesse ser, não uma globalização de conflitos, mas de diálogo, e por intermédio desta, encontrar um caminho único para o futuro da humanidade.

Ele representou também, já naquele momento, um diálogo, Senador Mão Santa, que já estava em discussão hoje aqui nesta tribuna, quando falávamos do problema das fronteiras brasileiras entre países, da fronteira entre nações e da fronteira de tribos com nações. Ele já tentava encontrar um diálogo, um diálogo que está faltando termos aqui para esclarecermos em detalhes as fronteiras que existem entre globo e nações e entre nações e tribos.

O mundo ficou globalizado, mas não deixamos de ser nações. Somos uma comunidade mundial global, mas não somos uma comunidade unitária. Somos uma comunidade de nações, com interesses, com conflitos, com diferenças, mas todos no mesmo mundo.

Só diálogo vai permitir que a globalização continue, porque é inevitável, sem que uma nação exerça sobre as outras o poder de dominação e de negação da mais fraca. Esse diálogo está faltando entre nações.

M'Bow foi um dos homens que levantou, já no começo dos anos 80, a necessidade do diálogo e não da guerra como o caminho da convivência, que tem dois caminhos: o caminho da guerra, com uma nação impondo sobre a outra o caminho a ser escolhido; ou o diálogo, em que ambas as nações procuram encontrar o caminho único. M'Bow procurou isso.

E, aqui, hoje, nós vimos a dificuldade que encontramos para fazer o diálogo entre a Nação brasileira e as tribos indígenas ou etnias, como alguns gostam de chamar. É difícil. Como vamos encontrar um caminho para escolher entre dividir uma nação ou uma tribo indígena em dois pedaços, pelo fato de que ali, por uma linha imaginária, estabeleceu-se a fronteira entre a Nação brasileira e outras nações, e, ao mesmo tempo, como é que a gente vai negar à Nação brasileira traçar uma linha separando-a das outras nações vizinhas? Só o diálogo. Só o diálogo vai permitir que encontremos um caminho.

Elucidar o que a gente discutiu hoje aqui sobre aonde passa a linha que divide o Brasil com outras nações ou a linha que divide uma parte de uma nação indígena com a outra parte dela própria, só com muito diálogo. E o Amadou-Mahtar M'Bow foi um dos defensores desse diálogo, muito antes de a gente falar nele.

E, graças ao Cândido Mendes – que eu estou homenageando –, eles estarão reunidos em Rabat, capital do Marrocos, durante três dias, discutindo como é que se faz o diálogo entre o Islã e a latinidade. E também o diálogo entre religiões. Como é que a gente pode ainda, no século XXI, imaginar que uma religião tem o poder de dominar a outra religião?

Senador Eurípedes Camargo, a colonização brasileira caracterizou-se pela conversão, o contrário do diálogo. Converter é trazer o outro para o seu lado, mas de uma maneira que nega o outro. E a forma como a religião no Brasil foi imposta às tribos indígenas foi a da conversão, não a do diálogo. Conversão que pode ter sido de maneira fraterna, não necessariamente de maneira brutal, mas, ao mesmo tempo, não se fez respeitando as duas religiões; foi achando que uma era superior à outra. E esse debate, esse diálogo entre religiões é uma homenagem que quero prestar aqui ao Sr. M'Bow.

A outra, fundamental para os tempos de hoje, é o diálogo entre ciências. Até aqui – e o Senador Mão Santa, como médico, sabe muito bem disto –, tratávamos as ciências separadamente. Alguém nascia para ser médico, alguém nascia para ser engenheiro. Não dá mais para ser assim, Senador Mão Santa, porque uma parte da Medicina é feita hoje com base na Engenharia. Os equipamentos que usam hoje os

cardiologistas e a convivência dos cardiologistas com esses equipamentos é completamente diferente da de trinta anos atrás.

A comparação que faço entre Medicina e Engenharia serve para quase todas as outras profissões. O tratamento das profissões como caixinhas, onde a gente mete ali os alunos que vão virar profissionais, é uma maneira atrasada de fazer universidade. Hoje, o diálogo entre as ciências é um caminho necessário para que a ciência avance. A Neurobiologia hoje não é mais uma ciência biológica apenas; é uma ciência que se envolve com o uso de instrumentos da Informática, da Microeletrônica, da Computação. E a gente resiste ainda, no século XXI, a fazer esse diálogo entre as ciências, que o Sr. Amadou M'Bow fazia, tentava fazer, sobretudo, trinta anos atrás.

Por isso, hoje ele está sendo homenageado por Cândido Mendes, e, ao homenagear Cândido Mendes por ocasião dessa reunião *Islam et Latinité*, eu estou homenageando esses dois grandes homens de cujas realizações nos ocupamos hoje.

Depois, vem isto que hoje foi falado também aqui pela Senadora Serys, que é o diálogo entre os seres humanos e a natureza, tema sobre o qual não se falava até pouco tempo atrás. Os seres humanos eram os donos do planeta, que, Senadora Kátia, estava aí para ser usado sob duas formas: como a despesa dos recursos naturais que a gente usava na economia e o depósito dos resíduos que o processo econômico produzia. Nenhum diálogo com o vale, com a terra, com a natureza, apenas a dominação técnica dos seres humanos sobre a natureza. Não há mais possibilidade disso.

Hoje, quando a gente fala em biodiesel, tem de dialogar com a natureza para saber se o biodiesel é a saída para manter o equilíbrio ecológico ou se é a saída que vai levar à destruição ainda maior das florestas. Isso porque, se a gente quiser colocar álcool ou biodiesel em todos os tanques de gasolina de um bilhão de automóveis que há no mundo, de propriedade de 800 milhões de seres humanos, vai faltar comida para colocar no estômago dos 800 milhões de seres humanos que passam fome.

Claro que a gente terá de encontrar uma saída, e é o diálogo. É o diálogo dos seres humanos com a natureza para saber até que ponto a aritmética da civilização permite que a gente avance sem destruir o lugar onde a gente mora, o ar que a gente respira.

E isso vai exigir outro diálogo, que M'Bow também tentava desenvolver décadas atrás: o diálogo entre ética e economia. E esse é um diálogo inexistente, porque o que menos se estuda no curso de Economia é a palavra ética. Onde nasceu a economia há

duzentos anos? Da ética. Hoje, a gente nega a ética. O grande pai da economia foi um professor de ética, Adam Smith. A evolução científica da Economia fez com que a gente abandonasse a ética, e o resultado é a economia destrutiva, é a economia degradadora, é a economia desigualizadora. Desigualizadora entre os seres humanos, depredadora da natureza.

Tem de haver um diálogo entre a ética e a economia. M'Bow fazia esse diálogo, promovia esse diálogo, como também o diálogo que está faltando hoje. E o Senador Heráclito, de certa forma, falou nisso de uma outra maneira: é o diálogo entre política e estadismo. Popularidade é política, não é necessariamente estadismo. Os estadistas, em alguns momentos, tomam decisões que são antipopulares para construir o futuro. A popularidade é medida por uma pesquisa de opinião naquele instante, Senador Mesquita; não é medida por uma pesquisa de opinião 20, 30 ou 40 anos depois, quando uma decisão tomada hoje por um estadista, embora às vezes dura – no sentido de ser dura, não de durar no tempo –, é uma decisão incômoda, mas a decisão correta no longo prazo.

O diálogo entre política e estadismo está faltando hoje, não só no Brasil. O mundo inteiro, hoje, faz política com base na pesquisa de opinião daquele instante, com base no marqueteiro, que vai definir o que se dizer naquele instante, para ganhar o voto daquela eleição. O estadista fala pensando na próxima geração e, às vezes, diz coisas que o marqueteiro diria: “Não diga isso”. O que a pesquisa de opinião diz é o contrário do que a população – eu não disse o povo – quer. Há uma diferença entre população e povo. População é o contingente de pessoas que está vivo hoje; povo é a população que virá depois também, dando-nos continuidade. O povo é eterno; a população é circunstancial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, permita-me, neste momento, V. Ex^a que foi reitor e cuja vida está muito vinculada à Educação, fazer o registro da presença, nas galerias do plenário, dos estudantes do Colégio Soma, de Paracatu, Minas Gerais.

Sejam bem-vindos! Vocês estão assistindo ao pronunciamento de um Senador que é um ícone na Educação, não só no Congresso, mas também no Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço a lembrança porque esse é o próximo diálogo de que vou falar: o diálogo entre gerações.

O diálogo entre política e estadismo tem tudo a ver com o diálogo entre gerações. E falta esse diálogo, Senador Mão Santa; e o M'Bow foi um promotor do diálogo entre gerações, que se faz de duas formas: uma, entre esses meninos que aqui estão e nós – é o diálogo entre gerações de hoje; a outra, o diálogo até desses

meninos com as gerações que virão depois deles, com os filhos, netos, bisnetos e todos depois.

Hoje, falta um diálogo entre gerações. Falta um diálogo entre as gerações de hoje e falta um diálogo das gerações de hoje com as gerações do futuro. As gerações de hoje tentam consumir tudo que a natureza é capaz de produzir, mesmo que as próximas gerações passem fome. Falta um diálogo desta geração de hoje com a futura e falta um diálogo da geração dos velhos de hoje com os jovens de hoje.

M'Bow tentava levar adiante esse debate. Nos cargos pelos quais ele passou, ele defendeu, sim, o diálogo entre as gerações de hoje – os velhos e os jovens – e entre as gerações ao longo da história – dos de hoje com os do passado.

Falta um diálogo de algo que é a principal causa da continuidade da pobreza; um diálogo, Senador Eurípedes, entre demanda e necessidade. Nós tratamos como diferentes. Necessidade está naquele que precisa, mas não tem dinheiro para comprar; demanda está naquele que precisa e tem dinheiro para comprar. Necessidade está aquele que está com fome do lado de fora do supermercado; demanda está naquele que está com fome dentro do supermercado, com dinheiro no bolso. A gente não faz esse diálogo. A economia trabalha a demanda; o humanismo trabalha a fome da necessidade. Neste País, uma criança fora da escola necessita; uma criança dentro da escola demanda. A gente só trabalha com as que estão dentro da escola.

O diálogo entre necessidade e demanda passa pelo diálogo, também, entre a economia e a ética. Mas como a economia não dialoga com a ética, a necessidade não dialoga com a demanda. E a gente tolera as necessidades com a indiferença de quem acha que só vale considerar quem demanda e não quem necessita. Está precisando haver esse diálogo entre demanda e necessidade, que passa pelo diálogo entre ética e economia, que passa pelo diálogo entre os seres humanos de hoje e a natureza que a gente depreda, que passa pelo diálogo entre as gerações de hoje e as do futuro.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dedicar o último diálogo que a gente precisa mencionar. E é um diálogo que eu tive, pessoalmente, com esse Sr. Amadou-Mahtar M'Bow, que hoje homenageio, juntamente com a homenagem a Cândido Mendes: é o diálogo entre professor e aluno.

Nós nos acostumamos a que o professor ensina e o aluno aprende. Nós não nos acostumamos a que professor e aluno dialogam, num processo de aprendizagem em que os dois são partes quase iguais. Isso sempre houve, mas agora mais que tudo, porque, com os novos sistemas e métodos de divulgação de informa-

ções, o aluno que navegou, na véspera, pela Internet pode chegar em sala de aula sabendo mais do que o professor em relação àquele assunto, não em relação a tudo nem em relação à experiência. O aluno atento, hoje, é capaz de saber mais, na sala de aula daquele dia, do que o seu professor.

O professor que não dialogar com o aluno não é um professor compatível com o tempo de hoje. Não é mais tempo de transmissão de conhecimento apenas; é tempo de diálogo entre quem quer aprender e quem tem o que ensinar.

Estou concluindo, Senador Paulo Paim, apesar do tempo que ainda resta.

Eu tive a sorte de o primeiro encontro que tive, quando reitor da Universidade de Brasília, a primeira audiência, numa segunda-feira, às 8 horas da manhã, fosse com esse Sr. Amadou-Mahtar M'Bow. Ele veio ao Brasil e, no meio da sua agenda, obviamente, reservou um lugar para conservar com a universidade, não comigo especialmente – nem sabia que eu era o reitor. Eu tinha dois minutos de reitoria quando recebi esse senhor no meu gabinete. E, ali, eu tive oportunidade de começar a desenvolver essas idéias que eu tenho sobre a importância do diálogo, porque todos os diálogos de que eu falei aqui, apesar de eu estar com a perspectiva de mais de 20 anos de distância, eu tenho certeza de que discuti com aquele senegalês, com aquele homem elegante, que fazia o diálogo da sua África com a Europa onde estudou, que fazia todos esses outros diálogos que eu defendi e que eu aprendi, provavelmente, com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, permita-me registrar, já que está dentro do seu tempo, que a palavra “diálogo”, com certeza, está, neste momento, com muito carinho, sendo ouvida por todo o País. Como seria bom se nós ampliássemos também o diálogo entre o Executivo e o Legislativo.

Que a sua mensagem seja ouvida por todos!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem. Há muitos outros diálogos. Eu poderia até dizer que esse está incluído no diálogo entre o estadismo e o político, mas é importante salientar a falta desse diálogo entre os Poderes da República brasileira.

Mas eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que eu vim aqui prestar uma homenagem e fiz três homenagens. Eu prestei uma homenagem, necessária de ser feita, porque ontem faleceu o Aimé Césaire. Essa homenagem eu preferia que a gente não estivesse fazendo hoje, aqui, sobretudo *post mortem*, como está sendo. É verdade que talvez com menos de 24 horas da morte dele, mas dessa homenagem eu fiz questão.

A outra, ao nosso querido professor, Senador Paulo Duque, do seu Rio de Janeiro, que é Cândido Mendes, essa figura incansável na luta para manter a continuidade da sua universidade, mas também, no mundo inteiro, caminhando, caminhando e realizando, além dessas caminhadas, esses encontros anuais fora do Brasil, a um custo, provavelmente, muito alto de energia, saúde e de dinheiro para ele, entre a sociedade, a parcela da civilização do Islã e a parcela da civilização ocidental. E, também, a homenagem àquele que está sendo homenageado hoje, no encontro que ele faz lá no Marrocos, que é o ex-Diretor-Geral da Unesco, Amadou-Mahtar M'Bow.

Mas, para concluir, e já passando não do tempo, mas do tema, quero prestar uma outra homenagem, que tem a ver com o diálogo, aos jovens que estavam aqui mais cedo, que além de serem do Ceará, como o Presidente Paulo Paim disse, são representantes do PDT. E estão aqui porque, nesses próximos três dias, vamos fazer o encontro do PDT. É o primeiro encontro nacional desde que não temos mais Leonel Brizola como nosso líder. É o primeiro encontro nacional que faremos sendo parte do Governo Lula. É o primeiro encontro desse momento de crise que vive o Brasil. Eu espero que esse encontro seja de grande diálogo – palavras que estão juntinhas. Encontro e diálogo são palavras juntas. Embora o encontro possa ser feito sem diálogo, o diálogo não pode ser feito sem o encontro.

Espero que desse nosso congresso surja vivo, como o deixaram, o pensamento de Brizola e Darcy, e que fique vivo o sonho. Não podemos transformar um congresso em um simples debate sobre relação ou não com o Governo, sobre o que fazer no dia-a-dia, sobre defender e acusar. Temos que fazer um congresso que mantenha o sonho. O sonho de que é possível ter todas as crianças em uma escola boa, gratuita, de qualidade, com professores bem remunerados, em prédios bonitos e bem equipados; o sonho da defesa da nacionalidade brasileira; o sonho da quebra da desigualdade social e regional deste País; o sonho da garantia da democracia.

Se para isso for preciso criticar o Governo, temos que ter a coragem de criticar o Governo, porque o sonho está acima de todos os outros aspectos de um partido que quer ter uma causa e não apenas ser uma sigla, até porque, para concluir, entre os diálogos, é preciso ter um entre os sonhos e a realidade.

Não podemos abandonar a realidade em busca de um sonho impossível, mas não vale a pena tentar conviver com uma realidade se ela nega o sonho em que a gente quer chegar. O diálogo entre sonho e realidade, para mim, é o principal diálogo daqueles que fazem política. Sonhando aquilo que a gente tem, pela

alma da gente, a obrigação de fazer e com os pés na realidade, onde, pelo sentimento de realismo, a gente tem que mantê-los caminhando.

Vim hoje, Sr. Presidente, fazer este discurso sobre o diálogo, prestando essas homenagens.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Cristovam Buarque, permita-me que, em nome do Senado, cumprimentar esse primeiro encontro nacional do PDT depois da morte do inesquecível, saudoso e referência para todos nós, ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com a mesma tolerância que tive com os outros Senadores, passo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Explico que, nas sextas-feiras e nas segundas-feiras, temos sido tolerantes, e comigo também tem havido essa tolerância.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender adequado.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. É exatamente por isto que, muitas vezes, usamos a tribuna na sexta-feira: para não incomodar os demais colegas com assuntos mais polêmicos e demorados no debate, podendo dar condições aos Senadores e às Senadoras de fazerem seus apertes.

Sr. Presidente, hoje, vou falar sobre dois pontos importantes que estão na mídia nacional, pontos que já conhecemos e com que convivemos há muito tempo: soberania nacional e direito de propriedade.

Registro minha admiração ao General Heleno pela sua coragem. Sei que ele foi ao seu limite, para dar nitidez à gravidade da situação. Se houve erros ou críticas, não quero aqui discordar do Senador Arthur Virgílio, mas tenho a certeza de o General Heleno agiu como muitos brasileiros, não apenas das Forças Armadas, que, indignados com as atrocidades que vêm ocorrendo no País, às vezes, ultrapassam seu limite para demonstrar a gravidade do que está ocorrendo, já que muitas das vezes ninguém nos ouve.

Quem é especialista em soberania nacional são as Forças Armadas, Sr. Presidente. Quem é especialista em escrever artigos, colunas e matérias são os jornalistas. Assim, as profissões e suas características devem ser respeitadas e ouvidas. Mas, para as Forças Armadas, não há ouvidos, Sr. Presidente. Os recursos do Orçamento Geral da União para a Marinha, para a

Aeronáutica e para o Exército... Nossa Marinha já foi a segunda do mundo em 1902, e não sei nem em que lugar ela se encontra hoje na América Latina.

Estamos crescendo, nosso País está se desenvolvendo, mas não podemos deixar à margem a questão da soberania. As críticas do Senador Arthur Virgílio merecem consideração, mas é muito mais importante neste momento nós nos abstermos da crítica ao General Heleno e nos atermos ao conteúdo do que ele disse, como se estivesse pedindo socorro para a soberania nacional, ultrapassando toda a rigidez do comportamento militar, todo o silêncio que as Forças Armadas são obrigadas a respeitar. Ele não conseguiu segurar sua voz, tamanha a preocupação com o Brasil! E ninguém vai duvidar de que outro interesse possa ter tido em sua atitude, a não ser a defesa nacional.

Sr. Presidente, Roraima é um Estado importante para o Brasil, como muitos outros, como o meu Estado, o Tocantins. É um Estado fortemente prejudicado em seu progresso econômico. A questão Raposa Serra do Sol é polêmica nacional. Hoje, isso se dá em Roraima, mas acontece também em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, no Pará, e, daqui a pouco, pode ser que ocorra no meu Tocantins. Nós, brasileiros, temos de estar atentos a todos os problemas nacionais, sem sermos como um caracol, como um caramujo, olhando apenas para dentro de nossas cidades e do nosso próprio Estado. O Brasil tem de ser visto como um todo, numa visão holística, de um país inteligente.

Em Roraima, há 18 mil índios e 1,7 milhão de hectares de área contínua, com várias etnias. O que o General quer dizer é que esses 1,7 milhão hectares de reserva indígena estão na divisa com a Venezuela, que também possui uma reserva indígena do outro lado, com a mesma etnia, com os mesmos familiares ianomâmis. Trata-se de área contínua não apenas brasileira, mas que se estende para as Guianas e para a Venezuela. É essa possibilidade, é esse perigo que o General Heleno quer mostrar para o Brasil.

Hoje, o Estado de Roraima, que é mais ou menos do tamanho de São Paulo – não me lembro bem se um pouco mais ou um pouco menos – está comprometido, com 93% de sua área como reserva indígena e como unidade de conservação ambiental, restando à população apenas 7% para a produção agrícola e industrial.

Toda a polêmica dos arrozeiros, que estiveram comigo na primeira hora, na primeira liminar que conseguiram na Justiça, diz respeito a apenas 14 mil hectares. O que eles reivindicam é menos de 1% – se não me engano, 0,68% – da área de 1,7 milhão de hectares. Será que é tanto assim?

Muitos índios não querem sequer a demarcação, porque lá trabalham e são parceiros dos arrozeiros. São 14 mil hectares que se transformam em 24 mil hectares, porque são duas safras anuais. Talvez, seja o único segmento organizado e produtivo daquele Estado, que é menos de 1% da reserva indígena, e ainda o querem expulsar da região.

Existe ainda uma área contígua – a São Marcos – com mais de um milhão de hectares de reserva indígena. Isso significa que, no Brasil, como um todo, para cada índio, não para cada família – independentemente da idade, se é idoso ou bebê –, há 250 hectares. Para a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estabelece um módulo rural para a família toda, que compreende o pai, a mãe e, às vezes, três, quatro, cinco, até dez filhos. Um módulo rural varia por Estado, mas o maior do País é o de Mato Grosso, com 100 hectares. Em meu Estado, o Tocantins, são 80 hectares, e há menores módulos em outros Estados. O módulo máximo é o de 100 hectares para uma família inteira, mas 250 hectares são destinados a cada índio, não a cada família indígena. Não pretendo discutir o mérito, se é muito ou se é pouco. A única coisa que discuto é se há realmente necessidade de ampliação das reservas indígenas do País.

Muitos se enganam, acreditando que o Brasil é retalhado por grandes propriedades rurais. Há cinco milhões de propriedades rurais no País – cinco milhões! – e um milhão de propriedades comerciais. Se unimos o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália e a Argentina, os quatro países juntos têm 2,7 milhões de propriedades rurais. Então, a média da propriedade rural brasileira é menor do que a destinada a cada índio brasileiro.

Sr. Presidente, em assentamentos espalhados por todo o Brasil, há 77 milhões de hectares distribuídos; em reservas indígenas, 108 milhões de hectares; em unidades de conservação, 176 milhões de hectares, num total de 361 milhões de hectares destinados à preservação ambiental, às reservas indígenas e aos assentamentos. Mas quero também lembrar aqui que a agricultura temporária, a agricultura permanente, como a fruticultura, e as florestas cultivadas, essas três atividades juntas ocupam 77 milhões de hectares do País. É quase a metade do que é destinado à unidade de conservação. Vou repetir: para assentamentos, são 77 milhões de hectares; para reservas indígenas, são 108 milhões de hectares; para unidades de conservação, são 176 milhões de hectares; para agricultura perene e temporária e para florestas plantadas, são 77 milhões de hectares; e para pastagens, são 172 milhões de hectares. E, neste País, há um total de 850 milhões de hectares.

As invasões a que estamos assistindo, neste abril vermelho, deixam-nos indignados e escandalizados, como também toda a imprensa nacional, todos os jornais deste País. Essas invasões são antecipadamente comunicadas ao Governo e à imprensa: “Vamos atacar as propriedades rurais, vamos praticar a desordem e o descumprimento da Constituição”. E ninguém se previne, ninguém tenta fazer nada. Esse ninguém é o Governo Federal.

E, ainda, o amigo do Presidente Lula, o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, talvez pela intimidade que há entre eles e pela liberdade que ambos têm – isso está hoje na **Folha de S.Paulo** –, disse, em São Paulo, que o Governo Lula precisa criar vergonha na cara, para cumprir acordos feitos com ele. Quem disse isso não foi a Oposição, foi o amigo do Presidente Lula, João Pedro Stédile, que costuma ser recebido pelo Presidente no Palácio do Planalto, como diz fazer todo democrata.

Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, dispomos de três instrumentos oficiais e legais para fazer a reforma agrária. Não quero aqui discutir o mérito dessa reforma, se é positiva, se é negativa; estou discutindo a legislação. Há três instrumentos para fazer a reforma agrária: as terras públicas devolutas do Incra, que somam quase 170 milhões de hectares, que estão disponíveis ao Governo, sem que se tenha de gastar um centavo de indenização, e que poderão ser destinadas à reforma agrária; o crédito fundiário, que é um subsídio, um empréstimo feito pelo Governo a um grupo de sem-terra que se reúne para comprar determinada propriedade e pagá-la no prazo de 30 anos; e a desapropriação por improdutividade, que é a mais antiga, ou seja, o Incra visita a propriedade rural, para verificar se é produtiva ou não, e, não o sendo, o Incra a desapropria, indeniza o proprietário e a entrega para a reforma agrária.

Não sei do que reclamam tanto, Sr. Presidente! Não entendo essas invasões abusivas, principalmente neste mês. Para se ter uma idéia, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Orçamento de 2007, gastou R\$3 bilhões apenas em custeio e em investimento, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é responsável por um terço do Produto Interno Bruto (PIB), por um terço das exportações brasileiras, por um terço do emprego, gastou R\$2 bilhões. São R\$2 bilhões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e R\$3 bilhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo que, dos R\$2 bilhões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, R\$1 bilhão é destinado à compra da produção da pequena propriedade, transformando-a

em cesta básica, num programa que se chama Compra Direta Local.

Não há distorção em que pesem as considerações econômicas dos dois Ministérios, mas quero demonstrar aqui que não há justificativa para essas invasões, para essas agressões que têm sido feitas pelo Brasil afora. O mais importante, Sr. Presidente, não é só assentar os nossos companheiros brasileiros, precisamos emancipá-los. Quando se forma um assentamento num Município, quando se anuncia que um Município vai receber um assentamento – o que era motivo de alegria no passado para Prefeitos e Vereadores, porque ali poderiam ser empregadas 100, 150 ou 200 pessoas, e 50 pessoas teriam seu pedaço de chão –, hoje isso é motivo de transtorno. E é motivo de transtorno, Sr. Presidente, não por causa das pessoas ou dos assentados, mas porque, depois do assentamento instalado, jogam esses seres humanos nesses assentamentos sem a devida estrutura, e aí sobram para os cofres do Município crédito, casa, energia, água, estrada, algo que o Governo não complementa. Sobra todo o ônus para o Município, que recebe apenas 16% do bolo da União, enquanto o Governo Federal, de tudo que é arrecadado no País, fica com 55%. O Governo faz os assentamentos, leva a fama de fazer a reforma agrária e joga o ônus para os Prefeitos do Brasil, que, com razão, têm de ficar socorrendo as famílias que lá são jogadas e que não recebem sua casa, nem alimento, nem luz, nem água. Os assentamentos acabam se transformando em verdadeiras favelas rurais.

O que queremos é que o Governo regularize todos esses assentamentos e emancipe esses cidadãos brasileiros, para que possam ser independentes. O assentamento tem de ter uma porta de entrada, mas também uma porta de saída, para que os assentados sejam inseridos no agronegócio brasileiro, tenham sustentabilidade, incorporem-se ao processo produtivo deste País.

Sr. Presidente, o MST perdeu totalmente o foco. Não existe mais foco. Sua antiga causa, sua causa no verbo, na palavra, não coincide com suas operações, que são totalmente divergentes, e o Governo brasileiro não está vendo isso. Quem quer terra não invade prédio público; quem quer terra não invade empresas importantes, como tem acontecido no Brasil, como se houvesse um movimento contra o progresso, como se esse movimento muito mais indicasse um desejo contra o desenvolvimento. Isso ocorre não só no campo, não só na zona rural, pois o MST se estende para as cidades e cria também os sem-teto nos centros urbanos, invadindo terrenos e agredindo brutalmente o direito de propriedade no Brasil.

Senadoras e Senadores, a Ouvidoria do Incra, a Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fez uma reunião com representantes dos policiais militares de todo o Brasil e determinou regras para a reintegração de posse. A Ouvidoria do Incra, do MDA, está querendo dar aula à Polícia Militar sobre como fazer uma reintegração de posse. Está publicado no dia 28 de fevereiro esse parecer da Ouvidoria Agrária, que, com as recomendações dadas às Polícias Militares de todos os Estados, praticamente impede a reintegração de posse. Anular-se-á o mandado judicial de reintegração de posse, se as Polícias Militares cumprirem esse parecer da Ouvidoria Agrária, do MDA.

Sr. Presidente, esse parecer atenta diretamente contra o direito de propriedade e contra a democracia. Sinto – e todo o Brasil hoje tem tal lucidez – que essa organização, o MST, e todos os invasores de terra são uma organização política que quer implantar um socialismo autoritário; que quer transformar o País em Cuba ou na Venezuela; que pretende, em todos os momentos, relativizar o direito de propriedade.

O direito de propriedade não pode ser relativizado, o direito de propriedade é um dos pilares mais importantes dos países que se desenvolveram. Quando eu digo o direito de propriedade, não é apenas o direito da terra, mas é o direito da sua casa, é o direito do seu carro, é o direito dos seus contratos, é o direito dos compromissos cumpridos, é o direito trabalhista.

Tudo isso é segurança jurídica, Sr. Presidente. Tudo isso são direitos que têm que ser cumpridos neste País. Se nós não respeitarmos esses direitos, nós estaremos fadados... Se nós abandonarmos uma cláusula pétrea da Constituição Federal, nós estaremos fadados a ser um País continuamente em desenvolvimento.

Perdeu o foco o MST. As suas causas não são mais as mesmas, porque a sua prática é outra. Por que fazer isso com a Vale do Rio Doce? Uma empresa importante para o desenvolvimento e o crescimento do País. Por que invadir a Aracruz Celulose? Por invadir a Monsanto? Por que invadir a Syngenta? O que essas empresas têm a ver com a política do Governo de reforma agrária? Elas não são responsáveis por promessas feitas pelo Governo e não ter cumprido por, simplesmente, não ter caixa, não ter tesouro para fazer o tanto de assentamentos que foi prometido nas campanhas anteriores.

E culpam, invadem essas empresas, que podem ser estrangeiras ou nacionais. Não me interessa quem são as empresas e nem me interessam os donos. Interessam-me os empregos que estão nessas empresas, os trabalhadores e as trabalhadoras que

lá trabalham e recebem seus salários. É isso que nós temos que preservar.

Nós lutamos pelas empresas para diminuir os impostos no Brasil, a carga tributária exorbitante. Alguns, de propósito, com malícia, acham que nós estamos defendendo os ricos. Mas eu pergunto a esses maledicentes e maliciosos: se nós não protegemos as empresas, onde eles vão colocar os trabalhadores deste País? Para trabalhar onde? Nas prefeituras? Nos governos de estado? Na União, onde há um limite de empregabilidade que a lei autoriza? A lei não permite que um Município, o Estado ou o Governo Federal possa contratar mais gente do que um percentual determinado pela lei.

Sr. Presidente, hoje nós temos uma medida provisória que foi editada no Governo anterior. Na crise das invasões que se proliferavam pelo Brasil, antes da edição da medida provisória contra a invasão, nós tínhamos uma média de 502 invasões por ano. Após a edição da medida provisória, que dizia o seguinte: “Terra invadida não pode ser desapropriada”; Invadiu, perdeu a chance de aquela terra virar um assentamento. Depois dessa medida provisória, as invasões foram reduzidas, em 2002, de 502 invasões a 103. E agora, Sr. Presidente, no ano passado, de 2007, de 103 invasões de 2002, nós estamos, em 2007, com 298 invasões em propriedades rurais deste País. Apenas nessa primeira quinzena de abril, do “abril vermelho” do MST, já se calculam, apenas nessa quinzena, 50 invasões espalhadas pelo Brasil todo, num movimento ordenado, organizado, propositado e não enxergamos em nenhum momento uma ação firme, dura do Governo, no sentido de coibir não o legítimo direito de manifestação, do direito à terra, do direito à saúde, do direito à casa, pois nós vivemos numa democracia e temos que permitir que as pessoas se expressem da maneira que quiserem, mas não agredindo a Constituição, não trazendo a desordem, não contra a lei, porque vivemos em um país pacífico, ordeiro, onde existe um Congresso Nacional e onde as leis têm que ser respeitadas.

Aqui, Sr. Presidente, a própria Vale do Rio Doce se insurge, com razão, com revolta, com indignação, contra o Governo do Pará. Foram mais de cinco horas de comemorações no acampamento, posteriormente ao impedimento da ferrovia da Vale do Rio Doce, da mineradora. Manifestantes soltaram rojões e enfeitaram a locomotiva com faixas contra a Vale do Rio Doce, bandeiras vermelhas do movimento MST do Brasil, do Pará, e com a imagem de Che Guevara colada nos vagões da Vale do Rio Doce.

E a Vale, Sr. Presidente, responsabilizou a Governadora Ana Júlia Carepa, que começou a se insurgir

contra essas invasões da tribuna desta Casa, das Comissões desta Casa, onde criticava e afrontava o direito à propriedade. Agora passou para o Executivo. Agora é Governadora. O discurso é outro, porque ela tem obrigação de manter a ordem em seu Estado, sob pena de intervenção pelo não-cumprimento das reintegrações de posse. E a Vale responsabiliza a Governadora Ana Júlia Carepa, do PT, pelo bloqueio da ferrovia.

Em nota, a mineradora disse que:

...não vai se calar diante das ameaças do MST ou da falta de responsabilidade dos governantes, em especial do Governo do Estado do Pará, que se omite diante de um crime há muito tempo anunciado e que, por incompetência ou conivência, estão assistindo a essa maré de crimes que, nos últimos dias, vem aterrorizando o País.

Essa é a nota da Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, nós precisamos ter uma reação. Não há mais possibilidades de continuarmos nesse ritmo em que não só o MST agride o direito de propriedade, mas em que o maior agressor tem sido a caneta do Governo Federal, que, por meio de instruções normativas e decretos assinados pela Presidência da República, tem afrontado, todos os dias, o direito de propriedade, começando pela Instrução Normativa nº 27A, do Incra, que muda todas as regras da vida de 10% da população dos municípios do Brasil que estão na faixa de fronteira. Esses brasileiros corajosos, há centenas de anos, foram lá colocados por uma questão de soberania e defesa nacional e estão lá desde o início deste País, garantindo a habitação nessa região de difícil acesso, que vem passando de pai para filho, de pai para filho.

E, hoje, o Incra desmancha a Instrução Normativa nº 27, que dispõe que, para ser titulado na faixa de fronteira, o proprietário rural tem que estar explorando 50% da área, nem lá precisa estar morando, e faz a IN nº 27A, impondo a esses cidadãos, que estão lá há mais de 50, 100, 200 anos em propriedades familiares, índices de produtividade de reforma agrária. Não há nada mais desonesto e injusto do que isso. Vou explicar o que isso significa.

Eu tenho uma regra que dispõe que, para eu ser titular de uma faixa de fronteira, onde estão 10% dos municípios do País, devo apenas comprovar minha produção em metade da área para receber o meu título. Recebo a minha escritura; a minha propriedade está garantida. Após isso, o Incra pode ir à minha propriedade e verificar se eu estou cumprindo os índices de GUT e de GEE, para dizer: “você é produtiva ou

improdutiva e eu vou tomar sua terra e fazer dela um assentamento”.

O que vai acontecer nesse momento? A partir do momento em que o cidadão está titulado, o Incra é obrigado a pagar o valor da terra nua e as benfeitorias. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Eu disse isso para o Presidente Rolf Hackbart, do Incra.

Não pode misturar o reconhecimento e a posse de uma propriedade com a produtividade dela, ou não. Que venha após a posse verificar se ela é produtiva ou não.

Agora, Senadores e Senadoras, um debate importante para o País é sobre os índices de produtividade por cujas mudanças somos sempre ameaçados. Os índices de produtividade garantem se a terra será desapropriada, ou não.

Quero, aqui, dar um exemplo importante que todos vão entender, todos que nos ouvem. O Brasil, que ouve a TV Senado; que assiste à TV Senado vai entender como funciona o índice de produtividade neste País.

Imagine que o Senador Mão Santa seja proprietário rural no Município do Tocantins e cumpra os índices de produtividade. Quais são os índices? O primeiro é o GUT. O fiscal do Incra chega na fazenda e diz ao Senador Mão Santa: “Qual o tamanho da sua propriedade?” Ele vai dizer: “Mil hectares.” “Quanto você tem que é de reserva legal?” “Está aqui.” A reserva legal está separada. No que sobrou para produção, se o Senador Mão Santa não estiver produzindo em 80% dessa área, vai ser desapropriado.

Mas imagine que o Senador Mão Santa esteja produzindo em 80% da propriedade. O fiscal do Incra vai ver os índices de produção – vamos imaginar que o Senador Mão Santa é um produtor de milho, e ele, corretamente, está atendendo também à determinação do Governo, que é 1.540 quilos de milho por hectare. O Senador Mão Santa passou na prova, o fiscal do Incra vai embora e vai à fazenda vizinha, da Senadora Kátia Abreu. E se lá chegar e não encontrar os 80% de área em produção, se tiver 79% produzindo apenas, 1% a menos, eu já sou imediatamente classificada para desapropriação, mesmo que, ao contrário do Senador Mão Santa, que estava produzindo 1.540 quilos por hectare, eu esteja produzindo 4.200 quilos por hectare. Por conta de 1% de área plantada, eu serei desapropriada, e ele não, mesmo produzindo menos do que eu.

Essa é a regra brasileira inteligente, que penaliza a produtividade, penaliza a tecnologia, penaliza a capacidade. Eu não tenho o direito, os produtores rurais deste País não têm o direito de agir de forma mercadológica, não podem recuar na sua produção porque o preço está ruim e são obrigados a plantar com preju-

ízo, porque, se não tiverem plantado em 80%, o Incra toma a terra; se não houver o número de vacas ou de bois por hectare, o Incra toma a terra.

Eu nunca vi fazer isso com fábrica de carro. Se uma fábrica que produz dois mil carros por mês achar que o mercado está ruim, ela dá férias coletivas, fecha a fábrica por 90 dias, ou reduz sua produção, e eu nunca vi ninguém ir lá e tomar a fábrica de alguém.

Agora, nós não. Muitos perguntam por que a produção agrícola está aumentando se os produtores rurais não têm produtividade e estão tendo prejuízo. Porque, literalmente, somos obrigados a produzir, pela reforma agrária, ou seremos retirados do nosso chão.

Sr. Presidente, chega ao absurdo! Dei aqui o exemplo do milho, mas vou dar o exemplo de vaca de leite: a obrigatoriedade é de dez vacas de leite por hectare. Não interessa a quantidade de leite que produzem. Imaginem que cada uma produza um litro. Serão dez litros. Se eu tiver cinco vacas que produzam o dobro do que o meu vizinho que está produzindo, com menos vacas serei desapropriada, e ele, não. O que conta é o número de pés de boi e pés de vaca, e não a quantidade de quilos de carne ou a quantidade de leite produzido.

Sr. Presidente, isso não é um país inteligente, isso não pode continuar, isso é uma aberração! A Constituição Federal é clara ao dizer que o cidadão produtivo não pode ser desapropriado, mesmo que ele esteja produzindo em 10%, 50%, 60%, 70%, 80% da sua produção. Mas, infelizmente, uma lei que foi aprovada nesta Casa confundiu os artigos da Constituição. Temos uma ADIN no Supremo Tribunal Federal para derrubar essa lei, a Lei nº 8.629, que altera a clareza da Constituição Federal nos seus arts 184, 185 e 186.

Espero que o Supremo Tribunal Federal possa nos ajudar a corrigir essa distorção. Usa a caneta contra nós, Sr. Presidente, quando faz um Decreto nº 4.857 que trata das comunidades quilombolas. Antes desse decreto, existiam no Brasil 90 a 100 comunidades quilombolas.

A perspectiva do movimento depois do decreto são 5.500 comunidades quilombolas. Já temos 1.170 reconhecidas, ainda 3.500 comunidades sendo reivindicadas.

A Constituição é claríssima no seu art. 67 ao dizer que comunidade quilombola são os remanescentes de quilombos que merecem, com toda justiça, o seu pedaço de terra; que merecem ter o seu título; que merecem ter seu documento para produzir, como qualquer produtor rural neste País, quer seja do assentamento, quer seja na reserva indígena. Eles também têm seu direito.

A mudança do decreto, Sr. Presidente, coloca a autodeterminação – se sou ou não quilombola –, desvirtuando totalmente a Constituição. E muito mais do que isso, com uma “canetada”, regulamentando um artigo da Constituição com um decreto, Senador Mão Santa! Desde quando decreto presidencial pode regular artigo da Constituição? Sou nova nesta Casa, mas aprendi muito cedo que decreto presidencial não regulamenta artigo da Constituição.

A expectativa desses movimentos criados para insurgir cidadãos brasileiros quilombolas, nossos irmãos, a reivindicarem terras é de 25 milhões de hectares, sendo exatamente o tamanho de todo o Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, peço a atenção dos nossos colegas para a responsabilidade que esta Casa teve e tem com o País, das coisas que estão acontecendo a todos os momentos, como num grito de socorro fez o General, que foi tão aplaudido por toda a sociedade, o General Heleno.

Errou? Pode ter errado, mas foi verdadeiro, foi sincero, colocou a realidade, deu seu grito de socorro. Quero aqui fazer voz a ele dando mais um grito de socorro ao direito de propriedade neste País, direito de propriedade urbano e direito de propriedade rural, quer seja de um pequeno cidadão, com poucas posses, quer seja aquele com posses de tamanho médio, quer seja aquele com posses de tamanho grande. Todos os brasileiros são iguais. A todos deve ser preservada a cláusula pétrea da Constituição no seu art. 5º, que é o direito de propriedade.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana, de Brasília, dos Democratas.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Kátia Abreu, eu estava me dirigindo ao Senado e tive oportunidade de ouvir parte do seu pronunciamento. Associe-me as suas colocações, principalmente no que diz respeito ao direito de propriedade. Todos sabemos que esse é um dos princípios que norteia o nosso sistema. Se fizemos a opção pelo regime capitalista, todos nós, há um princípio básico, elementar e basilar desse sistema, que é o respeito ao direito de propriedade. Portanto, quero me associar as suas palavras no que se refere à questão da Vale. Vinha ouvindo atentamente as suas colocações. Marcho nessa mesma direção. É preciso que tenhamos cuidado no respeito aos pilares da democracia, e entre eles encontra-se o direito de propriedade. Portanto, associe-me ao discurso de V. Ex^a e a cumprimento pelas colocações feitas.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador. E encerro as minhas palavras dizendo que, graças a Deus, no Estado de Tocantins, nós não temos conflitos agrários, porque no Tocantins cumpre-se

a lei. O Governador Marcelo Miranda cumpre imediatamente toda reintegração de posse determinada pela Justiça do meu Estado. Não existe uma reintegração de posse no Estado de Tocantins sem ser cumprida. E eu quero parabenizar o meu Governador Marcelo Miranda por essa atitude de disciplina, de respeito à ordem, de respeito à lei, mas, principalmente, de respeito ao cidadão tocantinense.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero também, Adelmir Santana, registrar o aniversário de Brasília, dia 21, segunda-feira. É a capital que você representa, mas é a capital de todos os brasileiros, pela qual todos os brasileiros têm muito carinho, onde se concentra o poder da República. É um poder que às vezes decepciona, um poder que às vezes alegra, mas a nossa cidade de Brasília merece ser aplaudida pelo seu aniversário.

Cumprimento a todos os candangos em seu nome, Senador Adelmir Santana, e também do Governador Arruda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece à Senadora Kátia Abreu, que ficou exatamente no tempo que eu dei para os outros senadores: mais ou menos 30 minutos.

Passo de imediato a palavra ao Senador Paulo Duque, em permuta com o Senador Mão Santa.

Senador Paulo Duque, eu o convido para usar a tribuna pelo mesmo tempo que foi concedido aos outros Senadores.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, meu ilustre Senador pelo Piauí, que passa a presidir a Casa neste momento, Francisco de Assis de Moraes, vejo que nas sessões das sextas-feiras, sobretudo pela manhã, a Casa se transforma em parte em uma grande faculdade, em que os Senadores têm mais espaço, têm mais tranquilidade, têm mais tempo para fazer os seus pronunciamentos, para defender as suas idéias e, sobretudo, manifestar as posições, o que é impossível fazer nas sessões à tarde pela dinâmica própria do Parlamento. Olha que ontem, V. Ex^a, Sr. Presidente, me disse: “Vamos dar número a sessão de amanhã, porque é importante criarmos um outro tipo de debate parlamentar”. E é.

Fui um dos primeiros a chegar. Confesso que assisti a várias aulas aqui. Sou da grande cidade, aprendi muito sobre o Brasil, aprendi, as dificuldades, as lutas, especialmente às vésperas do aniversário de Brasília, esta cidade magnífica, planejada, sem problemas, que vai ao encontro do pensamento do constituinte de 1891.

Veja só: a Constituição de 1891 – V. Ex^a, muitas várias vezes, nos traz isso à lembrança – já estabeleceu a mudança da capital da cidade do Rio de Janeiro para o centro do Brasil, para o Planalto Central.

E aconteceu. E hoje é aniversário de Brasília. Quando digo hoje, refiro-me a segunda-feira, 21 de abril. E quanta coisa foi feita, quanto progresso, quanta gente saiu da sua cidade, do Rio Grande do Sul ou lá do Amazonas e especialmente da cidade do Rio de Janeiro – de lá, pode estar certo meu caro Presidente, veio a maioria da população – para habitar Brasília. Muitos aqui chegaram no dia 21 de abril de 1960.

É natural que todo o esforço presidencial, naquela ocasião, tenha se voltado para cá. Era uma vida nova que se iniciava no Brasil, uma vida nova! E era natural também que se esquecesse um pouco da cidade do Rio de Janeiro, que foi capital do nosso País durante tantos e tantos anos.

E tudo de bom ou de mau, de progresso ou de atraso que acontecia no Rio, com que tenho compromisso político, pois represento o Rio de Janeiro aqui, tudo tem acontecido lá, e tudo que acontece no Rio ainda tem repercussão internacional. Basta citar essa epidemia de dengue, que ninguém sabe ao certo se é dengue ou o que é, se acabou ou se vai continuar, se vem ou se não vem de novo daqui a algum tempo, tudo o que acontece no Rio tem um sabor especial. Uma passeata na Avenida Atlântica assim como a Marcha da Maconha no Rio têm uma repercussão diferente; a marcha dos *gays*, ou de não *gays*, de GLS, ou não, têm uma repercussão diferente. Aqui em Brasília não acredito que tenha repercussão nenhuma, ou lá no Amazonas ou no Pará, talvez no Piauí não tenha, não sei, mas no Rio de Janeiro tem aquele estrondo.

Estou dizendo isso porque acho aconselhável e me associo àqueles Senadores que vêm para a sessão da sexta-feira. Vou passar a vir, embora não more aqui no Distrito Federal. Mas vou passar a vir! Quando a Capital era no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, o Senador não tinha essa facilidade de ir ou voltar em uma hora e meia; ele ia, ficava lá com a sua família durante 8 meses, e o recesso era de 4 meses. Era assim! Porque não havia o avião; havia só o navio. Ele vinha de navio, levava, às vezes, 12 dias para chegar ao Rio e ficava lá. Hoje, não; hoje, ele vai, volta, vai e volta. Pode fazer isso no mesmo dia! Não há do que se queixar em ausência ou presença, tem que vir! Hoje tem condições de fazer isso; antigamente, não! Então, sexta-feira, para mim, vai se tornar, pela manhã, um hábito, porque você pode divagar, pode receber aulas, pode dar aulas, pode falar do seu Estado. É por isso que quero falar do meu Estado, hoje, aqui.

Meu compromisso é com o Rio de Janeiro, essencialmente com o Rio de Janeiro e com o Brasil.

A Cidade do Rio de Janeiro foi a Capital do País durante muitos anos. Com a mudança da Capital para cá, o Rio teve a sorte de ser governado por três Estadistas: Carlos Lacerda, sem dúvida; Negrão de Lima, sem dúvida; Chagas Freitas. Três Estadistas, que, com grande dificuldade, governaram o Estado porque tudo estava voltado para cá para o Planalto Central. Era preciso consolidar Brasília. Era preciso destruir as críticas negativistas daqueles radicais, especialmente filiados ao Partido da UDN antiga, que não existe mais, que denegriam Brasília e tudo o que fazia Juscelino Kubitschek, que foi um santo ao fazer essa grande aventura política e cívica, que foi a mudança que se comemora segunda-feira. E, felizmente, Brasília foi-se consolidando. Hoje o trânsito, que era uma facilidade aqui, já está tumultuado, mostrando o progresso desta Cidade. As cidades-satélites, que todo mundo imaginava no Rio de Janeiro, por equívoco, que seriam cidades faveladas, são grandes cidades que, na sua grande maioria, já estão em condições de se tornarem municípios independentes – pode crer, Sr. Presidente.

Ao chegar no Senado, procurei dar uma colaboração efetiva ao antigo Estado da Guanabara – hoje, o novo Estado, oriundo da fusão ocorrida em 1975 com o antigo Estado do Rio de Janeiro – na certeza de que é a vez do Estado do Rio de Janeiro, que se tornou um ponto de equilíbrio político na Federação. E que ponto de equilíbrio político é este? É simples: a República – e, conseqüentemente, o País – vinha a ser dirigida por São Paulo e Minas, São Paulo e Minas, São Paulo e Minas, até que se chegou a um tal ponto que aquele dueto – não quero chamá-lo de política café-com-leite porque é uma expressão muito vulgar – veio a ser destruído na Revolução de 30. E destruído por quê? Porque um gaúcho muito discutido à época foi presidente do seu Estado – e quero dizer ao Senador Paulo Paim que o meu Estado, a minha cidade especialmente, tem uma grande afinidade com o Rio Grande do Sul –, até que o presidente do Rio Grande do Sul e o presidente de Minas Gerais, na época Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, entenderam que aquele dueto não podia prosperar mais. Ao invés de fazer bem ao País, estava dificultando o seu progresso e o seu futuro.

Mas era muito difícil destruir o poder das oligarquias, era muito difícil destruir aquilo que já estava solidificado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Duque, lamento interrompê-lo, mas é uma honra transmitir a Presidência para o nosso Líder maior, Garibaldi Alves, Presidente de fato e de direito.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E veio especialmente ouvi-lo, V. Ex^a que traduz a história democrática do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Eu quero lamentar, primeiro, não poder continuar falando para V. Ex^a; segundo, quero cumprimentar o Presidente efetivo da Casa, Governador duas vezes, político em vários mandatos e que vem surpreendendo cada dia os seus colegas pelas atitudes que tem tomado em defesa da Casa, da democracia e dos bons princípios políticos parlamentares do nosso País.

Eu me atrevo, Senador Paulo Paim, a ir um pouquinho mais adiante, porque o assunto é muito longo, mas, outro dia, estive no Forte de Copacabana e fui visitar o local onde habitou, por 24 horas, o Presidente Washington Luís, deposto do seu mandato presidencial; deposto mesmo depois de ter feito com que o seu candidato à sua sucessão, o paulista Júlio Prestes, tivesse saído vitorioso. Mas foi deposto e ficou 24 horas preso naquele Forte de Copacabana. Está lá uma placa: “Aqui esteve preso o ex-Presidente Washington Luís, deposto na Revolução de 30”. Quando for ao Rio, não esqueça de visitar, porque é um assunto histórico, muito interessante.

Agora, eu pergunto, não ao Presidente, Senador Mão Santa, mas pergunto ao Presidente, Senador Garibaldi, de quanto tempo disponho ainda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou dizer a V. Ex^a como disse ontem: o tempo que quiser, mas use com moderação.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Palavras sábias. Mais uma lição que eu aprendi hoje. Não posso prolongar por muito tempo, vou ser mais moderado. Estou vendo que ainda existem aqui oradores.

Eu quero dizer, Presidente – deixando de lado o caminho, o trajeto do meu discurso, que pretendia entrar pela história recente, mas não faltará outra sexta-feira –, que apresentei ao Senado três proposições somente. Nós já deixamos de ser Capital, já mudamos para Brasília, do Rio de Janeiro, há quase meio século, há 30 anos ou 40 anos.

V. Ex^a, que é experto no assunto, pode me dizer. Nós mudamos a capital para cá em 1960. Quanto tempo faz isso até hoje?

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – 48 anos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Quarenta e oito anos, quase meio século. Em quase meio século, não há mais necessidade de a União permanecer com todos aqueles imóveis no Rio, porque as pesso-

as já morreram, os funcionários se aposentaram. Alguns estão aqui, a grande maioria. E por que motivo o Governo ainda não teve a coragem de doar ao novo Estado do Rio de Janeiro, oriundo da fusão de dois Estados, o prédio do Ministério da Educação, que está lá, aquele palácio arquitetado e imaginado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, onde está um acervo maravilhoso dos grandes artistas brasileiros da escultura: Portinari, Di Cavalcanti? Está tudo lá ainda. O prédio está sendo mal usado, subutilizado. Tem o maior auditório da América do Sul. Quem não conhece tem de conhecer antes que ele termine. São 37 mil metros quadrados, uma obra-prima na Avenida Graça Aranha, que já tinha de ter sido entregue, há muito tempo, ao novo Estado do Rio de Janeiro. Mas os governos estaduais andaram brigando com o Governo Federal nesses últimos cinquenta anos. Era uma briga permanente. Lembra-se disso?

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Lembro. V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pois não.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Primeiro, quero louvar o discurso de V. Ex^a desta manhã, que faz em defesa do seu Estado. É o seu compromisso, como V. Ex^a bem colocou, com o Rio de Janeiro. Mas, ao mesmo tempo, V. Ex^a faz uma alusão à indefinição dos prédios públicos pertencentes à União que se situam no Rio de Janeiro. Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Nós também nos questionamos sobre essas questões, inclusive com relação à existência de um contingente enorme de servidores públicos federais que ainda ficam no Rio de Janeiro. Algumas instituições que já deveriam estar na capital do País ainda permanecem com suas sedes no Rio de Janeiro. Há ainda bem pouco, quando se discutia a sede da empresa, agência ou tevê pública de comunicação, um dos grandes debates nesta Casa e em algumas comissões na Câmara era a indefinição ou a definição da própria medida provisória que desejava que a sede dessa instituição ficasse também no Rio de Janeiro. Há uma coisa que efetivamente não compreendemos. Como V. Ex^a bem colocou, a cidade já tem quase meio século, completará 48 anos no próximo dia 21 e é dotada de equipamentos necessários para ter aqui a sede de todos os órgãos públicos pertencentes à União. Claro está que alguma coisa, no primeiro momento, ainda justificava a permanência no Rio de Janeiro. Mas, depois de meio século, não tem sentido a permanência desses órgãos no Rio de Janeiro, assim como não tem sentido a existência de tantos imóveis que, de certa forma, deveriam estar sendo mais bem usados por aquela unidade federativa. Concordo com

V. Ex^a nas colocações em relação a Brasília e ao Rio de Janeiro. E vejo que mesmo V. Ex^a fazendo uma introdução de que o seu compromisso é com o Rio de Janeiro, compreende que aqui é a capital do País e aqui de fato devem estar situados os organismos ligados ao Governo da União. Muito obrigado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sem dúvida. Eu não diria que o edifício, por exemplo, do Banco Central... Já existe outro Banco Central aqui, mas está lá o edifício do Banco Central, monumental, majestoso. A mesma coisa é o edifício da sede da Petrobras. Está lá.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – O BNDES.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Também o BNDES. Mas aqueles que estão inaproveitados, subutilizados, esses não.

Então, tenho três projetos sobre esse assunto e estou acompanhando-os. Tenho encontrado boa vontade de alguns Deputados e Senadores, sobretudo do Senado. Não tem sentido haver um prédio aqui do Ministério da Educação e outro vazio, subaproveitado. A mesma coisa é o Ministério da Fazenda. Tem um prédio aqui do Ministério da Fazenda e está lá aquele prédio quase totalmente vazio, um monumento construído ainda na época de Getúlio Vargas, em 1943. Tem de ficar lá, tem de ser aproveitado pelo novo Estado. E, finalmente, o prédio da rede ferroviária.

Olha o exemplo de São Paulo: transformou a antiga Estação da Luz num centro cultural esplendoroso, formidável. Eles tiveram até a grandeza de dar àquela estação, que é um grande monumento hoje, o nome da pessoa que ganhou a eleição para Presidente da República mas não chegou a tomar posse, que foi Júlio Prestes, antigo Governador de São Paulo.

Sr. Presidente, a sessão de sexta-feira pela manhã está se tornando muito especial, muito intelectualizada. É a primeira vez que a freqüento, confesso que eu ia para o Rio na quinta-feira à noite, mas eu vou ficar freqüente. V. Ex^a vai ter de me aturar aqui nas sextas-feiras, e eu faço questão de que V. Ex^a passe a presidir essa sessão também, com moderação natural.

Muito obrigado, Senador.

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente Garibaldi, ouvi o brilhante discurso do Senador pelo Rio de Janeiro, Paulo Duque, que fez ontem uma grande homenagem ao Exército Brasileiro – ele, que acompanhou a História do Brasil, que mais se aproveitou da grandeza do Presidente Getúlio Vargas, porque era um Deputado novinho e casou-se com a secretária de Getúlio. Ele aqui alou com tanto entusiasmo da revolta dos 18 do Forte de Copacabana, que quero dizer que hoje o monumento está preservado para o turismo e tem a Confeitaria Colombo. Então, Senador Paulo Duque, convide os Senadores das sessões das sextas-feiras para pegarem o avião com V. Ex^a, para que ofereça um almoço no Forte de Copacabana, que tem hoje a Confeitaria Colombo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão o orador.) – Senador Garibaldi, Presidente do Senado da República, Senador Paulo Duque, que fez aqui um pronunciamento enfatizando a importância de transformarmos as sessões das sextas e das segundas, eu diria, em sessões de debates de grandes temas de interesse de todo o povo brasileiro, V. Ex^a fez um registro da história, V. Ex^a que viveu essa história. São depoimentos importantíssimos. Tenho certeza de que V. Ex^a, não somente na terça, na quarta e na quinta, mas também na segunda e na sexta, haverá de dar verdadeiras aulas aqui da tribuna, por ter vivido momentos grandiosos da história do nosso País. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Quero cumprimentar o Senador Mão Santa, o Senador Heráclito Fortes e aproveitar a presença do Senador Garibaldi na Casa neste momento para dizer que ontem tive a alegria de receber – estavam lá o Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senadores –, na Comissão de Direitos Humanos, representantes de todas as centrais sindicais – todas, não faltou uma –, de todas as confederações dos trabalhadores, de todas as entidades lideradas pela Cobap, no caso, de aposentados e pensionistas deste País, da área pública e da área privada. Por unanimidade, deram apoio à decisão do Senado, tanto da aprovação do PL nº 42, garantindo aos aposentados e pensionistas o mesmo reajuste, como também do PL nº 296, que garante o fim do fator previdenciário.

Então, que não fique nenhuma dúvida: o movimento social organizado do País, por unanimidade, autorizou-me, a partir de ontem, mais do que nunca, a

dizer que o Senado está certo ao fazer essa mudança na Previdência.

Sr. Presidente, quero também dizer que todas essas entidades que estavam lá, e vou aqui citá-las, para que não fique nenhuma dúvida – falo da Força Sindical, da CUT, da Nova Central, falo da UGT, falo da CTB, falo da USI, falo da CGTB, falo da CNTI, CNTC, CNTM, Contec, CNPL, Contcop, CNTEEQ, CNTTT, CNTS, Contratuh, Conttmaf, Cobrapol, Cobap, Fena-test, CNTA, e poderia citar todas as confederações de trabalhadores.

Sr. Presidente, eles só não apoiaram a decisão do Senado, mas assumiram um compromisso de ampla mobilização nacional, que passa pelo dia 13 de maio, que passa pelo dia 1º de maio, que passa pelo dia 14 de maio, que passa por um grande evento que será feito em Brasília exatamente no dia 13 de maio. Será fora do Congresso e vai reunir, no fórum das entidades sindicais, representantes de todas as categorias do País. Nesse dia, será elaborado mais um documento de apoio à decisão do Senado da República.

Por questão de justiça, ontem falei de uma PEC de minha autoria, para redução da jornada sem redução de salário. Essa PEC é de minha autoria, com a parceria do Senador Inácio Arruda, e foi apresentada ainda na Câmara, quando éramos Deputados. Ontem, ela teve o apoio inclusive da CNBB, em nota oficial. Disse o Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara: “É uma causa justa, que se propõe a beneficiar a maioria e a incluir mais trabalhadores no mercado formal de trabalho...”. Disse ele mais: “Eu me entusiasmei pessoalmente com a idéia e consultei todos os integrantes do Conselho Episcopal de Pastoral, que aprovaram”.

Senador Mesquita Júnior, permita-me referir-me ao discurso de ontem de V. Ex^a. me lembrava, quando aqui falava, e alertava-me a respeito da forma como tal fator permite que o trabalhador se aposente com uma mixaria e que tenha de voltar ao trabalho. É claro que, no desespero, ele pega quase que aquele pecúlio – porque vira um pecúlio –, soma-o ao seu salário e vai trabalhar. Só que ele não está percebendo que quando a idade avançar e ele tiver de sair da fábrica – porque quando a idade avançar ele será demitido, nem que não queira sair –, ficará só com o pecúlio, porque o salário que ele está recebendo na fábrica desaparece e não conta para nada mais, para efeito de benefício e de aposentadoria.

V. Ex^a alertou bem e eu me vi na obrigação de voltar ao tema de ontem, porque V. Ex^a foi muito feliz. Esses 30 milhões de trabalhadores têm de entender que aquilo que estão recebendo, quando forem demitidos por força da própria idade, não vai contar para

nada. Eles ficarão somente com algo em torno R\$500 ou R\$1 mil, conforme o caso.

Senador Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Rapidamente, Senador Paim, a propósito do que V. Ex^a está falando. É verdade, esse fato tem dois aspectos a serem considerados. Um é esse que V. Ex^a menciona: o trabalhador, principalmente o de baixa renda, quando se aposenta, com a crueldade do fator previdenciário, inexoravelmente, tem de voltar ao mercado de trabalho para complementar a renda, senão não consegue viver. E continua recolhendo para a Previdência Social.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem retorno algum.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Sem retorno algum. Digamos que ele trabalhe mais seis, sete ou oito anos. Ele não vai ter nenhum retorno, em termos de aposentadoria, desse tempo que ele recolheu. Esse é um fato que desmistifica o que dizem aqueles que fazem forte crítica a matérias que aprovamos aqui. Eles dizem: “Ah, isso vai quebrar a Previdência”. Olha, há uma injeção de recolhimento de recursos fantástica, fenomenal, em decorrência desses trabalhadores. O outro aspecto que V. Ex^a, inteligentemente, introduziu aqui por meio de proposição legislativa, e para o qual, com a sua fala, V. Ex^a chama a atenção dos trabalhadores em geral, é que precisamos trabalhar a questão da idade mínima para aposentadoria. Em vez de o trabalhador se sacrificar, por exemplo, aposentando-se ao tempo em que adquire essa possibilidade, voltando para o mercado de trabalho e continuando a contribuir para não receber nada em troca, que ele se aposente com um pouco mais idade, no local em que já está trabalhando, porque ele vai agregar benefícios com isso. Então, V. Ex^a, inteligentemente, ao mesmo tempo em que ataca um instrumento e um mecanismo perverso contra os trabalhadores brasileiros, sinaliza para outra ponta, para a possibilidade de resolvermos essa questão com a discussão da idade mínima. Parabéns pela introdução da discussão, Senador Paim. Acrescentando mais um pouquinho, a gente abre o jornal hoje, Senador Paim, e vê mais um aspecto que desmente aqueles críticos do que se faz aqui no Congresso Nacional. A *Folha de S.Paulo*, hoje, em matéria de Guilherme Barros, comprova que “previdência privada cresce 28,25% no primeiro bimestre”. Quer dizer, as coisas estão-se resolvendo, as coisas estão-se encaminhando, sem necessidade de ninguém ficar fazendo terrorismo com o Congresso Nacional, nem com o Senado Federal. As proposições que V. Ex^a faz são coerentes, corretas e estão no caminho certo. Aqueles que fazem terrorismo com o Congresso Nacional é que estão equivocados

e, talvez, prestem-se a cumprir esse triste papel para servir a interesses que talvez a gente não esteja exatamente identificando, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita Junior pelo esclarecimento que faz e deixa muito claro. A quem interessa que todo assalariado brasileiro passe a ganhar somente um salário mínimo? A quem interessa? Porque essa é a tendência. Se se mantiver o fator e não se der reajuste às aposentadorias no mínimo igual ao PIB – se o País ficou mais rico, temos de pensar nos mais pobres –, todos, todos ganharão somente um salário mínimo. E o que terão de fazer as pessoas? Terão de ir para a previdência privada se quiserem ganhar algo mais que o salário mínimo. Essa é a jogada de fundo e por isso há uma certa “reação orquestrada”, porque este é o objetivo: todo mundo ganhar salário mínimo. É claro que quem é poderoso poderá fazer a sua previdência privada, mas e os mais pobres, como vão pagar uma previdência privada? Sabemos que, pelo regime geral, nos moldes que estamos propondo, como dois e dois são quatro, a Previdência se sustenta e tem como garantir um salário decente para os aposentados e pensionistas.

No seu argumento, Senador Geraldo Mesquita, tem um outro dado que quero complementar e do qual falávamos ontem, que é a questão da oportunidade no mercado de trabalho. Se a pessoa tem de trabalhar até morrer, onde os jovens vão entrar? Daqui a pouco, vai haver jovem dizendo: “Bom, tomara que morram alguns que estão trabalhando, para eu poder entrar nesse mercado de trabalho”. No entanto, o princípio da aposentadoria, o princípio da solidariedade das gerações é este: uma geração trabalha para que outra possa se aposentar mediante os rendimentos que a Previdência arrecada. Se mais oito a nove milhões de pessoas estão no mercado hoje, trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo, a Previdência está arrecadando mais. É o resultado que não tem como ser diferente.

Senador Garibaldi, V. Ex^a foi um tipo de fiador desse entendimento entre Oposição e Situação, porque V. Ex^a encaminhou a decisão do acordo, com a maestria, como mestre dessa orquestra. A decisão foi tomada e a gente lembra. Alguém pode dizer: “Ah, mas por que não a idade mínima?” A PEC da idade mínima nós apresentamos. Basta que Governo e Oposição se entendam para que a gente a vote, aqui, até numa semana, como fizemos com outras.

Então, ninguém está fugindo do debate da idade mínima. A PEC nº 10 está pronta para ser votada, basta que o Governo, tenho certeza, e a Oposição, como disse

o Senador Cristovam, entrem num diálogo e coloquem a matéria em votação. Estaria tudo resolvido.

Com isso, o Congresso está tendo a iniciativa de construir o que eu chamo de uma previdência universal, igual para trabalhadores da área pública e da área privada. Repito: duvido que alguém, em sã consciência, concorde que quem ganha R\$25 mil e que não tenha fator, tenha paridade, vai ser reajustado para o resto da vida, como se estivesse na ativa, e que quem ganha menos do que sete salários, que é o regime geral, que é o celetista, que tem a carteirinha de trabalho assinada, tem que ter fator, e ainda não tem qualquer tipo de equiparação, nem sequer com o salário mínimo. Duvido. Duvido que alguém que pense em políticas humanitárias, políticas de solidariedade, defenda uma tese cruel como essa do fator previdenciário.

Faremos o bom debate, com certeza. Tenho dito até – e sei que V. Ex^a, Senador Garibaldi, vai me delegar esse poder, se necessário – que vou à Câmara, em nome do Senado, fazer esse debate com a maior tranquilidade, demonstrando os argumentos e onde está aquilo que alguns lembram: “Ah, mas e os recursos?”. Toda nossa tese está com um lastro de recursos para assegurar uma previdência igual para todos.

Sr. Presidente, não poderia deixar de falar, e prometo agilizar minha fala, sobre a questão dos povos indígenas. Cerca de 800 lideranças representando mais de 230 povos indígenas de todo o País estiveram acampadas, nesta semana, na Esplanada dos Ministérios, interagindo com o Congresso Nacional e mostrando suas preocupações a respeito da regulamentação dos direitos dos povos indígenas, consagrados na Constituição.

Senador Garibaldi, está aqui em meu pronunciamento. Foi entregue ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e, da mesma forma, a este Senador, documento contendo uma série de reivindicações do movimento organizado dos povos indígenas brasileiros.

Eles exigem um atendimento adequado à saúde indígena em todo o País. Da mesma forma, lembram que adultos e crianças estão morrendo em função da assistência precária, principalmente nessa área. Entre 2003 e 2007, pelo menos 359 indígenas morreram por falta de assistência à saúde. Nesse mesmo período, pelo menos 491 crianças indígenas morreram vítimas da omissão ou da ineficiência do Estado nessa área.

Os povos indígenas, senhoras e senhores, protestaram contra a decisão do STF de suspender a retirada dos invasores da terra Raposa Serra do Sol,

em Roraima, no último dia 9. Protestaram, ainda, contra a demora em julgar processos da terra indígena do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, do sul da Bahia, que há mais de 25 anos espera a decisão sobre um processo de nulidade de títulos sobre a terra indígena. Também lembram o caso da terra Nanderu Marangatu, do povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Desde 2005, o povo aguarda o julgamento do mérito de uma ação que questiona aquela terra.

Sr. Presidente, tramitam nesta Casa, na Câmara dos Deputados, desde 1991, o Projeto nº 2.057/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, o Projeto de Lei nº 2.161/91, que dispõe sobre o Estatuto das Comunidades Indígenas, e, desde 1992, o Projeto nº 2.169/92, que dispõe também sobre a situação dos povos indígenas, aos quais se encontravam apensados várias outras proposições legislativas que tratam, também, do mesmo aspecto: a questão indígena. Tudo com o propósito de substituir a Lei nº 6.001, de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Em junho de 1994, a Comissão Especial foi constituída para apreciar os referidos Projetos de Lei.

Em 6 de dezembro de 1994, Parlamentares apresentaram recurso perante a Mesa da Câmara, pretendendo que o substitutivo que apontava caminhos fosse aprovado. Infelizmente, todas essas propostas e seus apensos foram submetidos ao Plenário. Não foi tomada nenhuma deliberação, e tudo voltou para a proposta original. Desde então, passaram-se 13 anos, 4 meses e 10 dias. O recurso ainda aguarda decisão na Mesa da Câmara dos Deputados porque não foi submetido ao Plenário.

Sr. Presidente, os povos querem a revisão e a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. Por intermédio de uma nova Comissão Especial da Câmara dos Deputados, poderá, em razão do avanço de várias experiências, atualizar aquele instrumento normativo que norteará as bases institucionais de relacionamento do Estado e da sociedade brasileira com os povos indígenas, considerando os termos da Convenção nº 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas.

Além do pedido de apreciação do Estatuto por parte do Plenário, os povos indígenas solicitam a aprovação do projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista. E já virou uma proposta que tem o apoio de outros países.

O acampamento Terra Livre é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e pelo Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas.

É o apelo que fazem.

Sr. Presidente, é fundamental que todas essas propostas, assim como a que apresentei, que institui o dia 7 de fevereiro como o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, em homenagem ao grande Sepé Tiarajú, sejam aprovadas com rapidez. Sepé Tiarajú nasceu há 252 anos. Foi o líder da resistência. Foi morto no Sul do Brasil pelos invasores, tropas da Espanha e de Portugal.

Espero que todas as propostas que aqui relacionei sejam aprovadas por esta Casa.

E faço um apelo no sentido de que este documento, que é o documento que hoje os povos indígenas estão entregando ao Presidente Lula, seja publicado também nos Anais do Senado da República.

Sr. Presidente, gostaria, ainda, de justificar a não-ida ao Rio Grande do Sul, hoje, do Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Eu viajaria com o Ministro Nelson Jobim até a Base Industrial de Defesa da Região Sul, que estava programada. Visitaríamos não apenas a Base Aérea de Canoas, mas também a Aeromot, a Forja Taurus, a Aeroeletrônica, e teríamos um encontro com trabalhadores e empresários do setor metalúrgico.

Como não foi possível, por motivo de agenda e compromissos assumidos sob a orientação do próprio Executivo, o Ministro Nelson Jobim, gaúcho, por quem tenho enorme respeito, comunicou-me que, infelizmente, a agenda não poderia acontecer entre hoje e amanhã.

Eu que às vezes acabo discordando da posição de alguns Ministros, tenho enorme respeito pelo Ministro Nelson Jobim, porque fomos candidatos juntos a Deputado Federal, em 1986; depois, trabalhamos juntos na Constituinte; posteriormente, ele foi Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, aproveito também a oportunidade para registrar que, hoje, em Porto Alegre, haverá o casamento da Procuradora do Trabalho, Sr^a Paula Rousseff Araújo, com o administrador de empresas, Sr. Rafael Covolo. Ela é filha da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e de meu amigo pessoal e grande líder, que fez parte, Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Grupo dos Onze, um Deputado e advogado trabalhista e dos aposentados, que se chama Carlos Araújo. A ele deixo um forte abraço. É ex-esposo da Ministra Dilma, e tiveram uma história bonita no longo de suas vidas. Lembro-me de quando eu era ainda militante sindical, e Carlos Araújo e a Ministra Dilma, à época casados, fizeram porta de fábrica, distribuindo propaganda para que eu assumisse a presidência do Sindicato de Canoas.

Como hoje não estarei lá, porque mudou toda a agenda, quero aqui fazer uma homenagem não somente à Ministra Dilma Rousseff, à sua filha e ao genro,

mas também a Carlos Araújo, um militante das causas populares, que esteve na linha de frente na luta contra a ditadura. Faço esta justa homenagem também ao meu amigo Carlos Araújo.

Com essa citação, Sr. Presidente, antes de terminar meu pronunciamento, afirmo que não estarei lá com meu amigo Carlos Araújo, com a Ministra Dilma e com sua filha, que se casa hoje. Sei que estarão lá mais de 600 convidados, lideranças de todo o País. Mas tenho certeza de que o meu amigo Carlos Araújo e a Ministra Dilma sabem que em pensamento estarei lá com eles, neste momento tão importante da vida não só da Ministra Dilma, do meu amigo Carlos Araújo, mas também de toda a sua família.

Recebi, no dia de hoje, Sr. Presidente – e peço que V. Ex^a considere todos os pronunciamentos como se eu os tivesse feito na íntegra –, uma comissão que está organizando um grande evento pela paz. Todos nós sabemos da importância da luta pela paz no mundo, em nosso País e em qualquer espaço deste planeta. Por isso, quero registrar, nos Anais da Casa, que, no dia 24, a Câmara dos Deputados realizará uma sessão de homenagem à Federação para a Paz Universal. Na ocasião, o presidente internacional da instituição será homenageado.

Devo ressaltar a importância dessa homenagem, porque ele vem de uma verdadeira maratona pela paz por mais de 40 países. Temos a satisfação de dizer que, na ocasião, também seremos homenageados com o título Embaixador da Paz. Sei que esse título não é só para mim. Todos os Senadores receberam o convite e merecem também o título Embaixador da Paz. Esse título a mim me honra e creio que seja fruto da nossa luta, aqui no Congresso, pelas questões sociais.

A Federação vai realizar, ainda nos dias 23 e 24, a Conferência Internacional de Liderança, pela paz, aqui em Brasília, no Hotel Nacional, para a qual também fomos convidados. Vamos tentar estar lá.

Nesse encontro – no meu entendimento, muito importante – estarão presentes Embaixadores da Paz do Brasil e também da América Latina, diplomatas, representantes da sociedade civil e líderes de todas as matrizes religiosas.

Sr. Presidente, termino, apenas alertando sobre a importância da paz. A paz deve nortear o caminho de todos nós.

Paz, solidariedade e igualdade de oportunidades.

Obrigado, Sr. Presidente. Peço que todos os pronunciamentos sejam considerados na íntegra.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as centrais sindicais e confederações de trabalhadores iniciaram duas campanhas nacionais que vão ao encontro do desejo da maioria dos trabalhadores brasileiros.

A primeira delas refere-se à defesa do projeto que extingue o fator previdenciário para cálculo dos benefícios da Previdência (PLS 296/03) e da proposta que estende aos aposentados os índices de reajuste concedidos ao salário mínimo (PLC 42/07), aprovados este mês pelo Senado. Ambos os projetos são de nossa autoria.

Ontem, os sindicalistas participaram de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa e reafirmaram a disposição das entidades de manter a mobilização necessária para também assegurar a aprovação das proposições na Câmara dos Deputados, onde tramitam os projetos.

Para se ter uma idéia, Sr^{as} e Srs. Senadores, na presente audiência, o movimento sindical estava representado da base à cúpula, onde foi assegurado a todos o direito a palavra.

Falo da Força Sindical, CUT, Nova Central, UGT, CTB, USI, CGTB, CNTI, CNTC, CNTM, Contec, CNPL, Contcop, CNTEEC, CNTTT, CNTS, Contratuh, Conttmaf, Cobrapol, Cobap, Fenatest, CNTA.

Sr. Presidente, a outra campanha nacional das centrais sindicais e confederações de trabalhadores é pela aprovação da PEC de autoria deste Senador que fala em parceria com o Senador Inácio Arruda, de redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas sem redução salarial.

Ontem pela manhã, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) anunciou oficialmente que participa da campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

As pastorais sociais e as paróquias serão orientadas a colher assinaturas entre os fiéis em apoio à aprovação da mudança constitucional.

São palavras do secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara: “É uma causa justa, que se propõe a beneficiar a maioria e a incluir mais brasileiros no mercado formal de trabalho”. E prossegue Dom Dimas “Eu me entusiasmei pessoalmente com a idéia e consultei todos os integrantes do Conselho Episcopal de Pastoral, que aprovaram”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro, que mais uma vez se mostra consciente da sua função de lutar por um país mais justo e solidário.

Acredito que o nosso País está maduro suficiente para implantar essa medida.

Existem várias pesquisas sobre a redução da jornada de trabalho como forma imediata para a criação de novos empregos, para melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Conforme o Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos (Dieese), a redução de jornada, geraria de imediato cerca de três milhões de novos postos de trabalho.

Num segundo momento, com a redução para 36 horas semanais, seriam criados aproximadamente seis milhões de empregos e, com a redução para 30 horas, cerca de 10 milhões.

É claro que, para potencializar a geração de novos postos de trabalho, a redução da jornada de trabalho deve vir acompanhada de medidas como o fim das horas extras e do banco de horas.

A experiência da redução de jornada de 39 horas semanais para 35 horas foi feita na França pelo Governo de Lionel Jospin (1997-2002). Foram criados um milhão de empregos.

O exemplo francês trouxe benefícios, pois além da geração de mais empregos, foi capaz de reduzir os custos das empresas pela diminuição de contribuições.

É preciso que todos entendam que a redução de jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento, entre empregados, empregadores e governo, pois o país decente que queremos está baseado na humanização das relações de trabalho, onde todos podem sair vencedores.

O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, enquanto que os empregados, que são a força viva do trabalho, necessitam de uma participação maior no sistema para ter uma vida digna.

É certo que teremos avanços. As empresas se capitalizaram mais e, obviamente, investiram mais em postos de trabalho.

É bom enfatizar que com a redução da jornada teremos menos acidentes de trabalho. Os trabalhadores poderão se preparar mais para conviver com as novas tecnologias.

Eles também terão um tempo maior para ficar com seus familiares. E ainda, estaremos fortalecendo o ciclo natural da economia, incrementando assim, o mercado interno.

O objetivo principal desta discussão é fazer com que representantes do Executivo, Legislativo, empresários e trabalhadores encontrem, juntos, alternativas que

contemplem as aspirações do conjunto da sociedade para que tenhamos um Brasil melhor para todos.

É importante lembrar que quanto mais pessoas estiverem trabalhando, mais a Previdência será beneficiada, garantindo um salário decente para os aposentados.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de 800 lideranças representando mais de 230 povos indígenas de todo o País estiveram acampados nesta semana na Esplanada dos Ministérios, interagindo com o Congresso Nacional sobre suas preocupações a respeito da regulamentação dos direitos dos povos indígenas consagrados na Constituição.

Foi entregue ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho e, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, da mesma forma que a este Senador que lhes fala, um documento contendo uma série de reivindicações do movimento organizado dos povos indígenas brasileiros.

Eles exigem um atendimento adequado à saúde indígena em todo o País. Da mesma forma lembraram que adultos e crianças estão morrendo em função da assistência precária.

Entre 2003 e 2007, pelos menos 359 indígenas morreram por falta de assistência à saúde.

Neste mesmo período, pelo menos 491 crianças indígenas morreram vítimas da omissão ou ineficiência do Estado nesta área.

Os povos indígenas, Sr^{as} e Srs. Senadores, protestaram contra a decisão do STF de suspender a retirada dos invasores da terra Raposa Serra do Sol, em Roraima, no último dia 9. Protestam ainda contra a demora em julgar processos como o da terra indígena do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, do sul da Bahia, que há mais de 25 anos espera decisão sobre um processo de nulidade de títulos sobre o território indígena.

Também lembram o caso da terra Nanderu Marangatu, do povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Desde 2005, o povo aguarda o julgamento do mérito de uma ação que questiona a homologação da terra.

Sr. Presidente, tramitam na Câmara dos Deputados, desde 1991, o Projeto de Lei nº 2057/91, que dispõe sobre o “Estatuto das Sociedades Indígenas”, o Projeto de Lei nº 2160/91, que dispõe sobre o “Estatuto das Comunidades Indígenas” e desde 1992, o Projeto de Lei nº 2169/92, que dispõe sobre o “Estatuto dos

Povos Indígenas”, aos quais se encontram apensadas várias outras proposições legislativas, que tratam sobre aspectos da questão indígena, tudo com o propósito de substituir a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o “Estatuto do Índio”.

Em junho de 1994, a Comissão Especial então constituída para apreciar os projetos de lei acima referidos, em caráter conclusivo, aprovou seu Relatório e um Substitutivo, sob a Relatoria do Deputado Federal Luciano Pizzatto.

Em 6 de dezembro de 1994, Parlamentares interpuuseram recurso perante a Mesa da Câmara dos Deputados, pretendendo que o Substitutivo aprovado pela Comissão Especial dos PLs 2057/91, 2160/91 e 2169/92 e seus apensos fosse submetido à apreciação do Plenário da Câmara Federal dos Deputados.

Desde então, transcorridos 13 anos, 4 meses e 10 dias o recurso aguarda que a Presidência da Mesa da Câmara dos Deputados o submeta à deliberação do Plenário.

Sr. Presidente, os povos querem a revisão e aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas.

Por intermédio de uma nova Comissão Especial, a Câmara dos Deputados poderá, em razão de avanços de várias experiências, atualizar o conteúdo normativo que norteará as bases institucionais de relacionamento do Estado e da sociedade brasileira com os Povos Indígenas, em especial considerando os termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas”, diz o documento.

Além do pedido de apreciação do Estatuto por parte do Plenário, os povos indígenas solicitaram a aprovação do projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista.

O Acampamento Terra Livre é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib (Coiab, Apoinme, Arpinsul e Arpipan) e pelo Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas – FDDI (Coaib, Apoinme, CIR, Foirn, CTI, Cimi, Inesc, Isa, CCPY, Anai, ABA e Opan).

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2006, esta Casa aprovou Projeto de Lei nº 342/05, de nossa autoria, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, a ser celebrado no dia 7 de fevereiro.

Neste dia, em 1756, há 252 anos, o líder da resistência Guarani, Sepé Tiarajú, foi morto no sul do Brasil por tropas de Espanha e Portugal.

Três dias após, cerca de 1500 indígenas são dizimados pelo exército binacional, o que ficou conhecido como “A batalha de Caiboaté”.

A Câmara dos Deputados recentemente aprovou esse projeto e, nos próximos dias o projeto estará sendo sancionado pela Presidência da República.

A instituição do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas certamente constituirá a oportunidade para que indígenas e setores da sociedade civil que se ocupam da questão indígena se mobilizem para a conquista de direitos pelos pré-colombianos brasileiros ou para a implementação das prerrogativas que lhes são legalmente asseguradas.

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de informar que a viagem do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, até a base industrial de defesa na Região Sul, que estava programada para acontecer nesta sexta-feira, foi cancelada, por motivo de agenda (força maior). Lá em Canoas e Porto Alegre, nós visitaríamos a Aeromot, Forja Taurus, Aeroeletronica e Base Aérea de Canoas.

Aproveitando a oportunidade, quero dizer que o Ministro Nelson Jobim está fazendo um trabalho exemplar no Ministério da Defesa e, com certeza, tem também o respeito desta Casa.

Aproximei-me muito do Ministro Nelson quando fomos candidatos a Deputado Federal em 1986.

Depois, nos trabalhos da Constituinte, pude compreender que estava diante de um homem que pensa o País como um todo.

Sem dúvida, o ex-Presidente do STF e atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim é um grande patriota, um brasileiro do seu tempo.

Sr. Presidente, hoje à noite, em Porto Alegre, haverá o casamento da Procuradora do Trabalho Sr^a Paula Rousseff Araújo, com o administrador de empresas Sr. Rafael Covolo.

Ela é filha da Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do ex-Deputado estadual e experiente advogado trabalhista Carlos Araújo.

Já havia confirmado presença, mas por questões de agenda, tive que cancelar a minha ida até a cerimônia.

Da mesma forma que aqui elogiei o Ministro Jobim, quero também fazer o mesmo com a Ministra Dilma Rousseff.

Entendo que ela está fazendo um trabalho que nos deixa orgulhosos. O seu desempenho na Casa Civil é digno de aplausos, pois, com disciplina e perseverança, ela, está sendo fundamental para que o País não saia dos trilhos e siga o caminho de desenvolvimento social e econômico.

Parabéns duas vezes, Ministra Dilma Rousseff, pelo casamento da filha e pelo seu trabalho à frente da Casa Civil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos a importância de lutarmos pela paz, seja aqui em nosso País como fora dele.

Por isso, quero registrar nos Anais da Casa os documentos em anexo.

No próximo dia 24, às 15 horas, a Câmara dos Deputados realiza uma sessão de homenagem à Federação para a Paz Universal.

Na ocasião, o presidente internacional da instituição, Doutor Hyun Jin Nim Moon, será homenageado.

Devo ressaltar a importância dessa homenagem, pois ele vem de uma turnê pela paz por mais de 40 países.

Temos a satisfação de dizer que na ocasião também seremos homenageados e condecorados com o título *Embaixador da Paz*.

Esse título muito nos honra, e creio que ele seja fruto da nossa luta em prol das questões sociais.

Nos dias 23 e 24 de abril, a Federação realizará no Hotel Nacional a Conferência Internacional de Liderança, para a qual também fomos convidados.

Será um encontro importante onde se farão presentes os Embaixadores da Paz aqui do Brasil e também da América Latina, diplomatas, representantes da sociedade civil e líderes religiosos.

Sempre buscando meios de construir a paz, o foco desse encontro será *“Rumo a um Novo Paradigma de Liderança e Bom Governo para Desenvolvimento e Paz nas Américas”*

A Federação para Paz Universal faz um trabalho sério, dedicado ao fortalecimento de valores importantes como a solidariedade, o entendimento entre os povos, a paz entre todos os seres humanos para que possamos viver em um mundo mais fraterno e cujo sustentáculo seja o amor.

É um momento muito especial para mim que, como disse, me enche de honra e alegria. Essa condecoração só ratifica minha certeza de que estamos no caminho certo e de que lutar pela nossa gente, trilhando o caminho da não violência, da igualdade de oportunidades, da inclusão social, estamos construindo a paz que todos nós desejamos tanto!

Agradeço sensibilizado a homenagem e cumprimento a Federação para a Paz Universal pelo seu empenho em tão nobre causa!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FEDERAÇÃO PARA A PAZ UNIVERSAL

Brasília-DF, 16 de Abril de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Paulo Paim
Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor,

A Federação para a Paz Universal (UPF), tem a honra de solicitar a Vossa Excelência, para participar da Solenidade em Sessão de Audiência Pública na Câmara dos Deputados, que será realizada no Auditório Nereu Ramos no dia 24 de abril de 2008, às 15:00 hs, para homenagear a atuação da Federação para a Paz Universal e o Dr. Hyun Jin Nim, na realização da Paz Mundial.


A Federação para a Paz Universal, é uma aliança global de indivíduos e organizações dedicada a edificar um mundo de paz na qual todos possam viver em liberdade, harmonia, cooperação e prosperidade. A UPF busca construir uma ampla aliança estratégica entre governos, indivíduos instituições educacionais, organizações, religiões, corporações e mídia, em benefício da Paz.

Nesta oportunidade, a federação para Paz Universal gostaria de prestar uma homenagem a Vossa Excelência e condecora-lo com o título ***Embaixador da Paz***, em reconhecimento aos relevantes serviços públicos prestados à nação brasileira, que lhe será entregue na solenidade com início as 15:00 horas no dia 24 de Abril de 2008, em sessão na Câmara dos Deputados no auditório Nereu Ramos.

Será oferecido um coquetel aos convidados no encerramento do evento.

Certo de contar com a presença de Vossa Excelência, agradecemos desde já a vossa atenção e participação neste importante evento.

Atenciosamente,


Christian Lepelletier
Presidente da UPF Brasil


Iremar Possamai
Secretário Nacional

FEDERAÇÃO PARA A PAZ UNIVERSAL

A Federação para a Paz Universal (FPU) é uma aliança global de indivíduos e organizações dedicada a edificar um mundo de paz na qual todos possam viver em liberdade, harmonia, cooperação, e prosperidade. Paz não é simplesmente a ausência de guerra ou um termo que se aplica somente aos relacionamentos entre nações. Paz é uma qualidade essencial que deveria caracterizar todos os relacionamentos.

A FPU busca construir uma ampla aliança estratégica entre indivíduos, instituições educacionais, organizações, religiões, corporações, a mídia e governos, em benefício da paz. A FPU advoga a renovação das Nações Unidas, incluindo uma proposta que a ONU crie um conselho inter-religioso dentro de sua estrutura. A FPU implementa seus programas através de uma rede global de Embaixadores para a Paz que formam os Conselhos de Paz nos níveis global, regional, nacional e local.

A FPU encoraja todas as religiões ao diálogo e à cooperação para a paz baseado no reconhecimento de que a dignidade humana deriva de uma fonte divina universal que é a base da harmonia e da unificação. A FPU convida todas as nações a participarem e se engajarem em um processo através do qual os elementos do nacionalismo que criam barreiras para o intercâmbio harmonioso e o desenvolvimento possam ser superados.

A FPU é guiada por uma visão da humanidade como uma única família global sob Deus, vivendo de acordo com os princípios universais. Como instruído pelos ensinamentos de todas as grandes religiões, todos derivamos nossa existência a partir de uma origem comum e todos compartilhamos um propósito e um destino comum. Dois princípios centrais guiam a missão e o trabalho da FPU. O primeiro pede que vivamos em benefício dos outros, um compromisso para uma vida de serviços aos outros. O segundo pede que cada um de nós trabalhe para superar as barreiras que nos dividem como seres humanos.

Os programas da FPU promovem parcerias entre governos, religiões e sociedade civil, e busca contribuir para o estabelecimento de uma cultura global de paz. A FPU busca uma solução minuciosa das raízes do conflito e da violência, e incentiva as pessoas a superarem o conflito através do servir e cuidar de outras pessoas. Vivendo em benefício dos outros, podemos tecer como uma família humana as divisões existentes através do serviço, arrependimento, perdão, respeito e cooperação.

FEDERAÇÃO PARA A PAZ UNIVERSAL

Prezado (a) Sr (a)

A Federação para a Paz Universal (UPF) é uma rede mundial de pessoas e organizações comprometidas com a paz, mediante o diálogo, a educação e o serviço. A UPF vem organizando em diferentes partes do mundo, programas voltados para líderes representantes das variadas áreas de interesse, incluindo o governo, a sociedade civil, entidades religiosas, meios de comunicação, artes, esportes, setores privados, acadêmicos e profissionais liberais.

A UPF tem a honra de convidar a V. Exa. para participar da Conferência Internacional de Liderança que se realizará nos dias 23 e 24 de abril de 2008, com o tema: "Rumo a um Novo Paradigma de Liderança e Bom Governo para Desenvolvimento e Paz nas Américas". Neste encontro, a UPF estará reunindo Embaixadores da Paz do Brasil e da América Latina, altos diplomatas do governo e representantes da sociedade civil e líderes religiosos.

Certamente esta Conferência Internacional de Liderança trará uma importante contribuição na construção de um mundo de paz duradoura.

Data: 23 e 24 de abril de 2008


(Anexo: programa e formulário resposta)

Local: Hotel Nacional

Endereço: Setor Hoteleiro Sul • Quadra 01 • Bloco A • Brasília - DF • Brasil

Devido ao número limitado de vagas pedimos a confirmação da presença através do formulário resposta:

Fax: (61) 3335-6775 / (11) 3060-8217


Christian Lepelletier
Presidente da UPF - Brasil


Iremar Possamai
Secretário Nacional

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana, do DEM do Distrito Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outros oradores fizeram referência ao aniversário de Brasília, que ocorrerá no próximo dia 21. Queria agradecer a V. Ex^a ter colocado em votação nosso requerimento de sessão de homenagem a Brasília, que se dará, efetivamente, no dia 29 de abril, terça-feira. Desde já, convido os Srs. Senadores para realizarmos essa sessão em homenagem a Brasília.

Venho a esta tribuna, no dia de hoje, para novamente falar da indústria de cartões, um assunto que já venho debatendo há algum tempo nesta Casa.

Trata-se de um mercado que vem crescendo exponencialmente no Brasil e no mundo. De 2000 até 2007, o número de transações com cartões de crédito em nosso País pulou de R\$900 milhões para R\$5,1 bilhões, com um volume financeiro que passou de R\$59 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Adelmir Santana, dê-me apenas um minuto, para que eu convide o Senador Mão Santa para presidir a sessão, a não ser que o Senador Geraldo Mesquita queira suceder-me, substituir-me aqui. Querer, o Senador Geraldo Mesquita Júnior quer, mas se fosse por um período mais dilatado.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Alguns minutos, não.

Mas, Sr. Presidente, independentemente de qual dos dois Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pode continuar.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Gostaria, então, de reafirmar que tem crescido, de forma exponencial, esse tipo de transação no Brasil.

Eu dizia que, de 2000 até 2007, o número de transações com cartões de crédito em nosso País pulou de R\$900 milhões para R\$5,1 bilhões, com um volume financeiro que passou de R\$59 bilhões, em 2000, para R\$310 bilhões, em 2007.

Em virtude da importância e do crescimento dessa indústria, autoridades regulatórias dos mais diversos países têm questionado algumas práticas adotadas por esse mercado. A sociedade civil também, por meio das entidades de defesa dos consumidores, passou a debater a questão cada vez mais freqüentemente.

Numa dessas oportunidades, tive a honra de participar de um seminário internacional promovido

pela Associação Pro Teste, uma aguerrida e renomada instituição, pioneira na defesa dos consumidores. O seminário, intitulado “Os cartões de crédito e o consumidor”, debateu, com especialistas brasileiros e do exterior, os cenários na Europa e na América Latina, além de abordar o panorama brasileiro dos cartões de crédito.

Dos debates travados na ocasião, percebe-se que os questionamentos são muito parecidos no Brasil e no mundo. Em nosso País, entretanto, as conquistas dos consumidores ainda são muito tímidas.

É ponto pacífico entre os especialistas do setor que prevalece uma grande falta de transparência na indústria de cartões de pagamento. Em outras palavras: o mercado de cartões é hoje um segmento nebuloso, sobre o qual a fiscalização e a regulamentação são bastante frágeis.

Todos sabem que, na ausência de clareza de informações, essenciais para o equilíbrio contratual, não há mercado competitivo, prejudicando-se sobremaneira os usuários finais da indústria, que são os consumidores e lojistas.

A falta de regulamentação específica no Brasil, o que não ocorre em vários países, provoca inúmeras distorções, que devem ser corrigidas. Com esse propósito, tramita nesta Casa projeto de minha autoria que pretende preencher essa lacuna. O projeto proposto define o Banco Central como órgão regulador e fiscalizador para o setor. Nada mais lógico que tal instituição tenha poderes para controlar e definir melhor as regras para o funcionamento de um segmento que envolve diretamente bancos e instituições financeiras diversas.

O Código do Consumidor e o Código Civil Brasileiro consagram o direito do consumidor de conhecer todas as cláusulas contratuais antes da contratação de bens ou serviços. Na indústria de cartões, causa espécie que esse direito basilar não prevaleça, pois se pratica primeiro a solicitação do cartão, e só depois o consumidor recebe o contrato, que se revela draconiano. Essa é uma distorção provocada pela falta de regulamentação específica do setor.

Além dessa, várias outras práticas consideradas abusivas são ainda efetuadas no País, como o envio de cartões não-solicitados, cobranças indevidas, dificuldade para cancelar os cartões, falta de informação sobre o cálculo dos valores em atraso, entre outras questões. Tanto que, hoje, esse é o setor que tem o maior volume de reclamações nos Procons dos Estados e Municípios brasileiros.

Concedo um aparte ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Senador Adelmir, parabéns pelo discurso que faz e pelo tema que aborda! É uma questão tormentosa para a população brasileira, que necessita do cartão de crédito. Essa questão precisa, como V. Ex^a está encaminhando, ser disciplinada com rigor; como sua sugestão, que seja pelo Banco Central, ou por alguém. V. Ex^a está encaminhando, através do Banco Central, a sugestão de que esse controle seja mais rigoroso. Realmente, é um absurdo o que V. Ex^a relata, que é a pura realidade. Toma-se conhecimento das cláusulas, como disse V. Ex^a, draconianas, que vinculam o usuário àquela bandeira, àquele cartão, posteriormente, quando o cartão já foi emitido, quando já se está de posse e utilizando o cartão. Absurdo! Além disso, há o fato de que, por vezes, recebe-se o cartão sem o ter solicitado, inclusive. E, para se livrar daquele cartão, é uma guerra. É uma coisa impressionante! V. Ex^a toca num ponto de fundamental importância, de interesse de milhões de brasileiros, que sofrem, primeiro, com as condições draconianas estabelecidas nesses contratos para a utilização desses cartões; e, segundo, com esta prática vexatória – vamos usar o português da rua –, esta prática sem-vergonha mesmo, de ficar alugando as pessoas, enviando cartões de crédito quando o cidadão não solicitou. E, para se ver livre dele, o cidadão tem que peregrinar, fazer uma via-crúcis para se livrar de uma coisa que ele não solicitou. Parabéns pela sua iniciativa! Tenho certeza absoluta de que terá o apoio dos seus pares nesta Casa.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito

obrigado, Senador Mesquita. V. Ex^a engrandece as minhas colocações, que, nos primeiros momentos, sempre foram centradas nas relações entre as bandeiras e as empresas. E que, agora, levamos para o enfoque da relação com os consumidores finais.

Nesse evento a que fiz referência, o seminário internacional, um outro ponto intensamente debatido, causando espanto aos especialistas estrangeiros lá presentes, foi a inexplicável taxa de juros cobrada no crédito rotativo. Isto é, quando o consumidor paga apenas o pagamento mínimo e usa do financiamento, o crédito rotativo – e, aí, o Banco Central exerce alguma influência, porque nesse instante ele passa a ter uma relação com as instituições bancárias –, as taxas são extremamente elevadas. Acima, muitas vezes, das taxas de mercado praticadas em outras operações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, parece inacreditável, mas, no Brasil, quando o consumidor não paga a fatura integral do cartão de crédito e utiliza esse crédito rotativo, ele está sujeito a taxas de juros que chegam à catastrófica taxa de 558% ao ano.

Esse é um dado estupefaciente.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– V. Ex^a é muito elegante. Eu diria que essas taxas configuram agiotagem. É pura agiotagem! São taxas cobradas além das que os próprios agiotas cobram no País. V. Ex^a é elegante e eu traduzo as palavras que quer dizer: é pura agiotagem.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Na

verdade, como eu disse, Senador Mesquita, são estratosféricos esses números e assustadores, inclusive para observadores internacionais presentes a esse seminário.

Se compararmos com a inflação anual, em torno de 4,5%, e a taxa Selic, agora aumentada sem razão, ontem, em 11,75%, fica claro tratar-se de um absurdo – e, como disse V. Ex^a, de uma verdadeira agiotagem –, consequência do vácuo regulamentar e fiscalizatório desse setor.

Nossa legislação não contempla nenhuma limitação para tais taxas de juros. Parece-nos que, em alguma medida, faz-se necessária uma intervenção do Estado para equilibrar as relações na indústria de cartões, como fazem alguns países. Em Portugal, por exemplo, a taxa é limitada em 22% ao ano, enquanto que na Alemanha não pode ultrapassar em cinco vezes a remuneração promovida pela caderneta de poupança.

Enfim, Sr. Presidente, está claro que esse é um assunto de elevada importância e o Legislativo não pode e não deve deixar de cumprir o seu papel relevante como uma arena para esse debate.

Alguns projetos estão em andamento. Torna-se necessária a presença de todos nós nessa discussão. Já no próximo dia 6 de maio está prevista a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para instruir projetos de minha autoria que tratam da indústria de cartões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para terminar, quero reafirmar que considero o cartão uma maravilhosa ferramenta do progresso e uma relevante inovação dos meios de pagamento. Em nenhum momento eu tenho me colocado contra os cartões de crédito e débito, porque não se pode desconhecer os benefícios dessa indústria para os consumidores, para os lojistas, para o País. Trata-se de uma inovação, como eu disse, dos meios de pagamento, proporcionando comodidade e, naturalmente, segurança para os usuários, para os lojistas e para a própria economia do País, que diminui o volume de moeda circulante, a necessidade de novas emissões.

Devo dizer que, mesmo com esse crescimento estratosférico e de forma vertiginosa, a participação, ainda, do dinheiro de plástico no Brasil é pequena, não chegando a 15% das operações. Quiçá isso chegasse rapidamente a 50%, 60%, 70%. Agora, o que não pode é ficar um setor dessa envergadura, desse tamanho sem uma legislação que o regule.

Precisamos, portanto, de uma legislação reguladora madura, que se sirva das boas experiências internacionais, coíba o abuso do poder econômico, impeça as barreiras de entrada e corrija as falhas de mercado, propiciando eficiência na alocação dos recursos da sociedade e facilitando a livre concorrência entre as várias bandeiras existentes no País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, empresário vitorioso, que representa esses grandes empresários do nosso País, e advertiu as brasileiras e os brasileiros do perigo das dívidas, eu relembriaria Abraham Lincoln, que disse: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”, advertindo o povo brasileiro desses créditos fáceis. Realmente, só faltou ele dizer que bom cartão de crédito mesmo é o cartão corporativo, que eles têm por aí.

Convidamos, para usar da palavra, este Senador do PMDB que representa o Estado do Acre, e não só o Estado do Acre, ele representa o Direito, a lei, a ética e a vergonha na política do Brasil, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, a quem carinhosamente chamo de meu irmão mais velho aqui no Senado Federal. Quero saudar o Senador Adelmir Santana, que acaba de fazer um pronunciamento maduro acerca de um assunto de fundamental importância para o povo brasileiro.

De fato, precisamos regulamentar esse setor que vem crescendo, o do dinheiro de plástico, como se chama, os cartões de crédito, e que, indubitavelmente, como diz o Senador Adelmir Santana, embora seja algo positivo, precisa de uma regulamentação forte, para evitarmos que grande parte da população seja lesada por aqueles que, no vácuo da legislação, se aproveitam para praticar toda sorte de desatino contra os consumidores e usuários brasileiros.

Coincidentemente, hoje trago a esta Casa, Senador Mão Santa, uma reflexão acerca do chamado Sistema S, no qual o Senador Adelmir Santana é uma autoridade – é integrante e fervoroso advogado do Sistema S.

Ultimamente, preocupa-me sobremaneira a tentativa, diria até solerte, do Governo de, talvez até por uma retaliação, tentar se apropriar de rendas e valores que o Sistema S tão bem administra. Esse é o tema de fundo da minha fala de hoje.

Todavia, antes de entrar no assunto, gostaria de dizer aqui, Senador Mão Santa, que se instituiu em torno do Palácio do Planalto, no Governo Federal, um novo esporte: é o de “jogar pedra no Congresso”. Chico Buarque fez uma canção belíssima que diz em sua letra “joga pedra na Geni”, e o Palácio do Planalto e suas cercanias instituíram um novo esporte: o “joga pedra no Congresso”. Todo dia vem um Ministro desancar o Congresso, acusando-nos de irresponsáveis e usando expressões que se tornam cada vez mais pesadas. Ontem foi escalado para praticar esse esporte, para minha surpresa, o Advogado-Geral da União, um jovem e talentoso advogado, que chefia hoje a Advocacia-Geral da União, em virtude de uma questão que está sendo objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal.

As Oposições protocolaram uma Adin para que o Supremo diga se é regular, se é lícito, se é correto a Presidência da República ficar emitindo medidas provisórias para liberação de recursos extraordinários. E cinco dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Senador Adelmir, ainda ontem se pronunciaram contra essa prática adotada pelo Governo Federal sistematicamente.

E, para minha surpresa, esse jovem jurista, advogado que hoje chefia a Advocacia-Geral da União, Dr. Toffoli, diz aqui em matéria do *Correio Braziliense*, jornal da nossa Capital: “Toffoli afirmou ainda que a morosidade do Congresso [imagine!] em aprovar matérias enviadas pelo Executivo é a principal causa da necessidade de apreciação de propostas de concessão de créditos por meio de medidas provisórias”.

Olhe só, Senador Mão Santa, mais um! Agora, nós somos morosos. Ontem, éramos irresponsáveis; outro dia nos chamaram de sem juízo; agora, somos morosos. E pasmo fiquei com o desconhecimento manifestado aqui pelo Advogado-Geral da União – pelo menos é atribuído a ele! Ele continua aqui: “Em 2007, sete sessões conjuntas deliberativas foram realizadas; e, em 2008, apenas duas”.

Quer dizer, o Dr. Toffoli está confundindo as coisas. Ele se esquece de que as medidas provisórias não são apreciadas pelo Congresso Nacional; são apreciadas

por cada uma das Casas, e não em sessões conjuntas. Lastimo que isso esteja ocorrendo.

Antigamente, Senador Adelmir, na época da ditadura, por exemplo, o próprio Poder Judiciário, de certa forma manietado, de certa forma jungido a uma situação idêntica à de praticamente todo o povo brasileiro, não tinha a independência, a liberdade e a autonomia que tem hoje. Isso é patente! Inclusive, àquela época, cunhou-se uma expressão: “Não tendo a quem reclamar, vamos reclamar ao bispo!”. Então, reclamávamos para D. Evaristo Arns, para D. Hélder Câmara, sobre o que estava acontecendo no País, porque não tínhamos a segurança necessária para irmos ao Judiciário e termos uma resposta satisfatória. Hoje não, hoje não! Hoje, o Judiciário é autônomo, é um Poder de fato. O Judiciário hoje é um Poder de fato: tem independência, autonomia, altivez, grandeza.

E acho corretíssimo, num Estado em que o Poder Executivo está se colocando acima dos demais Poderes, de forma avassaladora, que recorramos ao Judiciário sempre que tivermos uma dúvida relevante e sempre que tivermos uma preocupação com relação inclusive a matérias que tramitam aqui no Congresso Nacional.

Portanto, penso que quem provocou o Judiciário, quem provocou o Supremo Tribunal Federal agiu corretamente, para que o Supremo Tribunal Federal, o dono da palavra sobre a constitucionalidade neste País, diga se é regular de fato a edição de medidas provisórias tratando de liberação de crédito extraordinário. E, no Supremo Tribunal, a tendência é esta: dizer que a prática não se compadece com o nosso ordenamento jurídico.

Quero, com isso, dizer aqui que lastimo que, nesse jogo inaugurado pelo Palácio do Planalto e suas cercanias, de “jogar pedra no Congresso”, uma pessoa que deveria estar acima disso tudo, por ser Advogado-Geral da União, venha a se juntar a seus pares, inclusive alguns até desqualificados, para, mais uma vez, tumultuar as coisas aqui, ofendendo o Congresso Nacional, dizendo que o Congresso Nacional age com morosidade.

Eu repilo essa insinuação.

Mas, Senador Adelmir Andrade e Senador Mão Santa, é lamentável – para não qualificar de estorrecidora – a iniciativa do Poder Executivo de tentar retaliar o chamado Sistema S, apropriando-se ou querendo se apropriar dos recursos financeiros de instituições como o Sesc, como o Senac, como o Senai etc., sob o duvidoso pretexto de ampliar os serviços sociais e a qualificação profissional que essas entidades já promovem há mais de meio século no nosso País com incontestável sucesso. Não bastasse a insuportável

carga fiscal, a maior que o País já conheceu e uma das mais extorsivas do mundo, Senador Mão Santa, em face dos precários serviços prestados pelo Estado à população, a pretensão esconde uma irrefreável tendência do atual Governo pela estatização em áreas que não são de sua competência e, por isso mesmo, de duvidosa legalidade e de controversa legitimidade.

Não falo das condições vigentes no resto do País, por não conhecê-las com profundidade, mas posso, mais do que assegurar, dar o meu testemunho em relação ao que ocorre no meu Estado, o Acre, onde a atuação tanto do Sesc, quanto do Senac constitui uma atividade meritória, útil e indispensável à população assistida. Para não ficar só nos informes e relatórios que recebi generosamente, na semana passada tive o cuidado, Senador Adelmir, de acompanhar dirigentes do Sesc e do Senac, na capital do meu Estado, em visita a todas as instalações do Sistema em Rio Branco, e pude comprovar o que vem sendo feito em matéria de instalações condignas, serviços de qualidade prestados, cursos oferecidos, capacitação e o denodo dos operadores do Sistema S lá no meu estado. Refiro-me tanto à assistência social promovida pelo Serviço Social do Comércio quanto à formação profissional e à qualificação especializada proporcionada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Custa crer, Sr. Presidente, que esse fato lastimável e, sem dúvida, mesquinho esteja em vias de ser promovido pelo Governo do único Presidente da República que se beneficiou de curso a cargo do SENAI, integrante do mesmo Sistema S.

Senador Adelmir, concedo-lhe um aparte com muito prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mesquita, o pronunciamento de V. Ex^a sobre esse sistema, especificamente quando faz referência ao Sesc e ao Senac, conforta-me, porque a posição que V. Ex^a externa, demonstrando as atividades no seu Estado, tem sido o meu posicionamento aqui nesta Casa, tentando mostrar aos Srs. Parlamentares e ao País que são instituições consagradas que estão no Brasil há mais de sessenta anos e que funcionam bem. Apesar de os recursos serem compulsórios, elas funcionam como instituições privadas, porque são geridas por pessoas ligadas às confederações. Então, o discurso de V. Ex^a me anima. Quiçá outros Parlamentares também fizessem excursões dessa natureza em outros Estados! V. Ex^a faz referência a um estado novo, o Estado do Acre, que antes era Território, portanto um estado que também se enquadra entre aqueles cuja arrecadação própria é extremamente pequena, uma vez que o desenvolvimento econômico do setor que

engloba as empresas que pagam esse sistema lá no Acre são deficitários.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas é grandemente beneficiado pelo Sistema, porque grande parte dos recursos vem de outras regiões mais abastadas, digamos assim.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Porque nós temos a preocupação, Senador Mesquita, essa preocupação externada pelo anteprojeto, que nós nem conhecemos ainda, de formar um fundo. Mesmo antes disso, nós já temos essa preocupação em equalizar as distribuições dos recursos. Isto é, aqueles Estados que têm maior arrecadação participam de um fundo, gerido pelas próprias confederações, que, por sua vez, fazem essa equalização, para que esse sistema esteja presente em mais de 2.700 municípios brasileiros; e presente de forma clara, dentro dos objetivos de cada um. Claro que aí está a necessidade da formação técnica do trabalhador brasileiro. Ninguém pode desconhecer isso. Também aqui já tivemos a oportunidade de, inclusive, elogiar o Ministro da Educação e o Presidente da República, porque todos nós sabemos que, nesses quase cem anos, poucas escolas técnicas foram implantadas no Brasil, e o PAC da educação prevê a instalação de mais de duzentas escolas técnicas. Se são poucas, que se passe para 500, para 1.000. Agora, deixem que essas confederações continuem formando os trabalhadores nos cursos técnicos e naqueles pelos quais o mercado reclama, naqueles cursos que o mercado absorve, que nós, que somos participantes desse Sistema, conhecemos e sabemos quais são as necessidades. Longe de nós querer impedir que haja desenvolvimento dos cursos técnicos de maior monta no País. É necessário, é premente, para que o País continue a crescer. Agora, deixem esse Sistema ser gerido da forma como vem sendo nesses últimos 60 anos, sem a interferência do Estado brasileiro – e digo sem interferência na gestão, porque o Estado participa do processo de fiscalização. Os conselhos fiscais, tanto nos Estados como na União, têm a participação do Governo, aliás, em maioria, o que, vale dizer, contesta aquela informação de que essas são instituições fechadas. Aliás, até foi dito que são “caixas-pretas”. Se são caixas-pretas, a culpa certamente é dos componentes dos conselhos fiscais. Não é verdade, não é assim! Funciona muito abertamente em todos os Estados brasileiros e na União, por meio do Conselho Nacional dessas entidades. Muito obrigado. Eu me associo às palavras de V. Ex^a. Eu entendo que temos mais um aliado na defesa do Sistema S no País. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Quanto a isso, V. Ex^a pode ter absoluta cer-

teza. Eu me coloco como um soldado na luta que V. Ex^a trava aqui, no Congresso Nacional, em favor da continuidade do Sistema S, na modalidade em que ele atua presentemente no nosso País.

Mas eu dizia que existe essa tentativa do Governo, que ainda, segundo o Senador Adelmir, se esboça num anteprojeto que não é sequer conhecido.

Trata-se de ato que está sendo perpetrado ante o olhar complacente, e talvez cúmplice, de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Se o Sistema S não primasse pela excelência no que faz, Senador Mão Santa, como se justificaria a atuação do Senai no Timor Leste, onde estive com os Senadores Adelmir Santana, inclusive, Heráclito Fortes e Antonio Carlos Valadares, há alguns dias, em visita oficial? O Senai está lá instalado a pedido e por gestão do próprio Governo Federal. Como se justifica isso? Estive, recentemente, naquele país e visitei as instalações do Senai na capital, Dili. Ali estão sendo capacitados jovens para atuar na área de construção civil, mecânica, hidráulica etc.

Que legitimidade fundamenta esse atentado mediante indébita e inconcebível apropriação de recursos financeiros provenientes de contribuição do comércio e da indústria, por medida de força notoriamente incompatível com o Estado de direito? Se o atual Governo pretendesse desviar os recursos destinados ao Bolsa-Família, por ele instituído, seria também objeto de nossa condenação e de nossa reação, pois esse é um dos nossos deveres. Mas fazê-lo para atentar contra a obra realizada ao longo de tantos governos que o antecederam, inclusive, e para a qual o Poder Público não contribui, a não ser com a fiscalização, como disse o Senador Adelmir há pouco, não é uma arremetida só contra essas instituições, mas, sobretudo, contra o bom senso, contra a ética que deve lastrear a ação do Estado e contra boa parte dos milhares e milhares de brasileiros beneficiários de cursos e de obras reconhecidas de melhoria das condições de vida da população mais carente de nosso País.

Se há erros, se há inadequação de qualquer natureza nos serviços prestados por essas instituições, por que puni-los em vez de corrigi-los? O que pode justificar um ato de força que condena antes de julgar, que decreta antes de ponderar e que pretende punir antes de avaliar, Senador Mão Santa?

O Sr. Ministro da Educação, sob cuja autoridade estão sendo praticados os erros e os desvios de conduta a que o País está assistindo estarecido em pelo menos duas universidades públicas, melhores resultados obteria se dedicasse seus esforços à melhoria da qualidade do ensino em nosso País, que, sem dúvida,

tem conseguido avanços quantitativos, como ocorre no ensino fundamental, mas que carece de conquistas indispensáveis em matéria qualitativa em que tanto ainda deixa a desejar.

Não testemunho somente pelo Acre, Senador Presidente, onde há, mais do que cooperação, uma plena e desejável integração entre as atividades do Sesc e do Senac e as o Poder Público, evitando-se dispersão de esforços e ociosa duplicação de recursos sempre escassos em face de nossas imensas necessidades, tanto no campo social, quanto na área educacional.

Não me detenho nos programas e nos diferentes projetos em curso que beneficiam jovens, adolescentes e a comunidade acreana em geral, para não cansar o Senado com cifras, números e dados que são sabidamente expressivos. Mas, para justificar minha indignação, meu protesto e meu inconformismo, quero assinalar que os cursos proporcionados pelo Senac não atendem apenas à população do Acre, mas servem também a servidores de órgãos públicos do meu Estado, tanto estaduais quanto federais, entre os quais cito aqui o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, a Secretaria Estadual de Educação, a Embrapa, a Polícia Federal e o próprio Ministério da Fazenda.

Encerro, Sr. Presidente, deixando registrado meu protesto, minha indignação e meu inconformismo ante essa tentativa de buscar destruir instituições sustentadas pelo comércio de nosso País como contrapartida à contribuição que recebem da sociedade brasileira para sua existência e para sua sobrevivência, que não pode ser ameaçada pelo arbítrio, pela força e por medidas incompatíveis com o Estado de direito em que vivemos e no qual queremos continuar a viver.

O justo seria que o Governo se apropriasse da experiência acumulada pelas instituições que formam o Sistema S, mas não dos recursos que permitem os resultados alcançados. O Governo tem muito a aprender com o Sistema. Que se estabeleçam parcerias, como inteligentemente, aliás, o Governador Arruda, aqui do Distrito Federal, tem realizado com o próprio Sistema. Que o Governo ouça o Sistema S e abra suas portas para usufruir a experiência acumulada durante tantos anos.

O que não se concebe é o Governo tentar truncar e se apropriar das fontes de receita do Sesc, Senac, Senai, Senar etc., para com elas continuar promovendo o discurso eleitoral fácil e os resultados inaceitáveis na área da educação como um todo e, especialmente, na área técnica e profissional.

Senador Mão Santa, era o que eu tinha a dizer nesta manhã-tarde de sexta-feira, dia 18 de abril do ano de 2008.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação que eu o convido para presidir esta sessão, V. Ex^a que representa com grandeza esta Casa. V. Ex^a, pela sua formação no Direito e na Justiça, é um dos membros que mais se aproximam ao nosso patrono, Rui Barbosa, que disse: “*Só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça*”. Esse é sempre o caminho do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Passamos a Presidência ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para eu encerrar esta sessão com minhas palavras.

O Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tenho o prazer de passar a palavra ao eminente Senador Mão Santa, digno representante do grande Estado do Piauí, a quem carinhosamente chamo de meu irmão mais velho neste Senado Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira, 18 de abril, iniciada às 9 horas, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, compreendendo a eficiente TV Senado, a Rádio AM e FM, o Jornal do Senado e a Agência de Notícias do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, permita-me prorrogar a sessão por mais 30 minutos para que V. Ex^a possa falar com tranqüilidade no plenário do Senado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Este talvez seja o melhor Senado de 183 anos da República do Brasil. Nunca, dantes, este Senado abriu às segundas e sextas-feiras. Este Senado utiliza esses dias para fazer sessões não deliberativas, quando não se vota. Nesses dias, os Senadores da República apresentam as suas teses, os seus ideais.

Entendemos que o Parlamento é um tambor de ressonância do povo. Aqui podemos dizer o que o povo não diz. E a nossa função é fazer leis boas e justas. Ultimamente, no entanto, temos sido impedidos por intromissão do Poder Executivo com suas medidas provisórias. Além disso, fiscalizar, investigar os dois outros contra-Poderes e denunciar.

Talvez o mais estóico dos Senadores do mundo, o nosso Teotônio Vilela, moribundo, com câncer, no final,

ele bradava daqui e dizia: é falar resistindo e resistir falando. Até tombar vítima de câncer, o Menestrel das Alagoas, cujo filho, hoje, companheiro Senador, é o Governador de Alagoas.

Resistir falando e falar resistindo. Esta é a função deste Senado. E nós estamos aqui. E ela se torna grandiosa. Hoje, estou aqui diante de dois extraordinários parlamentares do Piauí. Um, médico, fisioterapeuta, Elizaias, de uma tradicional família política do Piauí; e Flávio Nogueira, companheiro como eu, médico, cirurgião, como Juscelino.

Isso é importante por quê? Porque podemos dizer o erro. E estamos aqui para ensinar. Eu estou para ensinar, foram muitos quilômetros de páginas de livros.

Acredito em Deus. Acredito nas leis e, como Rui Barbosa, que só tem um caminho à salvação: a lei e a justiça. Deus a entregou a Moisés para tornar o mundo melhor. Acredito no amor, como Rui Barbosa disse, que é o cimento. Também acredito que a pátria é a família amplificada. Acredito no estudo, que nos leva à sabedoria, e no trabalho, que faz as riquezas. Como o próprio Rui disse, a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes. Ele é que faz as riquezas. É isso que estamos entendendo. Somos isso.

O mundo sempre teve governo, desde o período da pedra lascada ou dos índios. O aperfeiçoamento foi a mudança no sentido de o poder não poder ser absoluto. O povo insatisfeito com o poder absoluto, simbolizado pelos reis, foi às ruas e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”.

A primeira coisa foi a inteligência humana representada pelos amantes do Direito. Dividir esse poder em três poderes – somos um deles –, mas deveriam ser equivalentes, harmônicos, deveriam se respeitar. Essa foi a maior idéia, entendo, a maior construção da sociedade humana. Isso é o que temos que saber. O poder, então, deixou de ser absoluto. Somos um deles. Lá, onde ele nasceu...

Eu dou ao Luiz Inácio. Vou facilitar as coisas. Eu estou protegendo Sua Excelência. Estou dando sabedoria a Sua Excelência.

Mitterrand, que viveu lá e foi um líder popular, trabalhista, perdeu várias vezes, chegou à França e a governou por 14 anos, de acordo com a Constituição – são permitidos sete anos, e mais sete.

Isso é tão... ô Luiz Inácio, então ninguém é mais amigo do que o Luiz Inácio. Foram muitas noites indormidas para saber o que eu sei, para ter o preparo que eu tenho. Eu sou do tempo, Geraldo Mesquita, eu e o

Flávio Nogueira – ele é mais –, eu sou mais do tempo do irmão dele, um grande engenheiro. Mas quero dizer que a gente tomava até Pervitin e Stenamina para poder aprender, estudar e passar no vestibular.

Então, isto é o que eu digo aqui, como meu professor de Cirurgia dizia: a ignorância é audaciosa. Olha, eu estou exausto de tentar ensinar aqui para muita gente do PT. Não compreendem. Não são todos, não, a gente pinça: o Mercadante, o Tião Viana, o Paim, na sua pureza, no seu trabalho, com toda sabedoria. E eu sou franco, não são todos, não. O candidato a prefeito de Teresina é um homem honrado, decente e correto. É do PT. Eu disputei com ele as eleições em 1994.

V. Ex^a ontem, na sua inteligência, disse: o Mão Santa é o meu irmão mais velho. Ontem, elogiamos aqui três ministros – V. Ex^a que advertiu. Mas também eu reagi. A ignorância. Eu estou aqui para ensinar o Luiz Inácio e os que são fracos e não estudaram.

Ontem, houve uma das sessões mais belas deste Senado. Estou falando para o Brasil. Lançaram o primeiro livro sobre Antonio Carlos Magalhães aqui. Garibaldi falava bonito, e eu olhava e via os retratos dos Senadores do Império. Atentai bem, Flávio Nogueira, para como a gente tem de ensinar! E eu, olhando aqueles homens, sabedor da história que conhecemos, lembrava que Pedro II vinha assistir a sessões no Senado. Ele deixava a coroa e o cetro e sentava. E ele era o imperador, o rei. E falou que, se ele não fosse imperador, gostaria de ser Senador, porque ali ele vinha aprender. Todo mundo sabe que fizemos as leis para libertar os escravos. Fizemos a Lei dos Sexagenários, a Lei do Ventre Livre e, depois, a Lei Áurea. Veio aqui a filha dele, recebeu flores, sancionou a libertação dos escravos. A história do Brasil é a nossa história.

Então, vi ali aqueles dois Ministrinhos, ô Flávio Nogueira, e um disse que a gente não tem juízo. Aí é demais! Um disse que somos irresponsáveis, porque estamos enganando. Aí é demais! Sabem como criaram o Senado, brasileiros e brasileiras?

Não tenho culpa da ignorância desse povo. Se houvesse um Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aqui, haveria muito pau! O Enem é aquele exame que estão fazendo por aí. Luiz Inácio passou por aqui e disse que ali havia 300 picaretas. Aqui é diferente! Pegar um Ministrinho desse, para dizer que não temos juízo, que somos irresponsáveis, que estamos enganando?! E V. Ex^a foi mais; agora, é o da Justiça, que V. Ex^a representa aqui e de que Rui Barbosa é o símbolo.

Olhem, isso tudo começou, minha gente, quando Deus ungiu seu líder, Moisés, com sua missão. Ele

não quis saber se havia faraó, se havia Mar Vermelho. Mas ele teve dificuldades, porque seus liderados queriam adorar as riquezas, o bezerro de ouro. Moisés quebrou as tábuas da lei e quis desistir, mas ouviu de Deus: “Busque os mais velhos, os mais preparados, os mais experientes, que eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí é que nasceu a idéia de Senado. Daí haver a exigência da idade: os mais velhos. E foi melhorado na Grécia, na França, na Itália, com Cícero: **“Pares cum paribus facillime congregantur”**. Como vamos traduzir isso para esses Ministrinhos? Pancada atrai pancada? Cícero disse: **“Sed lex, dura lex”**. E foi melhorado aqui mesmo, com Rui Barbosa, com Petrônio Portella, do Piauí. Deus me permitiu estar ao lado dele quando os generais quiseram impor uma reforma judiciária. Petrônio colocou em votação e aprovou a reforma deste Parlamento, e os canhões vieram para cá e fecharam o Congresso. Ele disse só uma frase, e eu estava ao seu lado: “Este é o dia mais triste de minha vida”. Mostrou que autoridade é moral. Geisel foi refletir e mandou buscar Petrônio para abrir esta Casa. Quer dizer, a ditadura nos respeitava.

Os Ministrinhos dizem: “Não têm juízo, são irresponsáveis, são malandros, estão enganando os velhos aposentados”. Aí é demais!

Como é que Mitterrand foi Presidente? Ele perdeu o primeiro turno de Giscard d’Estaing, extraordinário presidente, estadista, discípulo de Charles de Gaulle. No segundo turno, o povo francês precisava de emprego, e ele fez uma matemática: era de 8 horas a jornada do funcionário público, e ele disse que daria 5 horas e que daria muito emprego. Ganhou as eleições. Foram perguntar a Giscard d’Estaing – atentai bem! – o que ele ia ser, e essa é que é a grandeza. Sabe o que ele disse? Vou para a minha cidade natal ser vereador. Olha o respeito ao poder e à lei! Essa é a história.

Mitterrand, morrendo, sem força, pediu a um amigo para fazer um livro. Era Prêmio Nobel o colega dele. Aí ele disse: “Mensagem aos governantes”. É isso! Ninguém ajuda mais o Luiz Inácio do que eu, porque, para pegar isso que vou dizer para ele, assim, de bandeja, por osmose... Já cumpri a grandeza do mandato do povo do Piauí, que para cá me mandou. Mitterrand disse, Luiz Inácio, uma mensagem aos governantes: fortalecer os contrapoderes. Fortalecer os contrapoderes, Luiz Inácio! Vossa Excelência, quando entope a pauta de medidas provisórias, está-nos desmoralizando. Vossa Excelência, Luiz Inácio, deixa uns Ministrinhos cacarejadores nos difamarem, quando sai uma lei pura e boa, feita por um de vocês, pelo

Paulo Paim. E fui Relator de uma delas, a da quebra do fator previdenciário.

A malandragem é tão grande, e a ignorância é mais audaciosa, que vou citar o que disse Padre Antonio Vieira: “Um bem nunca vem só”. E digo: “Um mal também”. Flávio Nogueira conhece isso. Flávio Nogueira, você tem de se preparar. Está no tempo de você pensar em ser Governador, Senador.

Atentai bem! O Paim é deles! No PT, há gente boa, como acabei de dizer. Até o candidato deles a Prefeito de Teresina é um homem de dignidade. Eu o conheço como médico, disputei a eleição com ele.

Então, o Paim, que fez a lei, sabidamente, porque sabe que sou independente, pediu que eu a relatasse, e vocês sabem da luta, das comissões, da disputa, das eleições. E ganhamos. O Paim me disse que não existia fator previdenciário no mundo. Acredito nele. Acreditei e relatei com amor. Disputei com amor, eu estudei.

Quanto ao fator previdenciário, vamos à prática! Nossos velhinhos, que trabalharam, fizeram um contrato com o País, com a Previdência: “Vou descontar do meu ordenado, para, quando me aposentar, ter direito a dez salários mínimos.”. Agora, fazem esse fator, um cálculo, e os velhinhos estão recebendo quatro salários mínimos. Não dá! Há velhinho se suicidando. Eles têm compromissos, têm vergonha e dignidade. Outros lutaram, descontaram para terem uma aposentadoria de cinco salários e estão recebendo dois salários.

O Flávio Nogueira entende. Ô Geraldo, um mal nunca vem só. O Padre Vieira disse isso do bem.

Cheguei médico, novinho. Desse negócio de aposentadoria e de seguro, de o homem morrer para dar para a mulher, tenho horror! Quero é curtir, mesmo, com minha Adalgisa. Aí fiz uma tal de Aplub. Cheguei novinho, formei-me em 1966. “Quanto é?” Taquei lá. Paga tanto. Aí gostei, porque me disseram: “Não, com 25 anos de trabalho, você está com a bichinha aí.”. Daquela que, quando se morre, é dada para a viúva, eu não gosto. Eu queria era curtir. E fiz. Eram cinco salários mínimos. Era Aplub. Sabem quanto os vigaristas estão pagando? Um salário. Viram o exemplo do Governo Federal!

Atentai bem! Você é mais responsável do que eu, sabe mais Direito do que eu, escreve melhor do que eu e tal. Tenho o exemplo. Paguei, para curtir. Eu disse: “Com essa aqui, eu vou sair, com a Adalgisa, viajando por aí.”.

Estão pagando um salário. E cadê? Fica por isso mesmo. O Governo faz, já fizeram. Paguei durante 25

anos, Flávio Nogueira. Você é médico-cirurgião e sabe como é. Eu queria pegar esse dinheiro e sair passeando. Que nada! Não dá mais nem para ir para Tianguá, de Teresina, com um salário mínimo.

Então, foi isso que fizeram com os velhinhos. Não estou falando em causa própria, porque Deus é bom demais para mim, o povo do Piauí também, e eu sou Senador da República, mas os velhinhos estão sofrendo.

Olha, o melhor homem que conheci, meu padrinho de Rotary, suicidou-se. Eu o chamo de padrinho. Eu era Governador. Na velhice, a amada dele, a Adalgizinha dele, precisou de um tratamento médico. E como é duro um velhinho, que trabalhou com dignidade para ganhar seus dez salários, ganhar um salário! Não dá para pagar um plano de saúde, para pagar um médico particular ou um sistema. É duro!

Então, este Senado tenta derrubar isso. Sabemos que a Previdência tem dinheiro. Paulo Octávio fez a lei, e fui Relator. Só perdemos por que mudaram o Presidente. Tiraram o Ramez Tebet e colocaram o que está como Ministro. O placar foi de 8 a 7. O placar estava em 7 a 7, eles viram que iam perder, e aí deram um jeito. O Ramez Tebet estava doente, botaram o outro, e perdi.

Como Deus quer, amanhã, vou, convidado pelo Mato Grosso do Sul, a um congresso de rotarianos, na cidade onde Ramez Tebet nasceu, para fazer uma homenagem. Fui eleito. O nosso Presidente veio aqui, especialmente, porque não era simplesmente eu. Eu deveria ir, como todo o Senado. Mandou que eu o representasse na homenagem ao nosso Ramez Tebet.

Mas tiraram ali, e aí voltou. Relatei também. Paulo Octávio, um homem que conhece dinheiro, é, hoje, o Vice-Governador do Distrito Federal. Jamais a Previdência faliria. Ele tem a lei, eu vi os números. O dinheiro é desvirtuado, o dinheiro da Previdência vai para os cartões corporativos, vai para essas ONGs de bandoleiros, vai para as farras, vai para a nomeação dos 25 mil alopados que existem por aí, com DAS. Um DAS 6 é de R\$10.444,00. Bush nomeou somente 4,5 mil pessoas; Sarkozy, 350; Tony Blair, 150. O dinheiro da Previdência vai para essas farras, para os cartões corporativos.

Então, estamos aqui para advertir, mas minha preocupação maior é como eu disse aqui: “Olha, estou preocupado com o País. Estou preocupado. Estão enganando o Luiz Inácio”. Eu disse que não estava direito aquilo, que esses bichos estavam tomando gosto, que aqui estava igual à Alemanha do Hitler.

Ora, aqui está para fechar! Dois Ministros e um Procurador-Geral difamando, dizendo que os Senadores

são enganadores, são mentirosos, são irresponsáveis, não têm juízo! Se isto fechar, já era! Nós somos a última resistência deste País, por isso estamos aqui.

Ele não pode fazer nada comigo. É inviolável o meu direito de falar, de votar e de pensar, e esta Casa é a única resistência. Mas eu estou preocupado.

Aí, eu advertia: lá, era o Goebbels: uma mentira repetida, repetida, se torna verdade. Aqui, tem o dele, o Duda, fazendo a cabeça, mentido, mentindo. Eu dizia que esse cacarejar de mentira era perigoso.

Atentai bem! Olhem aqui o **Correio Braziliense**: “Dilma faz comício do PAC em Belo Horizonte”.

Bota esse bicho, aí, do jeito que você bota para o Tião Viana e para o Mercadante. Bem grandão, aí. Eu vou ver de noite. Um **outdoor**.

Jornal de Minas: Luiz Inácio, com um negócio no pescoço... Na certa, foi um abraço. “Obras do PAC em Belo Horizonte viram comício de Dilma.” Ela mesma disse. Agradeceu às mulheres que estavam lá, que embelezavam e a apoiavam naquele comício.

Agora, o direito é igual para todos, não é verdade? Atentai bem! O direito é igual para todos.

Eu me preocupo. O Luiz Inácio precisa de um conselheiro bom. Tinha aquele Frei Betto. Aquele lá era um homem bom! Não sei por que saiu de lá. Botaram, na certa, um alopado. Trocaram pelo Frei Betto. Ele precisa. O Richelieu foi conselheiro, o Cardeal Mazzarino... Tem de ter!

Quando Sua Excelência o nosso Presidente foi ao interior do Estado do Ceará – atentai bem –, ele disse: “Esse juizinho, aí, feche o bico. Se ele quiser se meter, aqui, em política, saia esse juizinho, desça para cá e se candidate a vereador, e talvez ele perca”. O “juizinho” foi Presidente do STF e era Presidente do TSE. Então, cadê os Poderes iguais, eqüipotes, respeitáveis, quando manda os seus alopados Ministros nos atingirem?

Está difícil, Paim! Daí a preocupação. Está aqui – e é mentira por cima de mentira –, no Piauí, está aqui: aquele Luz para Todos nos envergonha. As gravações: foi 17 vezes o Governador do Piauí gravado. Eu ouvi as fitas. Dezessete vezes com o da Gautama, o Zuleido, aquele que parece o Errol Flynn. Dezessete vezes! O Vice, outras tantas. Gravações feias, comprometedoras.

A imprensa é livre. Aqui está um jornalista, Zózimo Tavares, “Luz para Todos”. Foi denunciada a maior corrupção. Parada há um mês. O que diz Zózimo Tavares? O Piauí tem uma tradição de grandes jornalistas. Carlos Castello Branco não se curvou à ditadura,

denunciava, na coluna do Castellinho. Zózimo Tavares é um dessa espécie:

O levantamento feito pelo Governo do Estado sobre a carência de energia elétrica foi um choque para o governo, pois tinha um furo de mais de 60 mil família”.

De 159 mil, que se levantou em princípio, precisava-se de 219 mil. É o Zózimo, na coluna do jornal **Diário do Povo**.

O programa Luz para Todos também está cheio de furos, já parou várias vezes por denúncia de irregularidade. O projeto-piloto desenvolvido no Piauí nunca deslanchou. Foi iniciado no município de Novo Santo Antônio, e nunca foi energizado o povoado onde foi iniciado.

“Nunca foi energizado onde foi iniciado”, é o Zózimo Tavares, reencarnação de Carlos Castello Branco.

O Governador Wellington Dias disse que ainda existe um grande número de liminares judiciais...

Ele informou que serão feitas 109 mil ligações...

Ele termina e tal. Mas olha aqui:

...afirma que não tem maiores problemas para a Cepisa cumprir o cronograma do programa Luz para Todos....

Atentai bem!

E o jornal de hoje: “Luz para Todos vai atrasar mais uma vez”.

É corrupção por corrupção. Fizeram um **pool** lá, que era uma empresa de Pernambuco que não mexia nem com eletricidade, e o Tribunal de Contas da União mandou paralisar.

Ontem, vi Heráclito Fortes, esse grande líder do Piauí, tremendo de indignação porque fez uma coisa correta. Ele, vendo esse sonho do porto que nós temos, que foi iniciado por Eptácio Pessoa... João Paulo dos Reis Velloso, o Ministro, alocou verbas e chegou a marcar a inauguração, eu era Deputado Estadual, jovem como você, quando fomos ver, era 14 metros de calado e tinha só 6,5, como disse o Heráclito, porque deu um assoreamento. O rio Parnaíba arrasta areia, leva para o Igarçu, e ele aterra. Então, para evitar isso, Heráclito disse que o Governo devia ter cautela e buscar uma firma especializada, para não haver isso. Ele não é contra. Aí, cai a imprensa em cima. Heráclito não é contra o porto. Heráclito é pelos piauienses, é a favor.

Seria a mesma coisa, Flávio Nogueira – eu sou a favor de todos os médicos da Parnaíba, da Santa Casa, em que me orgulho de ter trabalhado –, eu aceitar que

eles fossem fazer hoje o transplante cardíaco. Não dava certo, evidentemente, mas apoiei e estimei, em Teresina. Dei bolsas, dei condições e foi feito.

Então, apenas o que o Heráclito disse é para que acabasse essa demagogia e se fizesse um contrato com uma firma especializada de tecnologia. É assim, Flávio Nogueira, que fazem com aeroporto internacional. Em Parnaíba, não há mais nem teco-teco. No de São Raimundo Nonato, só tem jumento na pista.

Falo na ferrovia que ouvi dizer, nas eleições, que em 60 dias... Parnaíba e Luís Correia, em quatro meses. Foi assim que levaram Alberto Silva, que é o Presidente. E a vergonha maior é uma ponte, que era para comemorar os 150 anos de Teresina. Teresina vai completar 158. No mesmo rio, eu fiz uma ponte em 87 dias, com um engenheiro do Piauí, construtora do Piauí e dinheiro do Piauí. E o Heráclito fez uma em 100. Então, são essas coisas.

Nós queremos advertir o Luiz Inácio, porque, eu acredito, ele está sendo enganado por esses aloprados, a cada instante. E eu daria um conselho para o Luiz Inácio, que tem viajado tanto. Quando ele voltar ao México... Eu vi. Ele foi às pirâmides. Tirou retrato com sua encantadora esposa, mulher muito respeitável, que todos nós admiramos, Dona Marisa. Mas que ele vá ao palácio do México. É na praça, do lado da catedral. Lá tem uma frase de um general, que diz o seguinte: “Eu prefiro os adversários que me levam a verdade aos aliados puxa-sacos e mentirosos que enganam”. Então, é isso.

Vieram ali os Deputados do Piauí. Nós queremos não é cacarejamento, não. Aí, eu aplaudo as galinhas, porque cacarejam; a gente vai ver, e tem um ovo.

Eu só estou vendo o cacarejar. As obras, nós estamos a esperar o porto. A ZPE, vai expirar o prazo em 20 de julho. Eu coloquei todas as minhas emendas para viabilizar um modelo reduzido do porto, com um terminal de petróleo para baixar o combustível, que, no Brasil, é caro. Lá o litoral do Piauí é maior do mundo, porque vem de Fortaleza a Teresina Parnaíba, ou São Luís–Teresina. Sei que é simples, pois sou cirurgião. Paracuru tem um terminal de petróleo. Transformar o porto em um modelo simplificado, um porto pesqueiro de terminal, e pequeno. Porque surgiu o maior porto do Brasil, talvez do mundo, o do Maranhão, que tem um navio que sai de lá e leva todos os produtos regionais para Roterdã, na Holanda. Você conhece Erasmo de Roterdã? **O Elogio da Loucura?**

Então, é disso que nós temos conhecimento. Mas o nosso apelo aqui é para que essas obras aconteçam, não fiquem só em cacarejamento.

Eu agradeço a aquiescência. E o Piauí é aqui representado pelo Hélio Isaías e o nosso Nogueira, grande cirurgião. Olha, não vamos buscar o que nos separa: siglas partidárias. Vamos buscar o que nos une: a grandeza e a história de bravura do povo do Piauí, que representamos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Os Srs. Senadores Gerson Camata, Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a participação do Brasil no comércio mundial é modesta, embora venha aumentando nos últimos anos. O fato é que nossa parcela é de pouco mais de 1% das trocas globais, apesar de sucessivas administrações federais enfatizarem a necessidade de ocuparmos um espaço maior no mercado internacional.

Recente reportagem do jornal Gazeta Mercantil revela que um dos principais obstáculos ao crescimento da participação brasileira tem sua fonte no próprio governo. Um levantamento do jornal mostra que funcionários que trabalham em portos, aeroportos e fronteiras estiveram em greve durante 442 dias entre os anos de 2005 e 2007.

Em três anos, são 14 meses – um ano e dois meses – de paralisação de servidores públicos que trabalham na Receita Federal, em órgãos de proteção ao meio ambiente, na marinha mercante e na vigilância sanitária. Os fiscais da Receita Federal pararam durante 124 dias em 2005, 201 dias em 2006 e 118 dias no ano passado. Já os auditores da Receita fizeram greves de 77 dias em 2005, 66 dias em 2006 e de 1 dia em 2007. Em compensação, este ano a paralisação da categoria já superou os 20 dias.

As conseqüências dessa greve em andamento são catastróficas. Em todos os pontos de entrada e saída de mercadorias, a situação está próxima do colapso. No porto de Santos e nos aeroportos paulistas de Cumbica e Viracopos, acumulam-se cargas retidas num valor estimado em 450 milhões de reais. No porto de Paranaguá, a greve causou a retenção, até agora, de 1 bilhão de reais em cargas. E, em 14 áreas de fronteira, há mais de 10 mil caminhões parados. Só no maior porto seco brasileiro, o de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, são 900 os caminhões imobilizados.

Na Zona Franca de Manaus, 17 fábricas interromperam suas atividades, por falta de insumos importados. Indústrias paulistas dos setores de eletroeletrônicos e de veículos também estão com sua produção afetada, pois algumas de suas linhas de montagem não têm mais matéria-prima. Já que não conseguem descarregar as mercadorias que transportam, navios de companhias internacionais começaram a excluir o porto de Santos, o maior do País, de suas rotas. Calcula-se que, se a greve não for resolvida em 10 dias, será preciso fechar o porto, pois a maioria dos terminais está próxima do limite de sua capacidade.

Por causa dessa greve, o comércio exterior do País está perto de um apagão, que poderá levar à perda de milhares de empregos em muitos setores da economia. Embora várias empresas tenham obtido na Justiça liminares para liberar material importado, poucas, menos de 20 por cento, as utilizam, com medo de futuras represálias dos funcionários da Receita.

Os auditores fiscais, que têm um salário inicial de 13.230 reais, reivindicam equiparação com outros funcionários públicos, o que elevaria seu salário-base para 19.140 reais mensais. Em lugar de negociar com a Receita, optaram pelo confronto, comprometendo seriamente a credibilidade do Brasil no mercado internacional. Caso insistam em sua intransigência, comprometerão também os empregos de dezenas de milhares de trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários jornais do País publicaram, ontem, dia 17, a Declaração de Princípios das Lideranças Empresariais, Profissionais e de Trabalhadores do Estado do Pará, na qual externam preocupação e perplexidade com o quadro que está sendo delineado pelas diretrizes econômicas e estratégias políticas voltadas para a Região. Elas afetam especialmente – assinalam – o Estado do Pará, em reiterada tentativa de criar obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Pela sua importância, anexo o documento para que seja inscrito nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ministro da Justiça anuncia que fazendeiros serão processados com
base na Lei de Segurança Nacional

Radicalização contra arrozeiros

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E DE TRABALHADORES DO ESTADO DO PARÁ

As entidades federativas empresariais e de trabalhadores, sindicatos e representações das categorias profissionais, instituições de ensino e pesquisa e lideranças políticas signatárias deste documento, em reunião realizada em Belém do Pará, vêm expressar às autoridades federais, estaduais e municipais integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à sociedade brasileira, com a presente DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, os sentimentos de extrema preocupação e perplexidade com o quadro que está sendo delineado pelas diretrizes econômicas e estratégias políticas voltadas à nossa região e que afetam especialmente o Estado do Pará, em reiterada tentativa de criar obstáculos ao nosso desenvolvimento socioeconômico, baseados nos seguintes pressupostos:

1) No preâmbulo da Carta Magna de 1988, está expresso que o Brasil é um Estado Democrático no qual é assegurado "o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias...". No inciso IV do Art. 1º está expresso que "os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa" se consagram como um dos fundamentos da nossa República Federativa que, entre seus objetivos, destaca nos incisos II e III do Art. 3º: "II - garantir o desenvolvimento nacional" e "III - erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

2) No caso do Pará, integrante da Amazônia, mas detentor de peculiaridades tais que o fazem distinto das demais unidades federativas da mesma Região, existe uma história de discriminação, de endoclonalismo e de vazios de poder responsáveis pelos atuais ilícitos e conflitos sociais por ação ou omissão do Poder Executivo Federal. O afã, no passado, de "integrar para não entregar", gerou o fenômeno migratório de milhares de pessoas que atenderam ao apelo do slogan "terra sem homens para homens sem terra". O Pará, notadamente na sua área sul-sudeste, foi ocupado por brasileiros que ansiavam participar de um amplo processo colonizador. Nessa época, o condicionante para a entrega de títulos de terra era o desmatamento de 50% da área requerida. O Estado, que durante anos importava a carne que consumia, foi estimulado a exercer sua vocação pecuária chegando, hoje, a possuir um rebanho da ordem de 20 milhões de animais.

3) A União Federal, a quem compete o estabelecimento de uma política de reforma agrária capaz de contemplar o ordenamento fundiário, a assistência técnica, a transferência de tecnologia, a manutenção da infra-estrutura de transportes e a alocação de financiamentos compatíveis, sempre foi a grande ausente, deixando ao governo estadual a gerência dos grandes impasses advindos dessa ocupação desordenada, entre eles os conflitos pela posse da terra. Os problemas fundiários adquirem um novo componente com o processo de verdadeiro confisco das terras paraenses para a União, sob a capa de reservas indígenas, áreas de proteção

ambiental e florestas nacionais. Em paralelo, a mesma União estimula, pela inércia, impunidade e apoio institucional sob variadas formas, o surgimento de organizações paramilitares civis, travestidas de "movimentos sociais", que, pretensamente defendendo o "direito à terra", agredem ostensivamente a Constituição que garante o direito à propriedade, estabelecendo, no campo e nas cidades, um regime de autêntico terror, com invasões de áreas produtivas, saques ao patrimônio privado e danos ao meio ambiente, com a derrubada indiscriminada da floresta dentro da reserva legal das propriedades invadidas.

4) Na busca do resguardo de seus direitos, os cidadãos brasileiros, trabalhadores, profissionais liberais de todas as categorias econômicas, assim como as empresas privadas que têm sido vítimas dessa perversa orquestração e atuam dentro da legalidade, recorrem ao Poder Judiciário, guardião da defesa dos direitos constitucionais, mas contemplam, com desesperança, que as decisões judiciais deixam de ser cumpridas. A culpa não é da Justiça, que vêm exercendo com altivez as suas funções mas o fato culmina por incentivar as ações criminosas de certos movimentos, pela certeza da impunidade. Em contraposição, autarquias federais, sem o respaldo do Judiciário, condenam empresas e empresários, sem a observância de qualquer princípio da ampla defesa e do contraditório.

5) A economia paraense, em processo de decolagem, precisando de apoio para enfrentar obstáculos na conquista de mercados, recebe o impacto frustrante da revogação da Política de Incentivos Fiscais, numa economia já fragilizada

por significativas deficiências institucionais e infra-estruturais, bem como pela ausência, insuficiência, instabilidade e inadequação de marcos regulatórios, conformando um ambiente adverso a investimentos produtivos. Em paralelo, a imobilidade governamental, alicerçada em princípios burocráticos, dificulta a concessão de licenciamentos, entravando processos de implantação de novos projetos e a ampliação dos já existentes. O setor minero-metalúrgico, em franca expansão e marcando presença no mercado externo, responsável pelo desenvolvimento não só da Região como do País, é um exemplo.

6) Embora com o franco desrespeito ao princípio constitucional que garante a livre iniciativa, é visível uma inadequada intervenção do Estado com reflexos negativos no desenvolvimento econômico, gerando entraves de difícil contorno. Em contrapartida, o mesmo Estado não realiza as obras de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento como soem ser, entre outras, a conclusão e pavimentação das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e as eclusas de Tucuruí.

7) A esse grave cenário interno reúne-se a também histórica ambição internacional que, modernamente, sob o pretexto da defesa do meio ambiente, deseja impor à Amazônia o engessamento econômico, condenando-nos à condição de mero almoxarifado do planeta, ignorando-nos como população de vinte milhões

de brasileiros que têm o direito de produzir para atender às suas necessidades e garantir à sua posteridade idêntica prerrogativa. Esse contingente populacional, em sua expressiva maioria, sofre, hoje, com a carência dos serviços públicos que lhes possam garantir segurança, habitação, assistência de saúde, educação, transporte e, até mesmo, os mais elementares direitos do cidadão (registro de nascimento, identidade, título de eleitor e carteira de trabalho).

8) Em tais condições, o que se vislumbra é um panorama de indução ao atraso na economia, comprometendo a geração de emprego, contribuindo para o aumento da violência no campo e nas cidades. Violência, aliás, já insuportável para todos os cidadãos que, obrigados a uma carga tributária das mais pesadas do planeta, não têm a garantia do respeito aos seus humanos direitos. Violência essa que afugenta, igualmente, a possibilidade de novos investidores.

Isto posto, proclamamos que:

I - Defendemos intransigentemente o princípio da **LEGALIDADE** e não aceitamos ser tratados, indistintamente, como marginais, nos quais devem ser aplicadas punição exemplar, nos ditames da Justiça.

II - Exigimos o **RESPEITO AO PACTO FEDERATIVO** e a inserção do Pará nas prioridades do desenvolvimento nacional. Temos, constitucionalmente, o direito a esse desenvolvimento e à superação das desigualdades regionais que hoje nos limitam.

III - Não é possível o progresso sem a **PAZ SOCIAL** e que, sem **SEGURANÇA**, inclusive a institucional, não poderemos realizar nenhum tipo de investimento capaz de gerar emprego e renda para os milhões de brasileiros que aqui vivem

IV - Somos intransigentes defensores da **PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA E DO MEIO AMBIENTE**, através de legislação adequada e baseada em critérios técnico-científicos e sociais que atendam às peculiaridades dos ecossistemas envolvidos. Assim, é fundamental o detalhamento do **MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ**, aprovado à unanimidade dos deputados estaduais, para orientar a implantação de novos investimentos de forma ordenada e sustentável, com responsabilidade social.

V - O **RESPEITO AO POVO DO PARÁ** é uma consequência natural do seu direito de usufruir melhores oportunidades de trabalho, de elevação de seu padrão de vida, que pode, sim, se obter através do uso racional, do manejo adequado, responsável e sustentável dos recursos naturais que constituem, também, nosso patrimônio.

Belém do Pará, 14 de abril de 2008.

**FÓRUM DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS DO PARÁ
FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE TRABALHADORES
CONSELHOS DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL**

EDSON LUIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

A Polícia Federal vai usar a Lei de Segurança Nacional contra os plantadores de arroz que lideraram as últimas manifestações em Roraima contra a exigência de que deixem a área indígena Raposa Serra do Sol. A PF abriu cinco inquéritos para apurar os fatos, classificados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, como terrorismo. Na manhã de ontem, quando empossou o delegado Disney Rossetti na superintendência da PF no Distrito Federal, o ministro falou que a imprensa influenciou na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em suspender a Operação Upatokan, que iria fazer a desocupação.

"Foi feito um conceito de que a Polícia Federal estava lá (na área indígena) para desalojar arrozeiros produtivos. Fizeram (em referência à cobertura da imprensa) transitar um conceito com uma falsa visão. O que ocorreu foi que a Polícia Federal e a Força Nacional estavam lá para acabar com uma resistência que

beirava o terrorismo", disse Tarso, afirmando que a decisão do STF será respeitada. "Mas temos o direito de dizer à população que a PF estava lá cumprindo a lei", acrescentou o ministro. Tarso será convocado para falar sobre a área indígena na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara.

Na segunda-feira, mesmo impedida de retirar os plantadores de arroz da Raposa Serra do Sol, a Polícia Federal ocupou a reserva, instalando duas bases — uma delas na terra indígena São Marcos, na divisa com a área em conflito, e outra em Boa Vista. Outras cinco pequenas bases foram instaladas em Surumu, no porto onde atracam balsas dos agricultores, em Pacaraima e em São Marcos, que são locais de acesso à reserva. Além disso, mantém patrulhas volantes, que vigiam a reserva durante 24 horas para impedir confrontos entre os índios e plantadores de arroz. No local, são mantidos 200 homens da Polícia Federal e 100 da Força Nacional.

Segundo o coordenador-geral de Defesa Institucional da PF, delegado Fernando Segóvia, foram abertos cinco inquéritos para apurar vários crimes. Entre eles, o de sabotagem, que está na Lei de Segurança Nacional, utilizada principalmente durante o regime militar. Além disso, a investigação da PF deverá enquadrar as principais lideranças da região em formação de quadrilha. A área de inteligência do governo está apurando, ainda, que o movimento pode ter tido a ajuda de um oficial aposentado da Venezuela, que estaria ensinando as técnicas de guerrilha para o grupo.

Tensão com o STF

O ministro da Justiça também sustentou ontem que o STF teria sido influenciado pela difusão pública de um conceito equivocado sobre a situação na reserva. Ministros do STF imediatamente defenderam a decisão tomada na semana passada — de suspender

a operação da PF. "A União e o estado litigam, por isso o conflito veio parar no Supremo. A questão não é meramente patrimonial entre arrozeiros e a União", afirmou o relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto.

Para o ministro Celso de Mello, o julgamento do assunto exige a máxima cautela. "A decisão do STF foi um claro exercício de prudência e de responsabilidade. É uma decisão provisória, que não tem caráter definitivo. O STF ainda vai julgar a causa principal, que envolve uma questão gravíssima: a integridade da soberania nacional versus o princípio federativo", sustentou. O ministro Eros Grau foi mais enfático ao demonstrar o desapego pelas declarações de Tarso: "A prudência não recomenda um comentário desse tipo", afirmou.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) fez, recentemente, divulgar a publicação *Enfrentamento à Violência contra a Mulher*, trazendo um balanço de ações entre 2006 e 2007. Contando com uma equipe técnica de indiscutível competência, a Ministra Nilcéa Freire merece nossos cumprimentos não somente pela ousada e didática iniciativa, mas também pela excelência gráfica e intelectual de forma e conteúdo.

Aproveito, portanto, esta ocasião para tecer comentários sucintos sobre a brochura em apreço, destacando a divisão dos assuntos apresentados, bem como a pertinência política das abordagens. Em primeiro lugar, vale salientar que a publicação está dividida em três partes, a primeira das quais destinada a desenvolver o tema “Olhando para o Futuro”, seguida pelo “O Impacto da Lei Maria da Penha na Vida das Brasileiras” e, por fim, pelo tema “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”.

Para cada uma das sessões, reservaremos breve descrição acrescida de eventuais ponderações. Antes, porém, caberia registrar que, ainda na apresentação, o livreto ressalta a enorme violência a que a mulher, no mundo inteiro, ainda está submetida. Dados da Organização Mundial da Saúde, publicados em 2005, revelam que uma em cada seis mulheres no mundo sofre violência doméstica.

Todavia, no Brasil, transcorridos quase cinco anos da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, os avanços são tão visíveis que não há quem desconheça os méritos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Mesmo assim, a coibição da violência doméstica e familiar deve ser vista como uma meta e um compromisso inegociável e inesgotável.

Sr. Presidente, o próprio Presidente Lula fez questão de participar do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007. Na ocasião, que coincidiu com a abertura da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o chefe da Nação confirmou a prioridade do tema na agenda social do Governo petista, assegurando R\$1 bilhão para

o investimento em ações no setor, dentro do Plano Plurianual 2008-2011.

Passemos ao conteúdo dos capítulos. O primeiro, “Olhando para o Futuro”, consiste em valorizar as quatro prioridades do Governo Lula que ensejaram a formulação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Trata-se, mais precisamente, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e da agenda social integrada pelos ministérios da área social, pelas empresas e pelos bancos públicos.

Nessa atmosfera de integração de programas e de agentes sociais, o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres ganhou, nos últimos anos, impulso extraordinário mediante ações articuladas da SPM com os Ministérios do Turismo, da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Por exemplo, do orçamento do Pronasci, recursos serão aplicados na melhoria das condições das mulheres em situação de prisão.

Não por acaso, à SPM serão destinados quase R\$118 milhões, em 2008, para investimento no enfrentamento da violência contra a mulher. Isso representa uma expansão de 300% em relação ao orçamento anterior. Com tais provisões garantidas, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres adquiriu dinâmica e fôlego inéditos, tornando mais próximos todos os seus objetivos.

Não custaria nada recordar que o Pacto se organiza em quatro áreas estruturantes. A primeira delas se refere ao compromisso de combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, seguida da promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. A terceira área consiste em consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, seguida da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento à “feminização” da AIDS e outras DSTs.

Sr. Presidente, na sequência dos capítulos dessa publicação, deparamo-nos com o tema “O Impacto da Lei Maria da Penha na Vida das Brasileiras”. Como se sabe, em setembro último, a Lei Maria da Penha, que tipifica a violência doméstica e familiar contra a mulher como crime, completou um ano de vigência. Com a nova legislação em vigor, o Brasil assumiu a décima

oitava posição entre os signatários da América Latina e Caribe que endossam a vigência de uma lei específica de combate à violência contra a mulher.

Nesse contexto, a SPM realizou um levantamento recente sobre como as autoridades policiais e judiciais lidaram com as determinações da nova legislação. Segundo os resultados apurados, a aprovação da Lei estimulou, de vez, a inserção do tema violência contra as mulheres no cotidiano da vida política. Prova disso é que os meios de comunicação deram amparo ao tema, divulgando os casos mais extremos de forma mais sistemática e qualificada.

Por outro lado, as delegacias ganharam destaque, restabelecendo o papel da autoridade policial no enfrentamento à violência de gênero. Afinal de contas, a Lei Maria da Penha determina a abertura de inquérito policial, composto por depoimentos da vítima, do agressor além de provas documentais e periciais. Ao lado disso, prevê-se a solicitação de medidas “protetivas” para as mulheres junto aos juizados.

Ao longo do período investigado, foram instaurados quase três mil inquéritos, perfazendo em média 180 inquéritos por Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Tal índice foi avaliado como positivo quando se leva em conta o tempo necessário para a reacomodação na rotina de atividades, bem como o rompimento da cultura e dos padrões estabelecidos.

Outrossim, a pesquisa identificou que, apesar de o Sudeste ter sido a região com o maior número de juizados e varas instituídos, coube às Regiões Centro-Oeste e Norte o recorde de eficiência quando se observa o número de processos instaurados, com quase 2.300 casos. No mesmo período, também foram decretadas aproximadamente 900 prisões em flagrante, além de dezenas em caráter preventivo.

Por último, o levantamento pôde detectar, a partir das ligações à Central de Atendimento à Mulher, que o número de pedidos de informações sobre a Lei Maria da Penha alcançou a casa dos 11 mil. Isso representa, em média, 930 atendimentos mensais. Vale frisar que o serviço funciona 24 horas, sem interrupções, e constitui uma crucial janela para a rede de atendimento.

Sr. Presidente, o terceiro capítulo se debruça, mais detalhadamente, sobre a “Política Nacional de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”. Ali, os editores narram a história que acompanha o desenvolvimento de um programa nacional sobre o tema. O ponto alto do programa coincide com a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004.

Cronologicamente, vale a pena lembrar que, antes do surgimento da SPM, em 2003, a temática da violência contra a mulher já se abrigava sob o amparo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, seguido da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher. De acordo com os cálculos divulgados, os investimentos do Estado com tais programas entre 2000-2003, numa média anual de recursos alocados, foram da ordem de R\$3 milhões, enquanto entre 2004-2007, tal média se eleva para quase oito milhões de reais.

E a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher não fez por menos. A aposta na capacitação dos profissionais da rede de atendimento rendeu ao País quase 8 mil especialistas entre juizes, promotores, policiais e operadores. A sintonia com os outros órgãos públicos é tão fina que o Ministério da Justiça já elaborou normas de padronização para atendimento nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, em particular naquilo que tange a seu funcionamento durante as 24 horas do dia.

Em suma, Sr. Presidente, diante de tão inegáveis feitos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres merece nosso reconhecimento e as minhas saudações não somente pela refinada publicação, mas sobretudo pelas ações e decisões tomadas desde sua criação. No futuro, depositamos confiança plena no trabalho inesgotável da SPM, e na luta pelo fortalecimento da participação de todos os segmentos da sociedade brasileira nos processos decisórios de políticas públicas no País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 17 minutos.)

ATO CONJUNTO Nº 1 , DE 2008

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVEM**:

Art. 1º Fica constituída comissão especial para desenvolver ações para comemoração dos vinte anos da promulgação da Constituição Federal.

Art. 2º Os servidores membros da comissão serão designados pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Os trabalhos da comissão devem ser desenvolvidos de forma a coordenar e harmonizar as atividades dedicadas às comemorações dos vinte anos de promulgação da Constituição Federal a serem realizadas em ambas as Casas do Congresso Nacional, assim como implementar atividades comuns.

Art. 4º A coordenação dos trabalhos será exercida por dois servidores, um de cada Casa do Congresso Nacional.

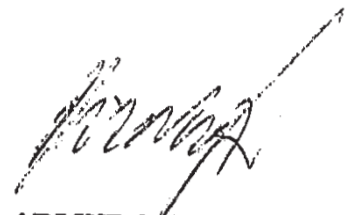
Art. 5º Os projetos a serem desenvolvidos pela Comissão serão submetidos à aprovação dos Presidentes de ambas as Casas.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 17 de abril de 2008.



Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Presidente do Senado Federal



Deputado **ARLINDO CHINAGLIA**
Presidente da Câmara dos
Deputados

CONVÊNIO Nº **0014/2008**
(Processo nº 013.335/03-0)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO BMG S/A,
PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM
FOLHA DE PAGAMENTO.**

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, **AGACIEL DA SILVA MAIA**, e, do outro lado, o **BANCO BMG S/A**, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.707, Belo Horizonte- MG, CEP: 30170-001, Tel. (31) 3290-3100, PABX: (31) 3290-3000 inscrito no CNPJ sob o n.º 61.186.680/0001-74, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos



Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo – O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.


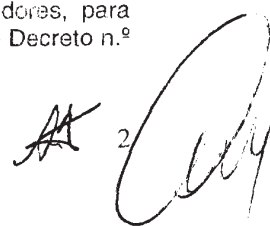
CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará ao **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES



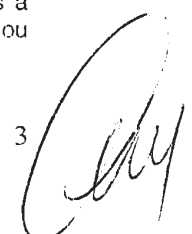
Independente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processado.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou


 3 

por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

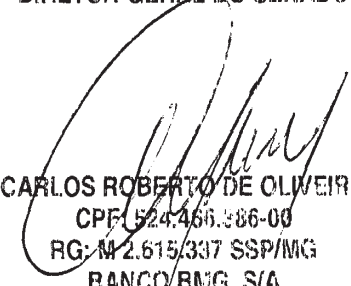
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 14 de abril de 2008


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO


CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
CPF: 524.466.386-00
RG: M 2.615/337 SSP/MG
BANCO BMG S/A




Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda	(PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	
Maioria (PMDB)	
Senador José Nery	(PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Sihessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmi Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. n° 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário n° 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.

8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Sihessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) ⁽⁶⁾
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Églio Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria

Atualização: 09/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral:
19/04/1995

2ª Eleição Geral:
30/06/1999

3ª Eleição Geral:
27/06/2001

4ª Eleição Geral:
13/03/2003

5ª Eleição Geral:
23/11/2005

6ª Eleição Geral:
06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO)⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka	<u>a (PMDB-MS)_____</u>
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



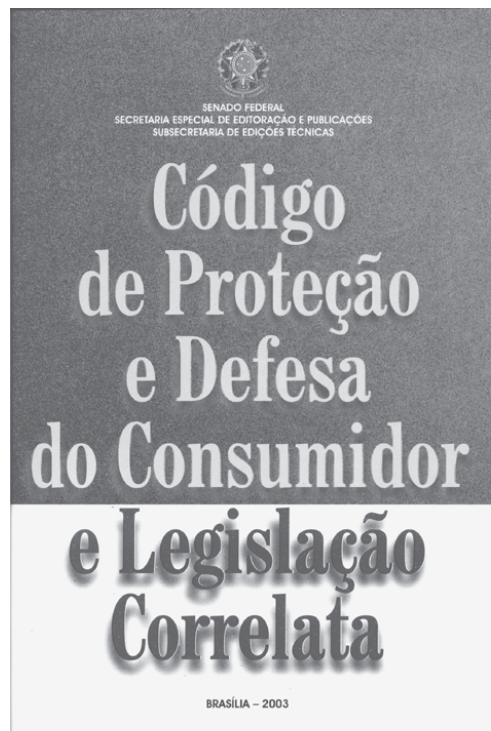
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 198 PÁGINAS